



Associação Mutualista Montepio

RELATÓRIO
E CONTAS



Associação Mutualista Montepio

RELATÓRIO
E CONTAS
2014

O presente Relatório e as Contas foram aprovadas, em Assembleia Geral ordinária, convocada para o dia 30 de março, e realizada na sua sessão do dia 1 de abril de 2015.

Índice

1. ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS	5
2. MENSAGEM DO PRESIDENTE	9
3. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE	11
3.1. Enquadramento Macroeconómico	11
3.2. Enquadramento Demográfico e Social	15
3.3. Panorama do Setor Mutualista	16
4. INDICADORES GLOBAIS	17
5. MISSÃO, GOVERNO E ESTRATÉGIA	18
6. RESPONSABILIDADE SOCIAL	21
7. VALORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ASSOCIATIVAS E DIFUSÃO DO MUTUALISMO	25
8. ATIVIDADE ASSOCIATIVA	31
8.1. Base de Associados	31
8.2. Desenvolvimento da Oferta Mutualista	33
9. EVOLUÇÃO DO BALANÇO E RESULTADOS	35
9.1. Política de Investimentos e Gestão dos Riscos	35
9.2. Evolução e Rendibilidade dos Ativos	35
9.3. Passivo e Capital Próprio	41
9.4. Receitas Associativas	43
9.5. Benefícios Vencidos e Reembolsos	44
9.6. Resultados	45
10. PROPOSTAS	47

11. ENTIDADES DO UNIVERSO MONTEPIO	53
12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, NOTAS EXPLICATIVAS E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	57
13. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	117
14. ANEXOS	123
14.1. Declaração sobre a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização para 2015	123
14.2. Relatório Atuarial das Modalidades Associativas	123
14.3. Imputação de Custos Administrativos pelas Modalidades Associativas e Rendas	134
14.4. Demonstração de Resultados das Modalidades Associativas, Rendas e Outros Fundos	136
14.5. Distribuição de Resultados das Modalidades Associativas e Rendas e Rendimento de Benefícios	142
14.6. Carteira de Imóveis da Associação Mutualista	152
14.7. Carteira de Títulos da Associação Mutualista	158
14.8. Contas das Fundações	163

1. Órgãos Associativos

A composição dos órgãos eleitos para o triénio 2013-2015 é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

<i>Presidente</i>	Associado n.º 33 151-5	VITOR JOSÉ MELÍCIAS LOPES <i>Jurista</i>
<i>1.º Secretário</i>	Associado n.º 31 560-9	ANTÓNIO PEDRO DE SÁ ALVES SAMEIRO <i>Advogado</i>
<i>2.º Secretário</i>	Associado n.º 45 139-8	ANTÓNIO DIAS SEQUEIRA <i>Economista</i>
<i>Suplentes</i>	Associado n.º 48 385-8	MARIA LEONOR LOUREIRO GONÇALVES DE OLIVEIRA GUIMARÃES <i>Jurista</i>
	Associado n.º 620 100-5	ANTÓNIO MIGUEL LINO PEREIRA GAIO <i>Advogado</i>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

<i>Presidente</i>	Associado n.º 38 670-6	ANTÓNIO TOMÁS CORREIA <i>Jurista</i>
<i>Vogais</i>	Associado n.º 28 745-2	JOSÉ DE ALMEIDA SERRA <i>Economista</i>
	Associado n.º 31 399-9	EDUARDO JOSÉ DA SILVA FARINHA <i>Economista</i>
	Associado n.º 44 857-6	CARLOS VICENTE MORAIS BEATO <i>Gestor</i>

CONSELHO FISCAL

<i>Presidente</i>	Associado n.º 344 438-6	ÁLVARO JOÃO DUARTE PINTO CORREIA <i>Engenheiro Civil</i>
<i>Vogais</i>	Associado n.º 281 904-8	GABRIEL JOSÉ DOS SANTOS FERNANDES (ROC) <i>Economista</i>
	Associado n.º 41 769-1	LUÍSA MARIA XAVIER MACHADO <i>Gestora</i>
<i>Suplentes</i>	Associado n.º 28 116-0	VÍTOR MANUEL DO CARMO MARTINS (ROC) <i>Economista</i>
	Associado n.º 623 886-1	DANIEL ANTÓNIO GALVÃO MARTINS (ROC) <i>Economista</i>

CONSELHO GERAL

<i>Efetivos</i>	Associado n.º 71 464-0	MARIA MANUELA DA SILVA <i>Economista</i>
	Associado n.º 104 943-7	EUGÉNIO ÓSCAR GARCIA ROSA <i>Economista</i>
	Associado n.º 29 676-0	MANUEL DA COSTA BRAZ <i>Oficial do Exército na situação de reforma</i>
	Associado n.º 44 630-3	ALBERTO JOSÉ DOS SANTOS RAMALHEIRA <i>Economista</i>
	Associado n.º 30 988-0	ANTÓNIO GONÇALVES RIBEIRO <i>General</i>
	Associado n.º 31 000-2	ANTÓNIO FERNANDO MENEZES RODRIGUES <i>Economista</i>
	Associado n.º 31 269-9	JOSÉ MOREIRA VENÂNCIO <i>Licenciado em Contabilidade Bancária e Direito</i>
	Associado n.º 37 305-2	JOSÉ CARLOS CORREIA MOTA ANDRADE <i>Engenheiro Civil</i>
	Associado n.º 28 346-9	MANUEL DUARTE CARDOSO MARTINS <i>Diretor do Montepio em situação de reforma</i>
	Associado n.º 191 752-7	FERNANDO LOPES RIBEIRO MENDES <i>Economista</i>
	Associado n.º 50 328-8	MARIA DO CARMO DE CARVALHO TAVARES RAMOS <i>Analista Química</i>
	Associado n.º 41 064-3	JOSÉ ANTÓNIO DE AREZ ROMÃO <i>Gestor</i>



Conselho de Administração

Carlos Vicente Morais Beato, Eduardo José da Silva Farinha, António Tomás Correia (Presidente), José de Almeida Serra



2. Mensagem do Presidente

UM PROJETO DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA PARA UM DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO, JUSTO E SUSTENTÁVEL

O ano de 2014 ficou marcado pela conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) ao país, iniciado em junho de 2011, por uma ténue melhoria da atividade económica, com o PIB a aumentar 0,9%, e, particularmente, pelos níveis historicamente baixos das taxas de inflação e de juro, que já atingiram patamares negativos, agravaram, ainda mais, as já difíceis condições de operacionalidade do setor financeiro e de rendimento das aplicações.

Observaram-se algumas melhorias, nas contas públicas e nas condições de acesso ao financiamento junto dos mercados financeiros por parte da República Portuguesa e de outros emissores, mas, a conjuntura económico-social manteve-se, e mantém-se, difícil, perante os acentuados níveis de desemprego, a deterioração do rendimento disponível das famílias, a desigualdade de rendimentos, o acentuado envelhecimento populacional e a diminuição da capacidade do Estado na prestação de apoios sociais.

Em paralelo, ocorreram um conjunto de eventos e de alterações regulamentares, no quadro do aprofundamento da União Económica e Monetária, que aumentaram as exigências em diversos domínios, especialmente de governo, prudenciais e de controlo interno, e irão determinar significativas mudanças nas instituições.

Neste contexto, importa realçar o processo de crescimento dinâmico e sustentado do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), que tem consolidado a sua missão de utilidade pública na oferta de alternativas ajustadas às necessidades da sociedade, como resposta complementar aos sistemas públicos de segurança social e de saúde.

Não obstante o contexto exigente e complexo, a atividade de 2014 permitiu atingir resultados de 41,5 milhões de euros, reflexo do trabalho desenvolvido na área associativa e na gestão dos ativos. Realça-se a crescente adesão de novos associados, que superou o marco importante dos 630 mil associados efetivos em 31 de dezembro de 2014.

O desempenho de 2014, bem como ao longo destes últimos anos, demonstra, apesar das dificuldades resultantes da crise financeira, económica e social, que o MGAM foi capaz de gerar valor e de o distribuir, aos associados e à sociedade, afetando os resultados gerados às diversas modalidades de proteção, pensões e poupança para efeitos previdenciais, seguindo princípios de democracia, equidade e justiça, que são inerentes à sua identidade institucional. Para tal, foi fundamental, desde logo, acreditar no potencial de respostas deste grande projeto de cidadania e de economia social e, depois, delinear e executar uma estratégia consistente e prudente, com muito empenho, trabalho e esforço de todos.

Divulgámos e fortalecemos a marca Montepio que, em 2015, comemora 175 anos, um marco histórico desta instituição a que nos orgulhamos de pertencer. Desde a sua fundação, em 1840, o Montepio tem sempre procurado ir ao encontro das expectativas dos seus associados e da sociedade em geral, continuando a garantir níveis de inovação, de modernidade e as mudanças fundamentais para um crescimento equilibrado e para a geração de valor. O MGAM é assim uma referência no setor mutualista, na economia e na sociedade, uma organização criada por pessoas e para as pessoas, empenhada no associativismo, na intervenção social e solidária e na afirmação do mutualismo.

A afirmação e desenvolvimento do setor mutualista e das suas entidades será igualmente importante para as diversas entidades com as quais o MGAM interage, os designados *stakeholders*, cuja ação tem influência na vida e no futuro da instituição. Temos reconhecido e agradecido, ao longo dos anos, o espírito de cooperação e a confiança desses diversos *stakeholders*, designadamente das autoridades, governamentais e financeiras, aos quais o Conselho de Administração do MGAM expressa de novo o seu reconhecimento e agradecimento.

Manifesto também o reconhecimento do Conselho de Administração a todos os que colaboraram e contribuíram, com o seu desempenho profissional dedicado, para os resultados alcançados em 2014.

Termino expondo o nosso reconhecimento e consideração a todos os associados que têm sido os construtores de um grande projeto de associativismo ao serviço da economia e do seu desenvolvimento inclusivo, marcando a diferença através da dinâmica de crescimento e da força que imprimiram a esta instituição posicionando-a como a maior Associação Mutualista do País.



175^{ANOS}
Associação
Mutualista
Montepio

3. Enquadramento da Atividade

3.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O crescimento estimado para a economia mundial em 2014 é de 3,3%. A recuperação da atividade económica tem sido desigual, com os EUA e o Reino Unido a registarem um crescimento robusto ao longo dos últimos trimestres, num contexto de fraco crescimento económico na Zona Euro e no Japão e de uma desaceleração do crescimento nos *BRIC*, à exceção da Índia.

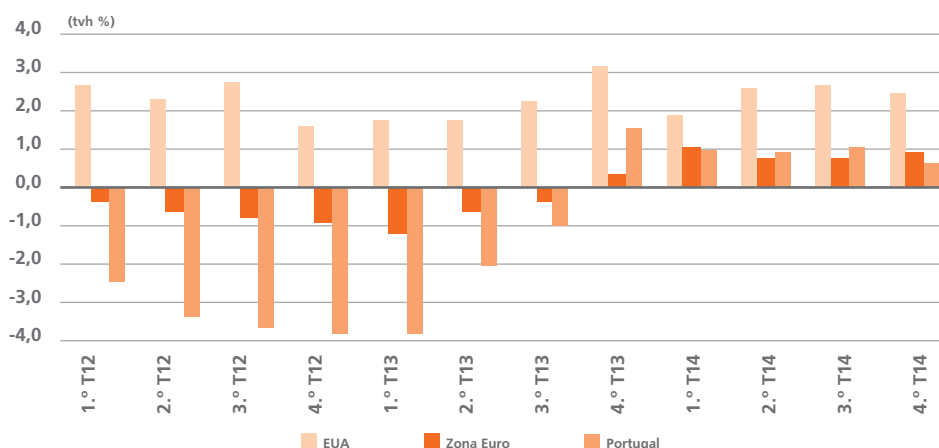
ZONA EURO

Dando continuidade ao processo de gradual recuperação económica em curso iniciado no 2.º trimestre de 2013, a economia da Zona Euro terminou o ano de 2014 com um crescimento médio anual do **PIB** de 0,9%. A Zona Euro regressou assim aos crescimentos anuais depois de dois anos a contrair (-0,4% em 2013), em grande medida como resultado dos efeitos das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por um número significativo de Estados-Membros, designadamente em países com maior dimensão, como Itália e Espanha, na sequência da crise da dívida soberana na região.

A Alemanha continuou a apresentar o maior dinamismo da Zona Euro, com um crescimento anual de 1,6% em 2014, seguida de Espanha (+1,4%). A Itália permaneceu sob pressão, contraindo 0,4%, enquanto a França apresentou um crescimento modesto (+0,4%), mas revelando um desempenho relativamente robusto face aos últimos anos, com níveis de atividade acima dos valores anteriores à recessão (+1,4% acima dos níveis máximos do 1.º trimestre de 2008). Refletindo a gradual recuperação da atividade económica observada ao longo do ano, a **taxa de desemprego** prosseguiu em 2014 uma tendência de ligeira melhoria iniciada no último trimestre de 2013, tendo descido de 11,8% em dezembro de 2013 para 11,4% em dezembro 2014, ficando apenas a 0,6 p.p. dos níveis máximos históricos desde o início da série (1990), observados entre fevereiro e setembro de 2013, continuando a revelar um mercado laboral ainda bastante deteriorado.

A **taxa de inflação** foi diminuindo ao longo do ano, partindo de um crescimento de 0,8%, em dezembro de 2013, para um valor negativo de 0,2%, em dezembro de 2014, que representou um mínimo desde setembro de 2009 (-0,3%), acen-

CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)



Fonte: Thomson Reuters

tuando essa diminuição em janeiro de 2015, fixando-se em -0,6%. A inflação continuou, assim, a distanciar-se cada vez mais da barreira de 2,0% – objetivo do Banco Central Europeu (BCE), enquanto a inflação subjacente (i.e., excluindo produtos alimentares não transformados e energia) atingiu 0,7% em dezembro de 2014, o mesmo nível observado no final de 2013, encontrando-se acima da inflação geral, permitindo, de certa forma, afastar os cenários mais pessimistas de uma situação de deflação.

Com o objetivo de combater o risco de inflação baixa durante um período demasiado longo e dinamizar os fluxos de crédito à economia real, o **BCE** adotou ao longo de 2014 várias medidas expansionistas: i) começou por cortar a taxa de referência em 0,5 p.p. no 1.º trimestre para 0,25%; ii) em junho cortou novamente a *refi rate* para 0,15% e colocou a taxa de absorção de liquidez – depósitos no BCE num valor negativo (-0,10%), anunciando ainda um conjunto de medidas não convencionais, com destaque para as *Targeted Longer Term Refinancing Operations – TLTRO*; iii) em setembro, perante a insuficiência das medidas adotadas, o BCE cortou novamente a *refi rate*, colocando-a em 0,05%, e a taxa de depósitos no BCE num valor ainda mais negativo (-0,20%), tendo anunciado mais medidas não convencionais; iv) em outubro e novembro teve início, respetivamente, um novo programa de compra de *covered bond (CBPP3)* e um programa de compra de dívida titularizada (*Asset-Backed Securities – ABS*); v) já em 2015 (22 de janeiro), o BCE decidiu lançar um plano alargado de compra de ativos, por um montante total de 60 mil milhões de euros por mês, a vigorar até, pelo menos, setembro de 2016. Este programa inclui dívida soberana e das instituições europeias, e o montante avançado inclui também os programas já em curso de compra de *ABS* e *covered bonds*.

PORTUGAL

A economia portuguesa continuou a crescer paulatinamente em 2014, prosseguindo a recuperação iniciada no 1.º trimestre de 2013, após um período de contração de 3 anos. Em 2014 registou-se o 1.º crescimento em termos médios anuais do PIB (+0,9%), depois de ainda ter contraído em 2013 (-1,4%), perspetivando-se uma aceleração do crescimento para 1,6% em 2015.

A recuperação económica tem sido sustentada pelas exportações, que terminaram 2014 com 20,9% acima dos níveis pré-programa de ajustamento económico (2010), apesar de um crescimento mais modesto em 2014 (+3,0%, depois dos +6,4% registados em 2013). A procura externa foi, assim, a maior responsável em 2014 pelo retorno do PIB aos crescimentos, apresentando um contributo positivo de 2,0 p.p. (-1,1 p.p. no caso das exportações líquidas).

Entre as componentes da procura interna, o investimento em capital fixo (FBCF) regressou aos crescimentos (+2,3%) em 2014, depois de ter vindo sucessivamente a contrair desde 2009. Refira-se que no 2.º trimestre de 2013 a FBCF se tinha situado em níveis mínimos desde o início de 1989, e, como proporção do PIB, no menor valor da série iniciada em 1978. O consumo privado também cresceu (+2,1%) em 2014, após três anos de quedas (-1,4% em 2013).

O ano de 2014 ficou marcado pela conclusão do **Programa de Assistência Económica e Financeira** (PAEF) acordado em maio de 2011 com a *troika*, uma conclusão que ocorreu formalmente no dia 17 de maio e que marca a entrada numa nova etapa para a economia portuguesa, depois de um período de ajustamentos estruturais e consolidação orçamental do Estado.

Não obstante, o regresso da economia portuguesa ao financiamento de mercado procedeu-se de forma gradual. Em abril de 2014, ainda sob o PAEF, o país realizou com sucesso o 1.º leilão de dívida de longo-prazo (a 10 anos) não sindicalizada (sem o apoio de um sindicato bancário de tomadores da dívida). O processo de **ajustamento orçamental** continuou ao longo do ano de 2014, tendo sido alcançados excedentes primários, num contexto de manutenção das receitas e de diminuição da despesa, com o Governo a estimar que o défice orçamental em 2014 possa ter ficado abaixo dos 4,8% do PIB significando uma melhoria face a 2013 (-5,7% do PIB). A diminuição do défice beneficiou de uma melhor execução orçamental em 2013 (com efeitos de *carry-over* também para 2014) e de uma receita fiscal em 2014 acima do previsto. O quadro de ajustamento e consolidação conduziu ao aumento da poupança, levando a que a **taxa de poupança** passasse de 7,5%, em 2011, para 10,1% em 2013, mas, em 2014, observou-se uma ligeira redução desta taxa para 9,7% no 3.º trimestre, decorrente da melhoria das condições de financiamento da economia e da recuperação do consumo privado, estimando-se que a taxa de poupança tenha terminado o ano de 2014 sensivelmente neste nível.

A **inflação**, medida pela variação média anual do índice de preços no consumidor (IPC), foi de -0,3% em 2014 (+0,3% em 2013), depois de no ano anterior já ter registado uma forte desaceleração (+2,8% em 2012). Excetuando o ano de 2009 (-0,8%), tratou-se da primeira situação de inflação negativa desde a registada em 1954 (-1,9%), em grande medida devido à queda dos produtos energéticos (-1,4% vs -0,7% em 2013), causada pela diminuição dos preços dos combustíveis. Em 2014, os preços dos serviços aumentaram 0,8% (+0,7% em 2013), enquanto os preços dos bens diminuíram 1,1% (0,0% em 2013).

MERCADOS FINANCEIROS

O ano de 2014 foi marcado pelo colapso do Grupo Espírito Santo (GES) e pela aplicação da primeira medida de Resolução ao Banco Espírito Santo (BES), ditando a queda de um dos maiores grupos económicos e financeiros portugueses. Perante

resultados negativos do BES no 1.º semestre de 2014, de 3,577 mil milhões de euros (mM€), o Banco de Portugal (BdP) decidiu aplicar, em 3 de agosto, uma medida de resolução ao banco, separando a instituição em duas entidades distintas. De um lado foi criado o Novo Banco, que reúne os ativos considerados «não tóxicos» e, do lado do passivo, os depósitos dos clientes. Do outro lado manteve-se o BES em que ficam os ativos tóxicos, a dívida subordinada e o capital do BES. Simultaneamente foi efetuado um aumento de capital no Novo Banco de 4,9 mM€, através do Fundo de Resolução Bancário. Estes acontecimentos tiveram fortes repercussões nos mercados financeiros em Portugal, com uma desvalorização significativa nas ações e uma forte subida no *spread* da dívida pública portuguesa. Todavia, até ao final do ano, o *spread* da dívida voltou a baixar, beneficiando das medidas adotadas e anunciadas pelo BCE.

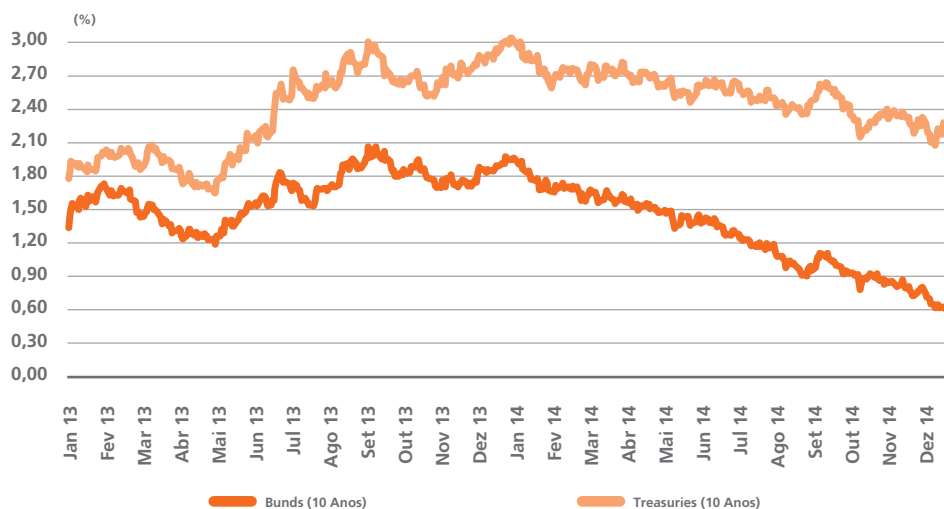
Em 2014, assistiram-se a movimentos positivos nos índices acionistas dos EUA, Índia, China e Japão, mas tendencialmente negativos na Europa, apesar das medidas do BCE e à exceção de alguns países, nomeadamente, da Alemanha e de Espanha, que acabaram por suportar uma ligeira subida do *Eurostoxx 50*. Ao longo do ano, o sentimento de mercado foi penalizado pelo risco geopolítico, nomeadamente pela crise entre a Ucrânia e a Rússia e pela contínua tensão no Médio Oriente.

Ao **nível das expectativas das taxas de juro**, a *Fed* terminou a compra de ativos, depois de 3 rondas de *quantitative easing* (QE), que durava desde setembro de 2012 no caso de ativos colateralizados por créditos à habitação (*MBS*) e desde dezembro de 2012 no caso da dívida pública. Ainda assim, a *Fed* conservou uma postura cautelosa, afirmando na última reunião de 2014 que será paciente quanto ao momento em que subirá os juros. Como referido, o BCE adotou ao longo do ano várias medidas expansionistas. Na China, o menor ímpeto económico, associado à contínua desaceleração do ritmo de crescimento dos preços, levou o *PBoC* a cortar a taxa de juro de referência nos depósitos e nos empréstimos, pela 1.ª vez desde 2012, em 40 p.b. e 25 p.b., para, respetivamente, 5,60% e 2,75%. Por outro lado, o Banco Central da Rússia (*CBR*) adotou ao longo do ano uma política monetária restritiva, subindo por 6 vezes a *key rate*, em virtude das pressões inflacionistas e do colapso do rublo, apesar do fraco desempenho da economia, com a última subida a ocorrer em 16 de dezembro, aumentando-a em 650 p.b. para 17,00%, o maior aumento desde a crise de 1998, tendo no início de 2015 feito um ajuste, cortando a taxa para 15,00%.

Ao **nível da crise do euro**, a pressão dos mercados continuou a diminuir, depois de, em 2013, ter sido afastado o cenário de saída de países da Zona Euro (que a partir do final de 2014 foi reaberto no que à Grécia diz respeito). Entre os países periféricos, ao nível do ajustamento orçamental, as execuções continuaram difíceis, perante a dureza das metas impostas, mas mantiveram-se relativamente em linha com os objetivos traçados. Portugal e Irlanda saíram de forma bem-sucedida dos seus programas de assistência financeira, não obstante continuarem ainda sob um programa de monitorização (até amortizar grande parte da dívida). Saliente-se que, os países periféricos beneficiaram igualmente das diferentes medidas de natureza expansionista encetadas pelo BCE com o intuito de estimular o crescimento económico e evitar eventuais riscos de deflação.

As **yields da dívida pública de referência** observaram movimentos descendentes na Alemanha e mistos nos EUA. O movimento de descida das *yields* na Alemanha em relação ao final de 2013 (-139 p.b. nos 10 anos, para 0,541%, e -31 p.b. nos 2 anos, para um inédito valor negativo de -0,098%) terá estado associado à descida dos juros pelo BCE e a menores perspetivas de crescimento económico, que terão levado os investidores a privilegiarem esta classe de ativos de

EVOLUÇÃO DA RENDIBILIDADE DOS TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA (BUND E TREASURIES A 10 ANOS)



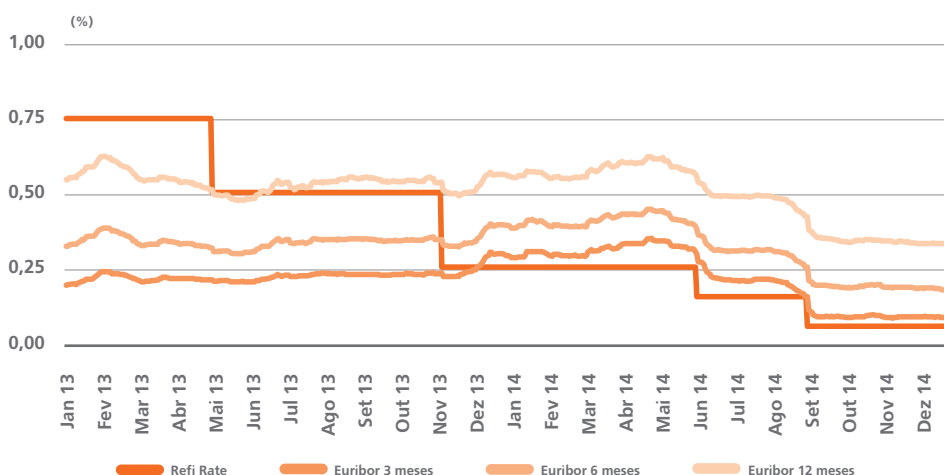
Fonte: Thomson Reuters

menor risco. Nos EUA, as *yields* subiram no curto prazo (+28 p.b., para 0,665%) pelo facto de os mercados anteciparem subidas de taxas por parte da Fed em 2015, mas desceram no longo-prazo (-86 p.b., para 2,171%), sobretudo devido ao efeito de contágio das baixas *yields* na Alemanha, num contexto de dados significativamente favoráveis para os EUA ao longo dos vários trimestres, associado ao término do programa de compra de ativos pela Fed. As *yields* dos *bunds* a 10 anos obtiveram, durante o período, mínimos históricos, ao passo que as dos treasuries continuaram distantes face aos mínimos históricos de julho de 2012 (1,38%).

Os *spreads* da dívida pública dos chamados países periféricos da Zona Euro face aos *bunds* diminuíram em todos os casos (com a exceção da Grécia, ainda que para os prazos mais curtos, nomeadamente os 2 anos, o *spread* tenha diminuído significativamente, em 236 p.b.), beneficiando sobretudo da postura expansionista do BCE, de uma tendência de melhoria da conjuntura económica e da execução orçamental desses países e, no geral, da continuação do aumento da confiança dos investidores na resolução da crise do euro. É de realçar a redução dos *spreads* de Portugal e Espanha em 2014, respetivamente, -206 p.b. e -115 p.b. no prazo de 10 anos e -260 p.b. e -79 p.b. nos 2 anos. As *yields* a 10 anos de Espanha (+1,611 %), Itália (+1,890%), Irlanda (+1,250%) e Portugal (+2,687%) atingiram mínimos históricos ao longo de 2014.

No Mercado Monetário Interbancário (MMI) as taxas *Euribor* registaram mínimos históricos em todos os prazos, largamente potenciadas pelos cortes de taxas do BCE, tendo a *refi rate* descido 20 p.b. em 2014. As taxas *Euribor* nos prazos de 3, 6 e 12 meses desceram em 2014, 21 p.b., 22 p.b. e 23 p.b., para respetivamente, 0,078%, 0,171% e 0,325%.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO EURIBOR – ZONA EURO



Os *spreads* de crédito da dívida privada observaram movimentos mistos, mas tendencialmente descendentes, sobretudo nos índices de dívida privada na Zona Euro no mercado *spot*. Também nos índices de CDS (*Credit Default Swaps*) o comportamento anual acabou por ser misto, refletindo uma certa diminuição da pressão dos mercados sobre os países periféricos. O índice *Itraxx* (5 Anos), o índice de referência para a Zona Euro de CDS na classe de *investment grade* – cuja liquidez é muito superior à do mercado *spot* e, por isso, constitui o *benchmark* do mercado de crédito – terminou 2014 em 63 p.b., 13 p.b. abaixo do que tinha fechado em 2013, tendo registado em dezembro de 2014 um mínimo de outubro de 2007. Por outro lado, o *Itraxx Cross-Over* (relativo aos ativos de *speculative grade*, especialmente sensível ao sentimento de mercado e ao ciclo económico) subiu 29 p.b. para 346 p.b., tendo, contudo, em junho de 2014 registados mínimos desde junho de 2007.

3.2. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO E SOCIAL

De um retrato tirado à **estrutura demográfica** portuguesa atual ressaltam duas dimensões distintas.

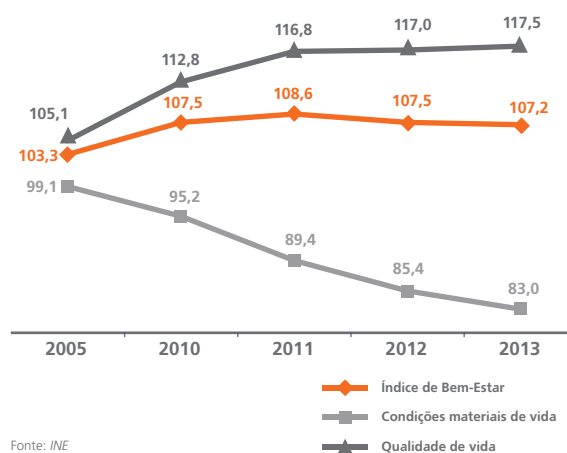
A primeira diz respeito às vastas modificações estruturais observadas nas últimas décadas, as quais podem ser divididas em dois grupos. Por um lado, têm-se observado alterações na pirâmide demográfica, sobretudo por via de um menor número de nascimentos (-26,4% entre 2003 e 2013) e de uma diminuição do número de óbitos (terminando em 2013 2,1% abaixo do nível de 2003), consubstanciando-se numa passagem do saldo natural de um excedente (3 720 pessoas) para um défice (-23 756). Para a diminuição dos nascimentos tem contribuído a queda drástica no número de casamentos celebrados (de 53,7 mil para 33,0 mil, no mesmo período), o aumento da idade média do primeiro casamento para os dois sexos, e, mesmo fora do casamento, a idade média da mãe ao nascimento do 1.º filho (de 27,4 para 29,7 anos). Mais pronunciada ainda foi a modificação no saldo migratório, que caiu de +24,7 para -36,2 mil pessoas, nos últimos anos, em virtude da recessão e da consequente maior emigração. Por outro lado, beneficiando do desenvolvimento do país, apesar da recessão registada entre 2011 e 2013, tem ocorrido uma notória evolução nas condições de vida. Entre estas, saliente-se a referida diminuição do número de óbitos, bem como o aumento da esperança de vida à nascença (80,0 anos em 2013, uma subida de 2,6 anos face a 2003) e a diminuição da mortalidade infantil (4,1‰ em 2003, para 2,9‰ de 2013, que são dos valores mais baixos de sempre – o mais baixo observou-se em 2010, com 2,5‰), que é das mais baixas a nível mundial (11.º lugar no *ranking* mundial, de acordo com dados do WEF – *World Economic Forum*). Ao nível do ensino, os progressos também têm sido notórios, com a taxa de abandono precoce da educação e formação a cair para menos de metade entre 2003 e 2013, de 41,2% para 18,9%, tendo esta evolução, associada também, uma redução do diferencial entre géneros, embora com o masculino a manter em 2013 uma taxa de abandono superior ao género feminino (em 9,1 p.p.). Note-se que o número de matriculados no ensino primário, secundário e universitário, estão, respetivamente, em 17.º, 8.º e 29.º lugar no *ranking* do WEF.

A segunda dimensão das alterações da estrutura social prende-se com a conjuntura negativa dos últimos anos, que tem aprofundado problemas numas áreas e anulado parte dos progressos noutras. Até porque, não obstante as melhorias ocorridas ao nível da saúde e da educação, e apesar da rede de proteção social, Portugal encontra-se aquém da maioria dos países desenvolvidos ao nível das condições de vida e desigualdade de rendimentos. O coeficiente de *Gini* (uma medida de desigualdade) diminuiu entre 2004 e 2009, mas voltou a subir nos últimos anos, ficando em 2013 em 34,5%, o que qualifica Portugal como um dos países mais desiguais da União Europeia. Ao nível das condições de vida, a taxa de risco de pobreza após transferências sociais reduziu-se consideravelmente desde 1995, tendo o valor mais baixo sido alcançado em 2009/10, quando desceu para os 17,9%, encetando posteriormente uma trajetória de subida fixando-se nos 18,7% em 2013 (últimos dados conhecidos), um valor superior à média europeia (16,7%, União Europeia 28 países). Mais alarmante ainda tem sido a evolução da taxa de desemprego jovem (dos 15 aos 24 anos), que aumentou de forma significativa de 2009 a 2013, passando nesse período de 20,3% para 38,1%, tendo aliviado em 2014 (34,8%), mas permanecido bastante elevada. Acresce que os efeitos da crise podem-se converter em alterações estruturais ao desemprego subjacente. A taxa de desemprego de longa duração ascendeu em 2013 a 10,0%, um valor bastante elevado, sendo que aliviou depois para 9,1% em 2014.

De acordo com os resultados do estudo «Índice de Bem-Estar para Portugal» publicado pelo INE¹, em novembro de 2014, este indicador registou uma redução em 2012, fixando-se em 107,5, com a continuação desse agravamento a verificar-se em 2013, para 107,2. Este índice é composto por duas componentes, «Condições Materiais de Vida» e «Qualidade de Vida». A componente «Condições Materiais de Vida» assinalou uma deterioração significativa nos últimos anos conforme se pode verificar no quadro infra.

Confirmou-se, igualmente, uma redução na despesa corrente em saúde, num quadro de aumento da esperança média de vida, envelhecimento populacional, e acréscimo do índice de dependência de idosos.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE DE VIDA (2004 = 100)



¹ Este estudo baseia-se numa metodologia definida por um conjunto de organizações internacionais, designadamente a OCDE e o Eurostat, sendo aplicada por vários Institutos de Estatística.

3.3. PANORAMA DO SETOR MUTUALISTA

As mutualidades desempenham um papel muito importante na economia da União Europeia, através de modalidades de segurança social e da prestação de cuidados de saúde e de serviços sociais a mais de 230 milhões de cidadãos europeus e empregando mais de 350 mil pessoas.

Em Portugal, existem cerca de 120 mutualidades e entidades afins, que abrangem 1,2 milhões de membros e mais de 2,5 milhões de beneficiários e empregam mais de 5 mil pessoas.

UNIÃO EUROPEIA – LEGISLAÇÃO E PARECERES

Ao longo de 2014, registaram-se algumas iniciativas com incidência nas organizações da economia social:

- Regulamento Delegado (UE) n.º 240 da Comissão, de 7 de janeiro, que estabelece o código de conduta europeu relativo a parcerias, aplicável aos acordos de parceria e aos programas apoiados pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.
- Regulamento Delegado (UE) n.º 241, da Comissão, de 7 de janeiro, que completa o regulamento anterior aplicável no que diz respeito a normas técnicas de regulamentação dos requisitos de fundos próprios, com o intuito de especificar em que condições as autoridades competentes podem determinar que um tipo de empresa reconhecido pelo direito nacional aplicável pode ser considerado uma mútua, uma sociedade cooperativa, uma instituição de poupança ou uma instituição similar para efeitos dos fundos próprios.
- Regulamento (UE) n.º 233, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março, que cria um instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento para o período 2014-2020.
- Parecer INT/734, do Comité Económico Social Europeu, de 25 de março, sobre o «Estatuto da mutualidade europeia: perceção, papel e contributo da sociedade civil», que recomenda a apresentação rápida pela Comissão Europeia de proposta legislativa relativa ao projeto de regulamento sobre o estatuto da mutualidade europeia.
- Lei de Bases da Economia Social e Solidária, aprovada em França, em julho. Na Europa, existe legislação similar em Espanha, Portugal e Bélgica (regiões da Valónia e de Bruxelas).

LEGISLAÇÃO NACIONAL

Ao longo de 2014, foi publicada em Portugal diversa legislação com incidência na organização e atividade das mutualidades, nomeadamente:

- Portaria n.º 31, de 5 de fevereiro, que estabelece os termos de operacionalização do funcionamento do Fundo de Reestruturação do Setor Social, bem como a respetiva política de investimento e definição das condições de acesso ao Fundo, os termos e condições da concessão de apoio financeiro e a forma de reembolso;
- Decreto-Lei n.º 109, de 10 de julho, que procede à quinta alteração ao diploma que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina, considerando que as entidades do setor social da economia não devem ser obrigadas a constituir sociedades comerciais e a alterar o respetivo regime de isenção fiscal para manterem a propriedade das farmácias de venda ao público de que já eram proprietárias;
- Despacho n.º 11588, de 16 de setembro, em que o Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social designa cinco personalidades de reconhecido mérito para integrar o Conselho Nacional para a Economia Social, nomeadamente António Tomás Correia, presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral;
- Decreto-Lei n.º 172-A, de 14 de novembro, que procede à quinta alteração ao diploma que aprovou o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, com reformulação da sua definição, separação entre os fins principais e instrumentais, introdução de normas de controlo dos titulares dos órgãos de administração e fiscalização, limitação de mandatos e introdução de regras relativas à autonomia financeira e orçamental e ao equilíbrio técnico e financeiro.

Em 16 de Dezembro foi assinado o Protocolo de Cooperação 2015-2016, entre o Governo português e as atuais organizações representativas das IPSS: União das Misericórdias Portuguesas, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade e União das Mutualidades Portuguesas.

Desta vez designado «Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário», o Protocolo abrange, além da área da segurança social e formação profissional, também as áreas da saúde e da educação. Sublinhe-se que, pela primeira vez, as organizações signatárias são definidas como «setor social e solidário» que parece corresponder ao setor cooperativo e social, reconhecido na Constituição da República Portuguesa, embora as cooperativas e as associações não integrem o Protocolo.

4. Indicadores Globais

INDICADORES	2012	2013	2014
DIMENSÃO / ATIVIDADE			
Ativo Líquido (milhares de euros)	3 402 516	4 068 378	4 748 356
Capital Próprio (Fundos Próprios, Reservas e Resultados) (milhares de euros)	579 526	650 808	682 262
Associados (unidades)	534 418	579 530	630 513
Inscrições (número)	925 496	1 008 557	1 090 222
Inscrições por Associado (número médio)	1,73	1,74	1,73
Pensionistas (unidades)	7 517	8 021	8 104
BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES DE OFERTA			
Acordos em vigor (número de entidades)	870	1 052	1 139
RENDIBILIDADE			
Resultado do Exercício (milhares de euros)	82 193	70 271	41 461
Receitas Associativas (milhares de euros) (a)	743 704	875 068	962 596
Cash-Flow do Exercício (milhares de euros)	90 513	80 706	77 227
Resultado do Exercício / Ativo Líquido Médio	2,57%	1,88%	0,93%
SOLIDEZ FINANCEIRA			
Capital Próprio / Ativo Líquido Médio	18,1%	17,4%	15,28%
Grau de Cobertura das Responsabilidades (b)	1,139	1,132	1,159
Ativos Financeiros / Provisões Matemáticas	1,215	1,190	1,173

(a) Quotas e Capitais Recebidos (exclui «Rendas Vitalícias» e «Rendas Temporárias», por não serem consideradas modalidades mutualistas)

(b) Fundos, Reservas e Provisões Matemáticas / Provisões para Riscos e Encargos

5. Missão, Governo e Estratégia

MISSÃO E VALORES

O Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM) tem por **missão e finalidade** desenvolver ações de proteção social, designadamente nas áreas da segurança social e da saúde, e promover a cultura e a melhoria da qualidade de vida dos seus associados e familiares, e beneficiários por aqueles designados. A concretização destes fins materializa-se através da oferta de modalidades individuais e coletivas, da organização e gestão de equipamentos sociais, serviços, obras sociais e outras formas de proteção social, bem como do desenvolvimento de atividades que visem contribuir para proporcionar benefícios de segurança social, prevenir ou colmatar contingências na vida e saúde dos associados.

A **missão** do MGAM confere-lhe uma inequívoca utilidade pública e social como entidade que contribui para cobrir lacunas e limitações das funções do Estado Providência, em termos de previdência e proteção social e da prestação de cuidados de saúde e assistenciais, áreas tendencialmente crescentes, perante um perfil demográfico de envelhecimento e um contexto de económico e social de riscos e incertezas, que estimulam comportamentos de salvaguarda e precaução.

O MGAM, pela sua natureza de associação mutualista tem como símbolo o Pelicano que dá corpo aos valores da entreadjuada e da proteção. Nesse sentido, a atividade desenvolvida pelo MGAM é orientada para a proteção social complementar solidária e voluntária, para o Mutualismo, que assenta em **valores** e princípios humanistas como a liberdade, a igualdade, a responsabilidade, a solidariedade e a autonomia.

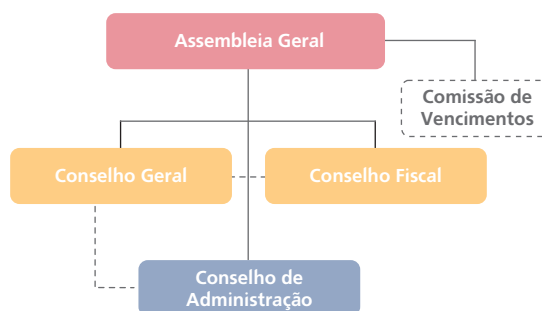
ÓRGÃOS DE GOVERNO

O modelo de governo do Montepio Geral Associação Mutualista está conforme o definido no regime específico das associações mutualistas – Código Mutualista –, que se encontra vertido nos seus estatutos. Os membros dos órgãos de governo do MGAM são eleitos por métodos democráticos, sendo o direito de voto exercido pela atribuição de um voto a cada associado. As últimas eleições tiveram lugar em 8 de dezembro de 2012, tendo sido eleitos os órgãos associativos para exercer funções de gestão e fiscalização durante o triénio de 2013-2015.

Conforme estabelecido nos estatutos, o modelo de governo do MGAM compreende a Assembleia Geral, constituída por todos os associados maiores de idade no pleno exercício dos seus direitos associativos, a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Geral, o Conselho Fiscal, que integra um Revisor Oficial de Contas, e o Conselho de Administração.

Para além destes órgãos definidos estatutariamente, é eleita trienalmente, pela Assembleia Geral, uma Comissão de Vencimentos, que submete à deliberação da Assembleia a política de remuneração dos membros dos órgãos associativos, apresentada em ponto próprio deste relatório. Neste âmbito, o MGAM recorre também aos serviços de auditores externos independentes, que são atualmente prestados pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A..

O exercício das competências e funções dos diversos órgãos de governo do MGAM pautam-se por um conjunto de princípios, como a responsabilidade, a transparência, a prudência e a legitimidade, bem como regras de gestão expressas no Código de Conduta, que se harmonizam com o perfil de instituição solidária, ética e que persegue um elevado padrão de responsabilidade social.



ESTRATÉGIA

Não se podendo alhear do contexto de crise e dificuldades que o país tem vindo a atravessar, o MGAM compreende naturalmente os desafios implícitos, mas é também capaz de identificar as oportunidades potenciais, que permitem o desenvolvimento e a promoção da sua missão e das suas finalidades institucionais, refletindo-se na obtenção de níveis expressivos de crescimento e de resultados.

O MGAM assume-se como a maior associação nacional, promotora e gestora de regimes complementares de Segurança Social, individuais e coletivos, de serviços e equipamentos sociais e de serviços da economia do bem-estar e da qualidade de vida, através de uma gestão dinâmica, prudente e ética, respeitando os valores mutualistas de solidariedade e participação associativa, elevados padrões de responsabilidade e sustentabilidade social e contribuindo para o desenvolvimento e consolidação da Economia Social e do Terceiro Setor em Portugal.

Por forma a materializar este posicionamento estratégico e beneficiar do potencial que tem vindo a ser identificado, nomeadamente no seio do grupo, foram definidos objetivos de crescimento sustentado da base associativa e das modalidades mutualistas, bem como as medidas estratégicas de atividade para os atingir e as orientações de desenvolvimento institucional adequadas para assegurar as condições prudenciais e de equilíbrio económico-financeiro a médio e longo prazo.

No cumprimento da estratégia delineada, prosseguiram em 2014 as medidas no domínio da reorganização do grupo, com a criação de uma entidade orientada para a gestão integrada do imobiliário – Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, tendo em vista obter maior eficácia e eficiência na gestão destes ativos, otimizar recursos, aumentar a eficiência e potenciar capacidades e vantagens competitivas.

Merece também destaque a criação de uma nova imagem de marca para a associação, com o lançamento, em 2014, da campanha institucional da maior e mais dinâmica associação mutualista portuguesa, e uma das mais reputadas a nível europeu, a qual, embora esteja prestes a celebrar 175 anos de existência, adquire agora uma identidade cromática e um logótipo, permitindo dissociá-la da atividade bancária desenvolvida pela CEMG. Esta ação estratégica enquadra-se no objetivo de equiparar a notoriedade da atividade mutualista à que o Grupo detém na atividade bancária.

Como habitualmente, no final do último trimestre de 2014, procedeu-se à revisão dos objetivos e da estratégia, tendo sido aprovadas as Linhas de Orientação Estratégica do MGAM para o triénio 2015-2017, com base nas quais foi elaborado o Programa de Ação e o Orçamento para 2015, aprovado na Assembleia Geral do passado dia 22 de dezembro. Foi estabelecido o aprofundamento da estratégia de crescimento sustentado, diferenciado e qualificado que tem vindo a ser seguida, baseada nos seguintes eixos de atuação:

1. **Prosseguir o crescimento e a fidelização da base associativa**, implementando um plano de colocação das modalidades mutualistas aos balcões da CEMG, continuando o processo de transformação de clientes da CEMG e de outras entidades do Grupo em associados, e implementando um modelo de fidelização dos associados e um sistema de medição da satisfação, continuando a realçar a ponderação dos objetivos associativos nos indicadores de desempenho das entidades do Grupo.
2. **Desenvolver o sistema de controlo interno e reforçar as capacidades de gestão dos riscos**, com políticas e procedimentos adequados ao perfil e dimensão da atividade, nomeadamente desenvolvendo políticas e procedimentos de identificação, gestão e monitorização dos diversos riscos. Desenvolver o Sistema de Informação, avaliar alternativas de capitalização das empresas, mitigar riscos de concentração e otimizar a gestão de ativos e passivos, e melhorar o processo de gestão imobiliária.
3. **Concretizar o reajustamento organizacional do Grupo**, adotando um modelo de organização que permita obter total alinhamento estratégico, poupanças de sinergias, maior eficiência e flexibilidade funcional e otimização do capital e recursos.
4. **Aprofundar a notoriedade da diferenciação da oferta**, desenvolvendo campanhas de promoção e divulgação de soluções mutualistas e materiais de apoio à ação comercial, procurando aumentar o conhecimento sobre funções previdenciais do mutualismo.
5. **Prosseguir as ações de apoio social e desenvolver a política de sustentabilidade**, continuando a dinâmica de atuação no domínio da Responsabilidade Social, através da ação da Fundação Montepio e aprofundando a política de Responsabilidade Social no seio do Grupo, numa perspetiva transversal de sustentabilidade.
6. **Alargar a oferta nos domínios da proteção social complementar, saúde, bem-estar e equipamentos sociais**, desenvolvendo modalidades coletivas para segmentos estratégicos das Empresas-PMEs e modalidades de cobertura de risco e previdência. Alargar e melhorar o apoio domiciliário e a rede de cuidados continuados e de bem-estar, prosseguir a abertura de residências Montepio e o desenvolvimento das respetivas valências. Estudar atuação no apoio à infância e o desenvolvimento de parcerias.
7. **Prosseguir as ações de dinamização sociocultural**, expandindo a outras regiões os espaços M, como espaços dedicados ao desenvolvimento do conhecimento, instrução, cultura e lazer dos Associados. Ampliar as iniciativas

que visem o desenvolvimento cultural, intelectual e físico dos Associados e das suas famílias. Prosseguir o desenvolvimento da atividade do Clube Pelicas.

8. **Divulgar e promover o mutualismo e a cooperação institucional**, aprofundando a política de comunicação sobre mutualismo, desenvolvendo a rede de promotores mutualistas, fomentando a cooperação com outras organizações de economia social, e criando espaços diferenciados de comunicação associativa, nos maiores balcões da CEMG. Prosseguir com a colaboração nos debates sobre a revisão do Código das Associações Mutualistas e demais legislação sobre o mutualismo e a economia social.

6. Responsabilidade Social

Em 2014 foram dados passos relevantes para o desenvolvimento da estratégia de sustentabilidade, com a criação do Comité de Responsabilidade Social, que reúne áreas estratégicas do Montepio Geral Associação Mutualista, da Caixa Económica e da Fundação Montepio.

Foi igualmente dada continuidade aos projetos de Responsabilidade Social na Cadeia de Valor e ao Estudo da Perceção da Responsabilidade Social no Montepio elaborados em 2013.

Merece ainda referência o processo de adjudicação da elaboração do primeiro relatório de sustentabilidade do Grupo, que permitirá realizar o diagnóstico da situação atual e elaborar o mapa futuro da sustentabilidade. Têm, contudo, sido desenvolvidas ações consequentes e integradas de responsabilidade social interna e externa, em cumprimento da missão e valores do Montepio.



RESPONSABILIDADE SOCIAL INTERNA



VOLUNTARIADO CORPORATIVO

No domínio da responsabilidade social interna salienta-se o programa de voluntariado corporativo. O ano de 2014 foi particularmente ativo, tendo sido admitidos 43 novos colaboradores voluntários e 119 promotores comerciais, representando um crescimento de 14,7%.

Durante o ano realizaram-se 58 ações de voluntariado coletivo, 35 das quais em parceria com a Comunidade Vida e Paz – Equipas de Rua,

que abrangeram 481 colaboradores e 5 sessões formativas que envolveram 130 colaboradores. Foram, igualmente, realizadas 2 sessões para os 74 colaboradores da Randstar, empresa que presta serviços de apoio de telemarketing ao Montepio. Em articulação com a Direção de Recursos Humanos foi também elaborado o curso de *e-learning* sobre voluntariado.

No dia 27 de junho, decorreu a 2.ª Edição do «Dia do Voluntariado» do Grupo Montepio. Numa iniciativa promovida pelo Gabinete de Responsabilidade Social, mais de 160 voluntários (colaboradores do Grupo Montepio) estiveram presentes, de norte a sul do país, numa ação de voluntariado única em parceria com a Associação de Reformados do Montepio. Do ambiente à educação e formação, da inclusão ao acompanhamento de projetos estruturais a nível local, na proteção dos animais e na cultura, esta 2.ª edição do Dia do Voluntariado do Grupo Montepio, decorreu em simultâneo em 13 localidades.

PROJETO DAR

Ainda no domínio da responsabilidade social interna, salienta-se o início de um projeto de promoção do envelhecimento ativo, designado por DAR (Desenvolvimento Ativo e Responsável), desenvolvido em parceria com a Direção de Recursos Humanos e com o Gabinete de Responsabilidade Social. O envelhecimento ativo é aplicável desde as fases precoces da vida dos colaboradores, permitindo o seu planeamento global.

A sua promoção abrange todos os níveis etários e inicia-se com a sensibilização para a mudança de atitudes dos destinatários mais jovens. Este enquadramento exige uma estratégia integrada de gestão de recursos humanos para combater o



idadismo, concetualizando esta questão como uma variável do desenvolvimento contínuo da carreira que envolve diversos cenários adequados às necessidades dos *stakeholders* internos.

O projeto assenta basicamente em quatro grandes pilares: Pessoal (Programa Promoção para a Saúde, Programa Apoio a Colaboradores Cuidadores e Parcerias várias com entidades internas ou externas ao Montepio); Atividade (Microcrédito e Bolsa de Promotores Comerciais); Financeiro (Educação Financeira para Colaboradores) e Comunidade (Participação em ações Voluntariado).

RESPONSABILIDADE SOCIAL EXTERNA

A atividade desenvolvida pelo Grupo Montepio no domínio da responsabilidade social externa é assumida prioritariamente pela Fundação Montepio, instituição particular de solidariedade social, criada em 1995 e cuja dotação orçamental provém maioritariamente do Montepio Geral Associação Mutualista.

APOIO À ECONOMIA SOCIAL

Durante o ano de 2014, a Fundação Montepio – em cumprimento do seu Plano de Ação para o ano em curso e com recurso ao apoio técnico do Gabinete de Responsabilidade Social – realizou diversas ações enquanto entidade responsável pela vertente de envolvimento da comunidade, nas áreas da saúde, solidariedade, educação e formação e noutros campos complementares, promotores da cidadania e do desenvolvimento da sociedade portuguesa.

No período em análise deram entrada na Fundação 935 pedidos de apoio, tendo sido indeferidos 553. Foram deferidas 163 solicitações, às quais correspondeu um financiamento no montante 1 708 138,66 euros. O financiamento concedido permitiu às instituições melhorar a qualidade da prestação de cuidados, o início de novas abordagens e intervenções inovadoras e a capacitação de dirigentes e quadros técnicos das instituições, contribuindo para o desenvolvimento da economia social.

PROJETOS PRÓPRIOS DA FUNDAÇÃO

Dos projetos próprios desenvolvidos pela Fundação Montepio, à semelhança do que se verificou em anos anteriores, destacam-se:

• PRÉMIO VOLUNTARIADO JOVEM

Iniciativa promovida pela Fundação Montepio e pela Lusitania – Companhia de Seguros, que tem por objetivo reconhecer e promover o voluntariado jovem, estimular a apresentação de iniciativas inovadoras e apoiar a continuidade de projetos de voluntariado.

No contexto da 4.ª edição do Prémio, foram recebidas 55 candidaturas provenientes de entidades do terceiro setor, tendo-se procedido à seleção dos 5 melhores projetos, cujo prémio, no valor de 25 mil euros, foi entregue ao Projeto «Cicloficina dos Anjos», apresentado pela Federação Portuguesa de Ciclismo e Utilizadores de Bicicleta (Lisboa).

O júri decidiu ainda atribuir, a título excecional, quatro menções honrosas e prémios monetários, no valor de mil euros, a cada uma das restantes quatro organizações finalistas.

• PRÉMIO ESCOLAR MONTEPIO

Esta iniciativa visa financiar projetos educativos inovadores e de qualidade desenvolvidos por estabelecimentos de ensino público, do 3.º ciclo de ensino básico, do Continente e Regiões Autónomas, através da disseminação das boas práticas educativas que melhorem as condições de aprendizagem, a aproximação da comunidade à escola, prevenindo o abandono e o insucesso escolares.



Dando continuidade às edições anteriores foi revisto o regulamento, o formulário e a estratégia de divulgação do prémio escolar. O número de candidaturas aumentou significativamente tendo 86 estabelecimentos de ensino apresentado um projeto para candidatura ao prémio.

Na Edição de 2014 (6.ª edição) a Fundação Montepio distinguiu três agrupamentos e concedeu duas menções honrosas, no valor total de 88 749 euros, viabilizando desta forma iniciativas que envolvem mais de 737 docentes e 10 039 alunos.

• FROTA SOLIDÁRIA

No âmbito do Projeto da Frota Solidária, após conclusão do processo final de análise das 600 candidaturas e seleção das entidades beneficiadas, foram adquiridas e decoradas 21 viaturas cuja entrega se processou no dia 14 de julho de 2014, na cidade do Porto.

Desde 2008, já foram beneficiadas 124 instituições, disseminando o projeto por todo o país, com evidentes mais-valias para as instituições contempladas e para os seus clientes e rede informal de apoio.

Na edição de 2014 a verba envolvida foi de 487 274,20 euros, tendo sido contempladas 20 instituições.



• PROGRAMA MONTEPIO INCENTIVO SUPERIOR

Em 2014 realizou-se a primeira edição do Programa Montepio Incentivo Superior que, sendo dirigido às instituições de ensino superior portuguesas, tem como principal objetivo apoiar os estudantes que manifestam dificuldades em suportar os custos de frequência do ensino superior, nomeadamente as despesas com propinas, alojamento, alimentação e material escolar.

Da análise das candidaturas recebidas, realizada de acordo com os requisitos constantes do Regulamento do Programa, resultou a seleção de 4 universidades, que beneficiaram de um apoio da Fundação Montepio. O contributo da Fundação Montepio, no valor total de 30 000€, permitirá reforçar os fundos de apoio social das universidades, beneficiando cerca de 90 estudantes do ensino superior e contribuindo para evitar o abandono de alunos universitários.



PROJETOS DESENVOLVIDOS EM PARCERIA

• PROJETO MAIS – MELHOR AÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL

Este projeto tem como objetivo último, através da capacitação dos técnicos e dirigentes das organizações sem fins lucrativos (OSFL), criar valor e permitir a sustentabilidade destas organizações.

Em 2014, foi assegurada a continuidade do projeto, com uma segunda edição, desta vez um pouco mais abrangente geograficamente, e que possibilitou a formação de 52 técnicos e dirigentes, de 48 organizações, e a consultoria em três organizações.

Este projeto de capacitação na área da gestão é dirigido aos executivos do setor social e visa promover a melhoria das suas competências técnicas através de vários módulos de formação (Gestão e Planeamento Estratégico, Marketing e Angariação de Fundos, Sustentabilidade Financeira, e Gestão de Pessoas). Além da formação, o MAIS inclui ainda «task forces» (sessões de partilha e aprendizagem, com exercícios práticos) e no final de cada módulo de formação as organizações com melhor desempenho beneficiarão de consultoria gratuita e especializada.

Note-se, ainda, que esta terceira edição do MAIS, para além de ter contado com os parceiros da edição anterior – a saber, Fundação Gulbenkian, EEA Grants, TESE – Associação para o Desenvolvimento, Accenture, Católica Porto Business School, Impulso Positivo e UDIPSS-Porto –, permitiu o envolvimento em parceria a UDIPSS de Santarém, parceiro de importância fundamental junto das organizações desta área geográfica.

• PROJETO CUIDAR MELHOR

Este projeto visa contribuir para a inclusão e promoção dos direitos das pessoas com demência, bem como para o apoio e valorização dos familiares e profissionais que lhes prestam cuidados.

Resulta de uma parceria entre a Fundação Montepio, a Fundação Calouste Gulbenkian, a Associação Alzheimer Portugal e o Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa, aos quais se associaram a empresa Sonae Sierra e os Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra.

Um dos objetivos do projeto consiste na criação de gabinetes técnicos pluridisciplinares, para prestação de serviços de informação, encaminhamento, apoio jurídico e formação. Os três gabinetes em funcionamento, um em cada um dos referidos concelhos, realizaram 483 atendimentos no ano de 2014, tendo também ampliado os serviços disponibilizados.

Durante o ano de 2014 foram ainda realizadas 19 ações de formação, 7 dirigidas a cuidadores familiares e 12 dirigidas a cuidadores profissionais. Estas ações reuniram, no total, 182 participantes.

Durante o ano de 2014 foram também criados 5 novos Cafés Memória (2 em Lisboa, Campo Maior, Porto e Viana do Castelo). Os 7 Cafés Memória em funcionamento reuniram 407 participantes (num total de 990 participações).



• PLATAFORMA DE FONTES DE FINANCIAMENTO PARA A ECONOMIA SOCIAL

A Fundação Montepio, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação EDP, Fundação PT e Instituto de Segurança Social, IP uniram esforços para financiar e acompanhar, ao nível estratégico, o desenvolvimento de uma Plataforma sobre fontes de financiamento da Economia Social.

Ao longo de 2014, este projeto, consubstanciado num Protocolo de Colaboração, foi desenvolvido pela Call to Action, IES, Stone Soup e TESE, que congregaram capacidades e conhecimentos para a sua concretização disponibilizando às entidades da Economia social, no mesmo endereço, uma Base de Dados de fontes de financiamento e recursos financeiros, um Centro de Aprendizagem, um Centro de Recursos e um Serviço de Apoio em Linha.

Com esta Plataforma pretende-se suprir as principais carências identificadas neste domínio na Economia Social, ou seja, o desconhecimento sobre os financiamentos disponíveis a nível nacional e internacional, a falta de capacidades e estruturas internas dirigidas à obtenção de fontes de financiamento e a falta de estratégias de sustentabilidade financeira de médio e longo prazo.

7. Valorização das Relações Associativas e Difusão do Mutualismo

COMUNICAÇÃO ASSOCIATIVA

No que respeita às ações de divulgação e promoção do mutualismo, o grupo Montepio continua a desenvolver a política de comunicação através de ações a nível nacional, nomeadamente nos media, mas também noutros meios de comunicação, e a criar espaços diferenciados de comunicação associativa nos balcões da CEMG.

Há vários anos que o Grupo Montepio é distinguido pelas estratégias e projetos de comunicação que realiza, seja em suporte papel, seja em suporte eletrónico.

O MGAM orgulha-se de, através das suas publicações, ser capaz de criar laços e estabelecer relações próximas e dialogantes com a comunidade de associados do Montepio. Nesse sentido, disponibiliza várias publicações, como a Revista Montepio, cuja primeira edição foi publicada em junho de 1984 e desde então constitui um laço indispensável para a aproximação aos associados. Existe em formato PDF e está disponível para *iPad*, contribuindo para aumentar e promover a proximidade e a ampliar a rede de comunicação com os mais de 630 mil associados do Montepio.

Esta publicação é especialmente direcionada aos associados com idade superior a 20 anos, enquanto o jornal Montepio Jovem é dirigido aos associados com idades entre os 13 e os 20 anos.

A revista VOA, por sua vez, tem como público-alvo os sócios do Clube Pelicas (dos 0 aos 13 anos), que trimestralmente podem acompanhar as histórias do Pelicas e seus amigos. A revista pretende transmitir os valores do Montepio de forma

DISTINÇÕES EM COMUNICAÇÃO

O «Grande Prémio APCE 2014 – Excelência em Comunicação», iniciativa promovida pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa, distinguiu o Montepio em quatro categorias:

- Publicação Externa
- Vídeo e Webcast
- Imagem e Ilustração
- Website



A nível internacional 2 publicações foram distinguidas na edição 2014 dos Pearl Awards:

- A revista de comunicação interna do Grupo, Em direto
- O jornal Montepio Jovem



Na cerimónia de entrega dos Pearl Awards, realizada em Nova Iorque, as publicações arrecadaram três medalhas de Prata, em igual número de categorias.

A revista Em direto foi distinguida como a 2.ª melhor nas categorias «Editorial: Most Improved Magazine» e «Design: Most Improved Magazine», tendo o jornal Montepio Jovem, arrecadado a medalha de Prata na categoria «Design: Best Use of Illustration, B2C».



pedagógica, apelativa e divertida, acompanhando as crianças na sua vida através de brincadeiras, aprendizagem e descobertas e procura, em simultâneo, atraí-los para o universo do Pelicas.

No final de 2014 a estratégia de comunicação do Clube Pelicas mudou, passando a existir duas imagens diferentes que representam a figura do Pelicas: uma imagem mais infantil aplicada à comunicação dos 0 aos 6 anos e uma imagem mais jovem, aplicada à comunicação dos 7 aos 13 anos.

Deste modo, a VOA é uma revista que são duas, com duas capas, podendo os jovens leitores escolher os conteúdos com que mais se identificam.

Adicionalmente o Montepio disponibiliza a e-newsletter, mensalmente, onde divulga informação sobre a atividade do Montepio e sobre as soluções, benefícios e iniciativas que inspiram o Grupo Montepio.



Iniciativa solidária que reuniu 55 mil euros para o projeto da Cáritas Portuguesa «Prioridade às Crianças»



A 2.ª Corrida Montepio juntou a 26 de outubro de 2014, em Lisboa, mais de 10 000 pessoas que responderam ao apelo da Associação Mutualista Montepio

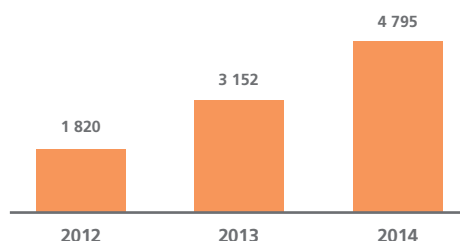
AÇÕES DE DINAMIZAÇÃO ASSOCIATIVA

No âmbito das iniciativas de Dinamização Associativa foram realizadas em todo o país 159 atividades de cariz lúdico, cultural e formativo que reuniram 4 795 participantes, registando-se um crescimento de participação de 66%, que reflete não só a fidelização dos associados do Montepio como também a captação de novos participantes.

ATIVIDADES DE DINAMIZAÇÃO ASSOCIATIVA

MAIS PARTICIPADAS EM 2014	PARTICIPANTES	LOCAL
Passeios com História com o Dr. Joel Cleto	452	Porto
Rota dos Faróis da Costa Portuguesa	269	Portugal Continental
O Percorso da Via Algarviana	251	Algarve
Curso de Iniciação à Internet Sénior	158	Portugal Continental
Palácio de Belém	140	Lisboa

EVOLUÇÃO DO N.º PARTICIPANTES NAS ATIVIDADES DA DINAMIZAÇÃO ASSOCIATIVA



Durante o ano de 2014, para além do aumento da oferta e diversificação de atividades, o MGAM alargou a oferta formativa a 2 novos Workshops complementares: «Elabore o seu *Curriculum Vitae*» e «Saber estar na Entrevista de Emprego», concebidos a pensar na fidelização dos associados recém-licenciados, em situação de desemprego, ou como oportunidade de valorização pessoal e profissional.

Importa destacar que este Workshop mereceu reconhecimento externo, tendo sido integrado nas atividades letivas de 2014/2015 da Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa (ESSCVP) e enquadrado em horas correspondentes ao Ensino Prático V (último estágio do Curso de Licenciatura). As sessões foram disponibilizadas gratuitamente aos finalistas da ESSCVP, no âmbito da parceria existente com a Cruz Vermelha Portuguesa.

O sucesso obtido nas edições anteriores dos Concursos de Ensaio e Fotografia motivou a reedição, em 2014, desta iniciativa destinada aos associados que desejem partilhar a sua visão, perspetiva e leitura sobre os temas sugeridos pelo Montepio.

Participaram na 5.ª edição do Concurso de Ensaio 600 Associados, sobre o tema «Trabalho e Vida Familiar» e do Concurso de Fotografia, alusivo ao tema «Agricultura Familiar», cuja sessão de entrega de prémios decorreu no espaço «Atmosfera m», no Porto.

2014 foi, também, o ano da formalização do Protocolo de Cooperação com a Academia das Ciências de Lisboa (ACL), uma das mais antigas instituições científicas nacionais de existência contínua, fundada em 24 de dezembro de 1779 no reinado de D. Maria I, que permitirá aos associados do Montepio e respetivos acompanhantes assistir e usufruir das iniciativas de âmbito cultural e científico promovidas, tendencialmente gratuitas. O Montepio vai também aliar-se à ACL na atribuição do Prémio Montepio a conferir ao melhor trabalho de dissertação de Doutoramento, no valor de 10 000€.

CLUBE PELICAS

O Clube Pelicas é um projeto de dinamização associativa, dirigido aos associados dos 0 aos 13 anos de idade e que engloba várias vertentes de atuação.

As dinâmicas estabelecidas nos últimos anos contribuíram para uma evolução positiva e contínua, tendo-se verificado no ano de 2014 um aumento de 3,7% no número de associados.

O perfil etário dos associados do Clube Pelicas revela-nos que a sua maioria se encontra na faixa etária dos 5 aos 9 anos de idade, fase em que as crianças adquirem mais competências sociais devido à integração na escola.

Tendo em conta este facto, o projeto «Pelicas vai à Escola», que visa dar a conhecer junto dos mais pequenos os valores mutualistas da solidariedade, entreajuda, não discriminação e a poupança como forma de previdência e prevenção de riscos futuros, constitui motivo de forte dinamização junto da faixa etária de maior peso do Clube.

Em 2014 estabeleceu-se uma parceria com a APCOI – Associação Portuguesa contra a Obesidade Infantil que permitiu a criação de um projeto conjunto, de divulgação do Clube Pelicas e da importância de uma alimentação saudável, junto da comunidade escolar, com idades até os 10 anos e que abrangeu até ao momento cerca de 800 crianças de várias regiões do país. Através de um programa de incentivos ao consumo de fruta que decorre durante todo o ano letivo, as crianças são sensibilizadas desde pequenas a ter hábitos alimentares saudáveis. Nas escolas mais participativas realiza-se também uma peça teatral com a presença da mascote Pelicas.

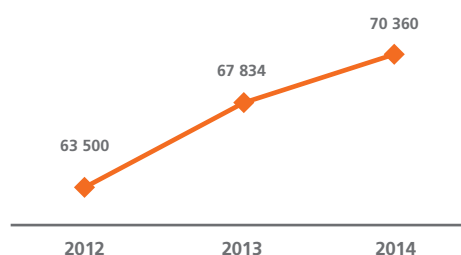
No seguimento do objetivo de divulgação do Clube Pelicas e das suas atividades foi estabelecida uma colaboração com a revista «Estrelas e Ouriços». Esta revista compila de forma resumida e organizada um conjunto de atividades com o objetivo de auxiliar as famílias a programar o seu tempo com as crianças.

Em 2014, procedeu-se também à mudança de imagem do Clube Pelicas e dos seus veículos de contacto com os associados, nomeadamente o site e a revista, de modo a responder de forma mais adequada às expectativas do segmento alvo. O site do Clube Pelicas assinalou um incremento de cerca de 37% de utilizadores, registando cada vez mais visitas fidelizadas. Os passatempos foram também amplamente participados, tendo sido premiadas 130 crianças associadas.

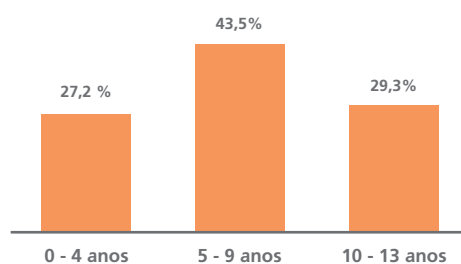
O Clube Pelicas marcou também presença em vários eventos dirigidos às crianças, dos quais destacamos a presença no Festival Panda, no Baby Gil, na 2.ª Corrida Montepio, e na peça infantil «A Bela e o Monstro», no teatro da Trindade.

A mascote Pelicas continua a constituir um grande fator de atração e notoriedade nos eventos e atividades dirigidas aos associados, como foi o caso do Comboio de Natal na Floresta Encantada,

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ASSOCIADOS DO CLUBE PELICAS



PERFIL ETÁRIO DOS ASSOCIADOS DO CLUBE PELICAS – 2014



na Tapada Nacional de Mafra, o espetáculo do «Som e o Silêncio», de Paula Teixeira, ou no *casting* para a participação de associados na peça «A Bela e o Monstro».

PROJETO RedeMut

No âmbito do projeto RedeMut – Associação Portuguesa das Mutualidades, onde se inclui o MGAM, e em complemento aos serviços médicos prestados durante o dia nas clínicas das associações aderentes, a RedeMut lançou, em fevereiro de 2014, o Serviço de Assistência Médica Domiciliária Noturna, de cobertura nacional, assegurado pelas Residências Montepio – Serviços de Saúde. Com este novo serviço, os associados beneficiam da possibilidade de acederem a consultas de clínica geral ao domicílio, nos dias úteis entre as 20h00 e as 7h00, e aos sábados, domingos e feriados, ao longo das 24 horas, de transporte de urgência gratuito para o hospital, e do serviço de aconselhamento gratuito por telefone.

O Montepio continuou a prestar apoio técnico e humano ao desenvolvimento da RedeMut, nomeadamente, assegurando o processo de emissão do respetivo cartão de identificação, tendo sido emitidos cerca de 506 000 cartões, 408 000 para associados do Montepio e 98 000 para os associados das restantes mutualidades até ao final de 2014.

No contexto das comemorações do Dia Nacional do Mutualismo, a RedeMut organizou, com a colaboração do Montepio, no dia 25 de outubro, no Espaço Atmosfera m do Porto, a palestra sobre o tema «Eficiência nos Sistemas Complementares de Saúde». Além de representantes das mutualidades portuguesas estiveram presentes no evento o Presidente da CIRIEC Portugal (*Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative*) e representante da Associação Internacional «*Rencontres du Mont-Blanc*», Jorge de Sá, bem como Arielle Garcia, da FNMF (Federação Nacional das Mutualidades Francesas) e Corinna Hartrampf, Project Manager da AIM (Associação Internacional das Mutualidades).



Atmosfera m

O espaço atmosfera m, no Porto, abriu ao público em março de 2014, vindo ajudar a cumprir a missão mutualista do Montepio e concretizando a disponibilização de «espaços de cidadania» nos quais são realizadas iniciativas orientadas para o pensamento, a reflexão, a aprendizagem, as artes, a cultura, a solidariedade e a intervenção cívica.

Entre março e dezembro de 2014, registou-se a participação de cerca de 9 mil pessoas nas várias iniciativas desenvolvidas no espaço, destacando-se, entre os eventos abertos ao público, maior participação nas Tertúlias da Sociedade Civil, evento com frequência semanal, e nas exposições com temáticas mensais. O espaço foi igualmente utilizado pelo universo de colaboradores/direções do Montepio para reuniões e formações.

Ao longo do ano, o espaço Atmosfera m do Porto foi palco de várias conferências que compreenderam os seguintes temas: «Sociedade Civil a Norte», «Liberdades», «Europa», «Infância», «Conciliação Familiar», «800 anos da Língua Portuguesa», «Envelhecimento Ativo», «Poupança» e «Solidariedade».

Outras atividades tiveram lugar no espaço Atmosfera m como a Hora do Conto e Férias do Pelicas para os mais novos, o Clube do Livro e Encontro com Escritores, o Café Memória (grupo de ajuda ao doente de Alzheimer), e GEPE – Grupo de Apoio à Procura de Emprego.

Em Setembro de 2014, em parceria com a RUTIS – Associação Rede de Universidades da Terceira Idade, começou a funcionar, neste espaço, a Academia Intergeracional, que já tem 80 inscrições. Para além da Rutis, o espaço contou com a participação/parceria de 64 entidades externas ao Montepio.

Em fevereiro de 2015, no arranque das celebrações dos 175 anos da Associação Mutualista foi inaugurado o espaço atmosfera m de Lisboa.



DIFUSÃO DO MUTUALISMO

No início de 2014, entrou em funcionamento o Gabinete de Estudos Sociais e Mutualistas, tendo como missão realizar e divulgar estudos que contribuam para o conhecimento da realidade social, e sobre temas relacionados como associati-

vismo, proteção social, mutualismo e economia social, bem como promover a cooperação com organizações nacionais e internacionais no âmbito da investigação e debate daqueles temas.

Nesse sentido, foram desenvolvidas ao longo do ano de 2014 as seguintes atividades:

- Realização do Inquérito à Satisfação dos Associados – 2014 (6.ª edição), através de uma amostra estratificada por direção comercial e comportamento associativo, aleatória e representativa de um universo de 350 463 associados, tendo como objetivo a avaliação do nível de satisfação global, por pontos de contacto e por modalidades e outros serviços.
- Publicação semanal na Intranet, para todos os colaboradores do Montepio, do boletim informativo e formativo «INFO Social e Mutualista».
- Constituição de uma base de dados com Indicadores e Estudos Sociais e Mutualistas.
- Realização do Inquérito à Perceção do Mutualismo entre colaboradores do Montepio, através de uma amostra estratificada por antiguidade, colocação e função, aleatória e representativa de um universo de 3 782 colaboradores, tendo como principais objetivos, a aferição do grau de conhecimento imediato sobre o mutualismo e a identificação de necessidades de formação.
- Realização de análise de viabilidade técnica e operacional de Estudos sobre Saúde e Bem-Estar a promover junto de associados do Montepio e em cooperação com centros de investigação universitários e outros parceiros institucionais.
- Apoio à realização do 1.º Encontro de Colaboradores Montepio que frequentaram ou frequentam programas de pós-graduação em economia social, tendo como objetivo partilhar, valorizar e aplicar os saberes e as competências adquiridos e criar um grupo permanente de reflexão e ação, dinamizador da economia social, dentro e fora do Montepio.

Apresenta-se, ainda, um conjunto de situações e eventos que contaram com a participação do Montepio:

- Direção do Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (IPPS-IUL), na qual o Montepio é vogal.
- 1.º Congresso IPSS e Misericórdias da Madeira «Novos compromissos, novas respostas, repensar o Terceiro Sector», em fevereiro, com intervenção de António Tomás Correia sobre «A perspetiva das mutualidades».
- XI Congresso Nacional das Misericórdias «Economia Social – Esperança para os Desafios do Futuro», em maio, com intervenção de António Tomás Correia sobre «A UMP – Via da Sustentabilidade das Misericórdias».
- V Congresso da CNIS «Solidariedade – Novos Caminhos, Valores de Sempre», em junho, com intervenção de António Tomás Correia sobre «Empreendedorismo Social Coletivo e Inovação Social».
- Conferência Internacional «Desafios da Economia Social e Solidária», em maio, organizada pelo CIRIEC Portugal.
- Reuniões do Conselho de Orientação do *Institut de la Protection Sociale Européenne* (IPSE), em Paris e Bruxelas.
- «40.ª Rencontre IPSE – Renouveler la solidarité entre générations pour la protection sociale», em Bolonha, em julho, com intervenção sobre «Les solidarités intergénérationnelles conditions de nos progrès».
- Séminaire Audiens, em Lisboa, em outubro, com intervenção sobre «La protection sociale au Portugal: le rôle et les enjeux de la mutualité».
- Jornada «Las empresas de economía social ante la agenda post 2015 promovida por Naciones Unidas», organizada pela *Confederación Empresarial Española de la Economía Social* (CEPES), em Madrid, em dezembro.
- Conferência «La Economía Social ante la futura agenda de las instituciones europeas», organizada pela CEPES, em Madrid, em dezembro.
- Rencontre 2014 do GIP Santé Protection Sociale Internationale «Financement de la Santé et de la Protection Sociale», em Paris, em dezembro.
- Conferência «Entrepreneurs Sociaux: Prenez la Parole!», organizada pela Comissão Europeia, em Estrasburgo, em janeiro, onde foi anunciado o prosseguimento dos trabalhos conducentes à aprovação de um regulamento do estatuto da mutualidade europeia.
- Publicação do «Manifest de l'assurance mutualiste européenne», em 5 de junho, pela *Association des assureurs mutuels et coopératifs en Europe* (Amice), estrutura representativa de cooperativas e mútuas de seguros europeias,

dirigido às autoridades da União Europeia, proclamando a necessidade do lançamento do estatuto da mutualidade europeia, enquanto fator de reconhecimento do seu modelo de empresa alternativo ao modelo capitalista.

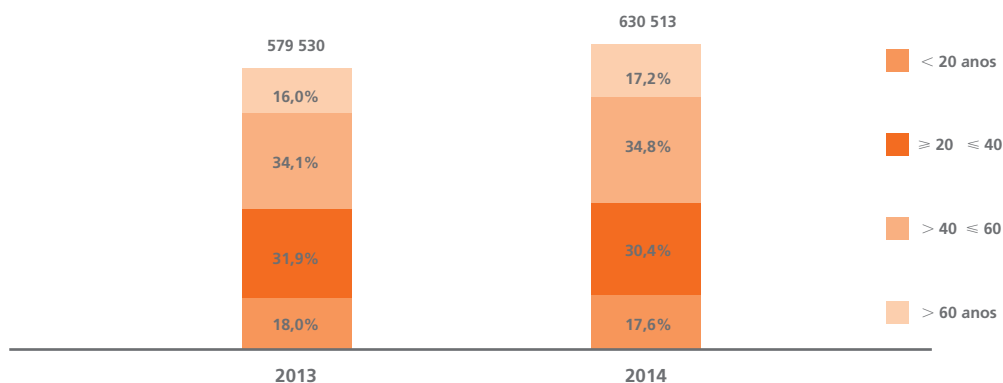
- Conferência Internacional «*Unlocking the Potential of the Social Economy for EU Growth*», em Roma, em novembro, organizada pela presidência italiana do Conselho da União Europeia, onde se recomendou a implementação dos estatutos europeus das diversas famílias de organizações da economia social, nomeadamente as mutualidades.
 - Recondução do Intergrupo Economia Social, no Parlamento Europeu, em dezembro, que tem desempenhado um importante papel facilitador do diálogo e da ligação entre o setor da economia social e os membros do Parlamento Europeu.
-

8. Atividade Associativa

8.1. BASE DE ASSOCIADOS

O movimento associativo voltou a revelar, ao longo do ano de 2014, um comportamento positivo, num contexto socio-económico de dificuldades e constrangimentos. Não obstante, foi possível alargar o leque de associados do Montepio que se traduziu numa taxa de crescimento anual de 8,8%, acima do que se tinha verificado no ano anterior (8,4%). O ano de 2014 terminou, por isso, com um total de associados de 630 513 que compara com 579 530 associados registados em 2013. A evolução da estrutura etária de associados esteve alinhada com a tendência demográfica, salientando-se o reforço do número de associados com mais de 40 anos, situação que já se tinha verificado no final do ano transato. Entre 2013 e 2014, a idade média dos associados aumentou dos 39 anos para os 40 anos.

NÚMERO DE ASSOCIADOS EFETIVOS E DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA



A ação conjunta da rede de balcões da CEMG e dos canais de dinamização associativa da Associação Mutualista continuam a ser importantes veículos para o alargamento da base associativa e para reforçar o envolvimento dos associados. Em termos líquidos, observou-se um aumento de 50 983 associados (45 112 associados em 2013) com a particularidade de se terem registado não, apenas, mais admissões como, também, menos saídas de associados comparativamente com o ano de 2013.

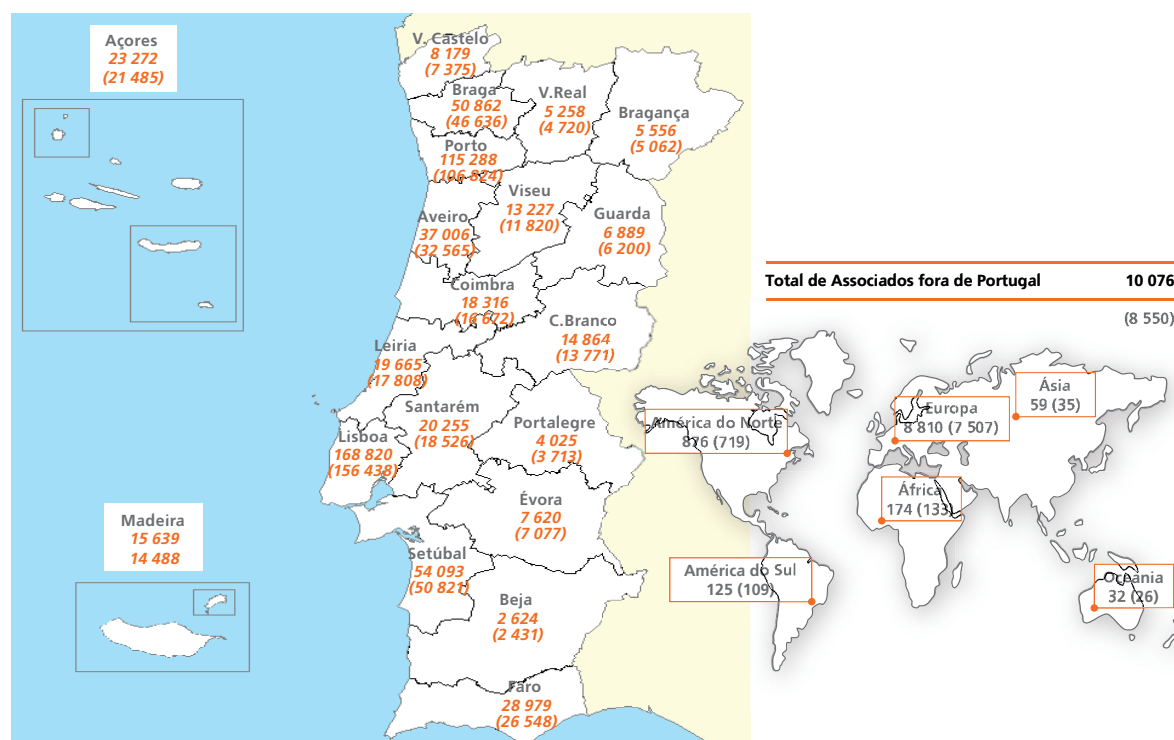
MOVIMENTO ANUAL ASSOCIATIVO

DESIGNAÇÃO	2013	2014	(Unidades)	
			Variação	
			N.º	%
Entradas				
Admissões	66 685	71 767	5 083	7,6
Readmissões	1 389	1 517	128	9,2
Saídas				
Falecimentos e habilitações	1 223	970	-253	-20,7
Cessões de direitos, desistências e eliminações	21 739	21 331	-408	-1,9
Total de Associados	579 530	630 513	50 983	8,8

Em termos de género manteve-se a representação de ambos os sexos: ligeira predominância do sexo feminino representando 50,9% e 49,1% do género masculino.

Em termos geográficos, o universo de associados distribuiu-se ao longo do território nacional, Continente e Ilhas, em função da densidade populacional dos vários distritos. De uma forma mais significativa, o conjunto dos associados continua a ter uma maior concentração nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Braga e Aveiro, onde a representatividade totaliza cerca de 67,6% (apenas nos distritos de Lisboa e Porto concentram-se 45,1% do total de associados). De destacar, ainda, o aumento de mais 1 526 associados sediados no estrangeiro, o que traduz uma taxa de crescimento anual de 17,8% (19% em 2013).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DO NÚMERO DE ASSOCIADOS EM 2014 (2013)

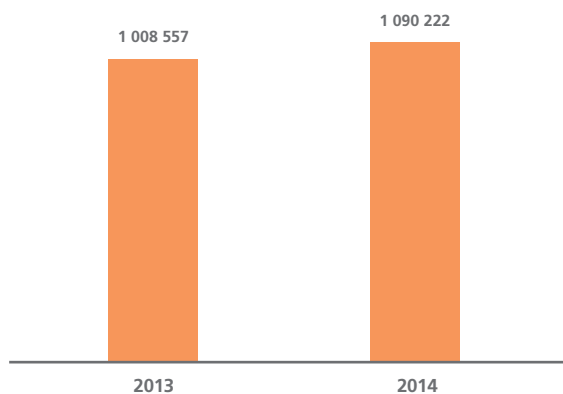


SUBSCRIÇÕES DE MODALIDADES

O número de subscrições de modalidades associativas cresceu 8,1% em 2014, tendo finalizado o ano com um total acumulado de 1 090 222 subscrições. O número médio de subscrições por Associado foi de 1,73 em 2014, sensivelmente ao nível do ano anterior (1,74).

Ao 2014, registaram-se 148 285 novas subscrições em modalidades associativas, com um ligeiro acréscimo face ao valor de 2013 (147 623). As novas subscrições canalizaram-se, preferencialmente, para modalidades de capitalização: Montepio Poupança Complementar (40,6%), Montepio Capital Certo (31,2%) e em Modalidades de Previdência, com destaque para a modalidade Montepio Proteção 5 em 5 (22,8%).

NÚMERO DE SUBSCRIÇÕES



A estrutura das novas subscrições em modalidades mutualistas apresentou o seguinte comportamento:

NÚMERO DE NOVAS SUBSCRIÇÕES POR MODALIDADES

MODALIDADES INDIVIDUAIS	2013		2014		Variação	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Montepio Poupança Complementar	42 615	28,9	60 157	40,6	17 542	41,2
Montepio Capital Certo	58 942	39,9	46 196	31,2	-12 746	-21,6
Montepio Proteção 5 em 5	33 207	22,5	33 860	22,8	653	2,0
Montepio Proteção Encargos (¹)	7 257	4,9	2 716	1,8	-4 541	-62,6
Montepio Proteção 18-30	2 603	1,8	2 277	1,5	-326	-12,5
Capitais Previdência Diferidos com Opção	2 402	1,6	2 247	1,5	-155	-6,5
Outras	597	0,4	832	0,6	235	39,4
TOTAL	147 623	100,0	148 285	100,0	662	0,4

(¹) Inclui as Modalidades «Montepio Proteção Crédito à Habitação», «Montepio Proteção Crédito Individual» e «Montepio Proteção Outros Encargos».

A modalidade Montepio Poupança Complementar foi aquela que apresentou uma maior subida em termos de novas subscrições, comportamento inverso ao da modalidade Montepio Capital Certo, em que se registou a maior variação negativa em número de novas subscrições justificado, sobretudo, pelo menor número de séries emitidas, em 2014, comparativamente com igual período homólogo (15 séries emitidas em 2013 e, apenas, 12 séries emitidas em 2014). Referência, ainda, para o comportamento positivo revelado pela Modalidade Proteção 5 em 5 enquanto a modalidade Montepio Proteção Encargos manifestou um comportamento diretamente relacionado com a menor concessão de crédito (à habitação individual) e, também, outros encargos.

8.2. DESENVOLVIMENTO DA OFERTA MUTUALISTA

MODALIDADES

Prosseguindo a sua política de satisfação das necessidades dos Associados, alargando a base associativa e aprofundando o relacionamento, a Associação Mutualista continuou, em 2014, a divulgar e a promover a sua oferta de modalidades.

Assim, no que diz respeito às modalidades de poupança, que permitem aos associados constituir e valorizar as suas poupanças, foram emitidas 12 séries da modalidade Montepio Capital Certo, a 5 anos e 1 dia, que permitiram captar um montante global de cerca de 560,8 milhões de euros.

Em relação às modalidades de proteção, que permitem aos associados a cobertura financeira dos riscos de morte, invalidez ou velhice, foram efetuadas ao longo do ano diversas ações de divulgação da sua colocação e dinamização junto das redes de distribuição.

À semelhança de 2013, efetuou-se em 2014 uma campanha de divulgação e promoção da modalidade Montepio Poupança Complementar, dirigida à captação e fidelização de Associados menores de idade sob o nome «Montepio Poupança Complementar Jovem».

As campanhas acima referidas, para além de recorrerem aos diversos media disponíveis (TV, Imprensa, Rádio, Cinema e Internet), foram também acompanhadas por ações de dinamização/divulgação junto dos balcões da Caixa Económica.

PARCERIAS

O ano de 2014 ficou assinalado pela celebração de um acordo de parceria estratégica na área das telecomunicações com a PT/MEO em março, após negociações que envolveram os três operadores do sector.

Com esta parceria, os associados passaram a beneficiar de ofertas exclusivas que acumulam com as condições de campanha desenvolvidas pelo operador ao longo do ano: 18% de desconto nos tarifários *Unlimited* e a oferta de uma mensalidade nos pacotes Fibra e ADSL.

Dando seguimento à estratégia de celebração de acordos, no âmbito dos Benefícios Complementares para Associados foram assinadas 100 novas parcerias, no ano de 2014, abrangendo entidades de âmbito nacional e local.

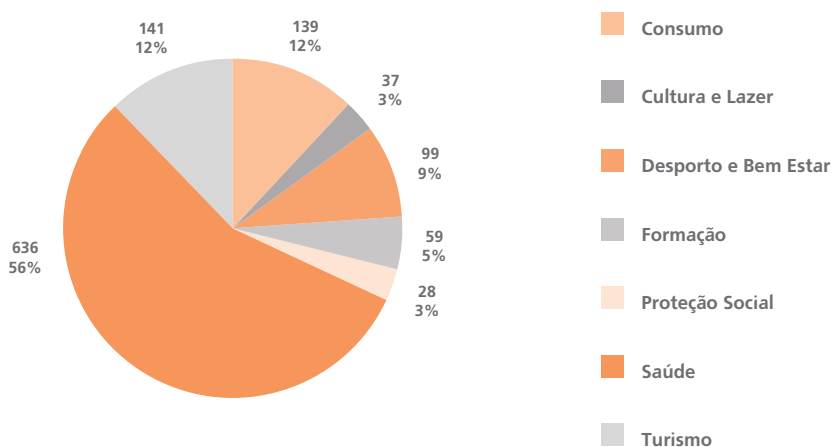
É de realçar que se manteve a política de privilegiar acordos a nível local, visando uma maior proximidade com os associados, bem como com o sector da saúde, que representou 59% do total de parcerias realizadas em 2014, justificado pelo maior interesse e valor percebido para os associados neste domínio.

As parcerias estabelecidas para desenvolvimento de benefícios complementares para associados somaram no ano de 2014 um total de 1 139 acordos.

NOVOS ACORDOS DE PARCERIA CELEBRADOS – 2014

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	N.º	%
Saúde	59	59,0
Consumo	13	13,0
Turismo	8	8,0
Desporto e Bem-Estar	9	9,0
Formação	7	7,0
Cultura e Lazer	4	4,0

NÚMERO TOTAL DE ACORDOS EXISTENTES EM 2014 POR ÁREAS



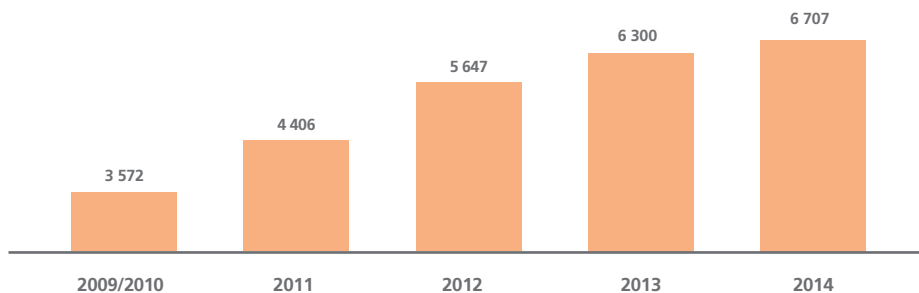
Neste domínio, continua, ainda, a revelar-se estratégica a parceria do Montepio com a Repsol que, após 5 anos, mantém a progressão no número de utilizadores e no consumo efetuado com os cartões Montepio Repsol, permitindo, aos associados efetivos, maiores de 18 anos, beneficiar de um desconto de 6 cêntimos por litro de combustível na rede de Estações de Serviço aderentes.

Em 2014 foram emitidos 44 746 cartões Montepio Repsol, tendo o montante do benefício acumulado, para os seus utilizadores, ascendido a 6,7 milhões de euros.

O benefício total acumulado desde o início da parceria, em outubro de 2009 até dezembro de 2014, já permitiu que os associados utilizadores do cartão Montepio Repsol poupassem mais de 26,6 milhões de euros na aquisição de combustíveis.

CARTÕES REPSOL – POUPANÇA ANUAL PARA OS ASSOCIADOS

(milhares de euros)



9. Evolução do Balanço e Resultados

9.1. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E GESTÃO DOS RISCOS

A política de investimentos do MGAM, ao longo de 2014, manteve um perfil conservador e prudente de orientação para o longo prazo, mediante uma análise casuística de responsabilidades e, também, da ponderação do risco *versus* retorno das aplicações financeiras.

Os investimentos do MGAM são, habitualmente, realizados após a análise da composição da carteira de ativos de cada modalidade e da respetiva rendibilidade. As aplicações financeiras são selecionadas de acordo com a informação financeira disponível, nomeadamente, relatórios e contas dos emitentes, classificações de *rating* e publicações de *research* de bancos de investimento.

A alocação dos investimentos às carteiras das modalidades é efetuada através da conjugação de alguns fatores, como por exemplo, a rendibilidade e os prazos, os riscos e o perfil das modalidades, assegurando, deste modo, os níveis desejados de solvabilidade.

A política interna de investimentos prevê, ainda, a realização de aplicações de curto prazo para a carteira de negociação com a finalidade de obter mais-valias, bem como a utilização de derivados para a cobertura de determinados riscos. O MGAM tem como política não investir em setores com reputação negativa, tais como fabrico de armas, produtores de tabaco entre outras.

Ao longo do ano de 2014, privilegiaram-se, sobretudo, os investimentos em dívida corporate de rendimento fixo, procurando conjugar o menor risco possível com a maximização do rendimento. Efetuaram-se, também, aplicações em papel comercial, com a finalidade de aumentar a rendibilidade da carteira de títulos tendo, paralelamente, sido assegurados os níveis de liquidez desejáveis para o cumprimento das responsabilidades das modalidades. A *duration* da carteira (obrigações de taxa fixa), no final de 2014, situou-se em 3,38 anos.

Em termos de gestão de risco procurou-se identificar e acompanhar os riscos inerentes à atividade mutualista e, através da sua mensuração, manter níveis adequados de exposição, por forma a não afetar negativamente a situação patrimonial da Associação Mutualista. O controlo do risco de mercado da carteira de ativos financeiros tem sido gerido tendo em atenção os fatores que podem influenciar o seu valor, nomeadamente, i) as taxas de juro de mercado, no caso dos títulos de rendimento fixo, ii) as expectativas de evolução das cotações dos títulos no mercado e iii) o risco dos emitentes.

O nível de adequação dos ativos de cada modalidade é gerido em termos de liquidez e de rendibilidade, de acordo com as suas características e com o perfil de responsabilidades, designadamente, maturidades, taxas técnicas, esperança de vida e sinistralidade.

São também efetuados alguns testes de sensibilidade com a finalidade de determinar o impacto no valor dos ativos financeiros e das responsabilidades, resultante de hipóteses de alterações das taxas de juro de mercado, reembolsos ou mortalidade.

9.2. EVOLUÇÃO E RENDIBILIDADE DOS ATIVOS

O volume líquido de ativos da Associação Mutualista finalizou o ano de 2014 com um total de 4 748 milhões de euros, traduzindo uma taxa de crescimento anual de 16,7% (19,6% em 2013).

EVOLUÇÃO DOS ATIVOS E DAS TAXAS DE RENDIMENTO

(milhares de euros)

CLASSE DE ATIVOS	2013		2014		Variação	
	Valor	Tx. Rend. (%)	Valor	Tx. Rend. (%)	Valor	%
Títulos	1 452 646	6,0	1 977 014	4,6	524 368	36,1
Participação Financeira Institucional	1 500 000	0,1	1 500 000	0,0	0	0,0
Depósitos Bancários	509 069	3,4	634 325	3,7	125 256	24,6
Propriedades de Investimento	401 960	2,2	415 237	6,0	13 277	3,3
Outras Participações Financeiras Diversas	191 705	19,0	205 596	-1,8	13 891	7,2
Outros Ativos	6 062	–	6 502	–	440	7,3
Empréstimos a Associados	4 083	6,0	6 159	6,6	2 076	50,8
Ativos Tangíveis	2 853	–	3 523	–	670	23,5
TOTAL	4 068 378	3,8	4 748 356	2,8	679 978	16,7

Nota: O valor dos Juros Corridos dos ativos financeiros encontra-se acomodado nas respetivas classes de ativos.

Na evolução do ativo importa destacar o reforço das aplicações na carteira de Títulos que, conjuntamente com a Participação Financeira Institucional na Caixa Económica Montepio Geral representam cerca de 73,2% do ativo total líquido.

O valor das Propriedades de Investimento registou, em termos homólogos, um acréscimo de 3,3%, tendo, para esta variação, contribuído fundamentalmente o ajustamento do justo valor dos imóveis, efetuado no final do ano.

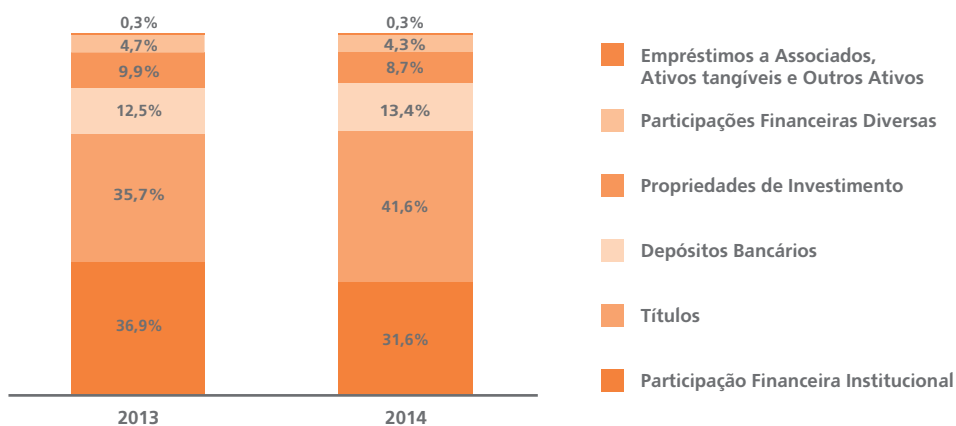
Relativamente ao acréscimo das Outras Participações Financeiras refira-se que está, sobretudo, relacionado com o reforço da prestação suplementar na Sociedade Gestora de Participações Sociais – Montepio Seguros, SGPS e, também, com a nova participação financeira na Montepio Gestão de Ativos Imobiliários – ACE.

A rentabilidade dos ativos financeiros foi penalizada, ao longo de 2014, por um conjunto de ocorrências, onde se destacam: i) o cenário de descida generalizada das taxas de juro de mercado; ii) as imparidades constituídas em algumas empresas participadas; iii) o montante de mais-valias obtidas com a venda de títulos, nomeadamente, de obrigações de dívida pública. Refira-se, ainda, os reajustamentos efetuados nas Propriedades de Investimento, decorrentes da avaliação do conjunto de imóveis em carteira e que contribuíram, de forma positiva, para a rentabilidade proporcionada este ano.

Comparativamente com o ano anterior e tendo em consideração as evoluções previamente apresentadas, verificou-se uma diminuição na taxa média de rentabilidade dos ativos, de 3,8%, em 2013, para 2,8% em 2014, particularmente, justificada pelo desempenho financeiro apresentado pela carteira de títulos e de participações financeiras. Há, contudo, a registar o comportamento positivo da rentabilidade dos depósitos bancários (depósitos à ordem e depósitos a prazo) e, também, das propriedades de investimento.

Em termos da evolução da estrutura do ativo observa-se, comparativamente ao ano de 2013, uma redução do peso da participação institucional na CEMG e um aumento da representatividade da carteira de títulos e dos depósitos bancários.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO ATIVO



PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Ao longo do ano de 2014 registou-se, apenas, a aquisição de uma fração do imóvel em Paredes (75 mil euros) e a venda de um imóvel em S. João da Madeira, resultando numa mais-valia de 10 mil euros. Desta forma, a variação anual das Propriedades de Investimento deveu-se, essencialmente, ao ajustamento efetuado no Justo Valor dos imóveis e que se traduziu num ganho de 5,1 milhões de euros integralmente reconhecido nos resultados do ano.

Em termos de receitas líquidas de imóveis foram contabilizados cerca de 24,5 milhões de euros (25,4 milhões de euros, em 2013), para as quais contribuiu, por um lado, o elevado número de imóveis arrendados em carteira e, por outro, o efeito da redução do coeficiente de atualização de rendas.

JUSTO VALOR DAS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

No seguimento da alteração da política contabilística das Propriedades de Investimento, introduzida em 2012, voltou a efetuar-se, no final do ano, a avaliação das Propriedades de Investimento em carteira, tendo-se reconhecido um Ganho de Justo Valor.

CARTEIRA DE TÍTULOS

O aumento do volume da carteira de Títulos ficou-se a dever-se, fundamentalmente, aos elevados montantes subscritos em obrigações de rendimento fixo para cobertura das responsabilidades da modalidade Montepio Capital Certo e à valorização observada dos títulos em carteira, em parte, consequência da descida generalizada das taxas de juro de mercado.

As aplicações na carteira de títulos no final do ano de 2014 ascenderam a 1 977,0 milhões de euros (1 452,6 milhões de euros em 2013), representando uma taxa de crescimento anual de 36,1%.

EVOLUÇÃO, COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA DA CARTEIRA DE TÍTULOS E DERIVADOS

(milhares de euros)

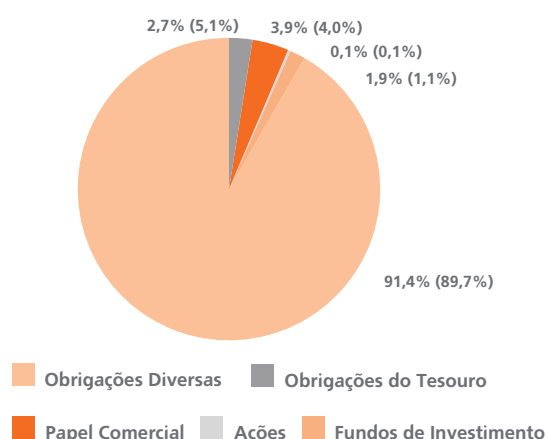
DESIGNAÇÃO	2013		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Carteira de Títulos e Derivados						
Obrigações (inclui Títulos de Negociação)	1 308 569	89,2	1 811 105	91,0	502 536	38,4
Obrigações do Tesouro	75 086	5,1	54 072	2,7	-21 014	-28,0
Papel Comercial	57 362	3,9	76 605	3,8	19 243	33,5
Ações (inclui Títulos de Negociação)	3 150	0,2	3 250	0,2	100	3,2
Derivados	46	0,0	0	00,0	-46	-100,0
TOTAL 1	1 444 213	98,4	1 945 032	97,7	500 819	34,7
% do Ativo	35,5		41,0		5,5 p.p.	
2. Outras Aplicações Financeiras						
Fundos de Investimento Mobiliários	11 081	0,8	8 922	0,4	-2 159	-19,5
Fundos de Investimento Imobiliários	7 767	0,5	29 496	1,5	21 729	279,8
Outros Fundos de Investimento	4 403	0,3	7 479	0,4	3 076	69,9
TOTAL 2	23 251	1,6	45 897	2,3	22 646	97,4
% do Ativo	0,6		1,0		0,4 p.p.	
TOTAL (1+2)	1 467 464	100,0	1 990 929	100,0	523 465	35,7
% do Ativo	36,1		41,9		5,8 p.p.	
3. Imparidade						
Obrigações	5 147	34,8	3 774	27,1	-1 373	-26,7
Ações	1 501	10,1	1 604	11,5	103	6,9
Fundos de Investimento Mobiliários	8 170	55,1	8 537	61,4	367	4,5
TOTAL 3	14 818	100,0	13 915	100,0	-903	-6,1
TOTAL LÍQUIDO	1 452 646		1 977 014		524 368	36,1
% do Ativo	35,7		41,6		5,9 p.p.	

Nota: Inclui o montante de Juros Corridos de Obrigações.

Ao longo de 2014 verificou-se um acréscimo significativo das aplicações financeiras em obrigações, preferencialmente com uma maturidade entre três e cinco anos. As aplicações de mais curto prazo foram realizadas através da aquisição de papel comercial, diversificando o tipo dos investimentos realizados. Referência, ainda, para o volume de alienações de títulos realizado, ao longo do ano, sobretudo, de obrigações de dívida pública.

Em termos de notação de *rating* dos emitentes, observa-se uma ligeira alteração na estrutura da carteira de obrigações, particularmente, nas classificações inferiores a BBB- mas, também, nas notações de A, onde se passaram a concentrar maiores posições de mercado.

ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO POR TIPO DE ATIVOS 2014 (2013)



ESTRUTURA DA CARTEIRA DE OBRIGAÇÕES POR CLASSE DE RATING

(milhares de euros)

CLASSES DE RATING	2013		2014	
	Valor	%	Valor	%
AA-	0	0,0	0	0,0
A+	0	0,0	83	0,0
A	0	0,0	2 891	0,2
A-	81	0,0	370	0,0
BBB+	5 880	0,4	6 620	0,4
BBB	20 887	1,5	15 841	0,9
BBB-	12 950	0,9	31 190	1,7
<BBB-	1 239 525	90,0	1 704 257	91,4
NR	99 184	7,2	100 151	5,4
TOTAL	1 378 507	100,0	1 861 403	100,0

Nota: Inclui o montante de Juros Corridos.

A seleção dos investimentos e a sua alocação pelas várias carteiras são efetuadas tendo em atenção o perfil de responsabilidades, necessidades de liquidez e a maturidade associada a cada uma das modalidades e rendas. Em termos de gestão financeira de carteiras continuou a privilegiar-se, em linha com o que tem sido feito nos últimos anos, a alocação de títulos na carteira de investimento (*available for sale*) e, particularmente, na carteira a vencimento (*held to maturity*) onde vêm sendo acomodadas as subscrições de obrigações de caixa para cobertura das responsabilidades da modalidade de Montepio Capital Certo. Relativamente à carteira de negociação (*trading*) e à carteira de títulos classificados ao justo valor em resultados (*fair value option*), a sua representatividade, na estrutura global de títulos, continua a ser pouco significativa.

TIPOLOGIA DA CARTEIRA DE TÍTULOS

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Carteira		Imparidade		Variação	
	2013	2014	2013	2014	Carteira	Imparidade
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Disponíveis para Venda	807 895	974 651	14 818	13 915	166 756	-903
Obrigações do Tesouro	75 086	54 072			-21 014	
Obrigações Diversas	662 113	807 808	5 147	3 774	145 695	-1 373
Papel Comercial	44 448	63 692			19 244	
Ações	2 996	3 183	1 501	1 604	187	103
Fundos de Investimento	23 252	45 897	8 170	8 537	22 645	367
Detidos até à Maturidade	638 152	993 790			355 638	
Obrigações Diversas	625 238	980 877			355 639	
Papel Comercial	12 914	12 913			-1	
Classific. Justo Valor em Resultados	16 009	20 429			4 420	
Obrigações	16 009	20 429			4 420	
Negociação	5 408	2 059			-3 349	
Ações	154	67			-87	
Obrigações	5 208	1 992			-3 216	
Derivados	46	0			-46	
TOTAL	1 467 464	1 990 929	14 818	13 915	523 465	-903

Nota: Inclui o montante de Juros Corridos.

Em 2014, a carteira de Títulos proporcionou um rendimento líquido de 85,5 milhões de euros, superior ao verificado no ano anterior (72,0 milhões de euros em 2013). Para a formação desta verba contribuíram os juros provenientes da carteira de obrigações e de papel comercial e, também, os proveitos obtidos com a alienação de alguns títulos, sobretudo, obrigações de dívida pública.

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA INSTITUCIONAL NA CAIXA ECONÓMICA

A Participação Financeira Institucional na Caixa Económica manteve-se em 1 500 milhões de euros.

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DIVERSAS

Na carteira de Participações Financeiras, as principais ocorrências verificadas em 2014 foram as seguintes:

- A participação na constituição de uma nova sociedade do Grupo Montepio – a Montepio Gestão de Ativos Imobiliários-ACE – no montante de 1,592 milhões de euros;
- A realização de 765 mil euros em prestações suplementares na sociedade Residências Assistidas, SA e o reforço de 18 milhões de euros, também em prestações suplementares, na Montepio Seguros, SGPS.

CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE MONTEPIO GESTÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS – ACE

A nova sociedade do Grupo Montepio foi constituída com um capital de 2,45 milhões de euros e é totalmente participada por empresas do Grupo. A participação da Associação Mutualista é de 65,00%.

O rendimento proporcionado pela carteira de Participações Financeiras foi de 2,9 milhões de euros, inferior ao verificado no ano anterior (4,1 milhões de euros) devido ao facto de algumas sociedades não terem distribuído dividendos.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS E SEUS RENDIMENTOS

(milhares de euros)

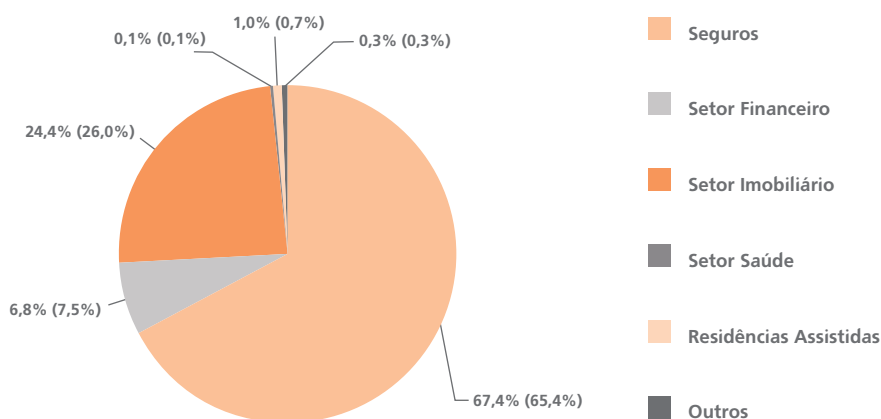
DESIGNAÇÃO	2013				2014			
	Investimento	%	Rendimento	%	Investimento	%	Rendimento	%
Participações Financeiras de Capital								
Investimentos em Subsidiárias (>50% Capital)	124 837	60,8	3 117	48,0	124 729	55,4	2 790	95,6
MONTEPIO GESTÃO DE ATIVOS	1 331	0,7	1 773	42,7	1 331	0,6	1 186	40,6
FUTURO	0	0,0	219	5,3	0	0,0		0,0
RESIDÊNCIAS MONTEPIO, SA	1 530	0,8			1 530	0,7		
FINIBANCO VIDA – Companhia de Seguros	17 665	8,6	1 125		17 665	7,9	1 604	55,0
MONTEPIO IMÓVEIS	1 505	0,7			1 505	0,7		
LESTINVEST, SGPS	13 195	6,4			13 195	5,9		
BOLSIIMO	15 119	7,4			15 119	6,7		
GERMONT (1)	1 700	0,8			0	0,0		
MG INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	50	0,0			50	0,0		
LEACOCK	242	0,1			242	0,1		
MONTEPIO SEGUROS, SGPS	72 500	35,3			72 500	32,1		
ACE – MONTEPIO GESTÃO ATIVOS IMOBILIÁRIOS	0	0,0			1 592	0,7		
Investimentos em Associadas (<50% Capital)	1 623	0,8	1 031	24,8	3 323	1,4	127	4,4
LUSITANIA – VIDA	0	0,0	987	23,8	0	0,0		0,0
NEBRA ENERGIAS RENOVABLES	611	0,3			611	0,3		
NOVACÂMBIOS	527	0,3	11	0,3	527	0,2	11	0,4
GERMONT	0	0,0			1 700	0,8		
SAGIES	97	0,1	24	0,5	97	0,0	76	2,6
SILVIP	308	0,2	9	0,2	308	0,1	40	1,4
SOCIEDADE BEM COMUM	80	0,0			80	0,0		
Subtotal	126 460	61,6	4 148	100,0	128 052	56,8	2 917	100,0
Empréstimos Concedidos/Prestações Suplementares								
MONTEPIO SEGUROS, SGPS	43 750	21,3			61 750	27,4		
BOLSIIMO	35 000	17,1			35 000	15,6		
RESIDÊNCIAS MONTEPIO, SA	0	0,0			765	0,3		
Subtotal	78 750	38,4			97 515	43,2		
TOTAL	205 210	100,0	4 148	100,0	225 567	100,0	2 917	100,0

Nota: Exclui o montante de Imparidades constituído.

(1) Redução da participação financeira do MGAM na GERMONT, em consequência do aumento de capital desta sociedade, integralmente, realizado pela Bolsiimo..

Em termos de exposição sectorial das empresas participadas pela Associação Mutualista (excluindo a participação institucional na Caixa Económica Montepio Geral) e, de acordo com o montante acumulado das posições detidas, o setor de seguros e o setor imobiliário continuam a ser os mais representativos.

EXPOSIÇÃO SETORIAL DAS EMPRESAS PARTICIPADAS 2014 (2013)



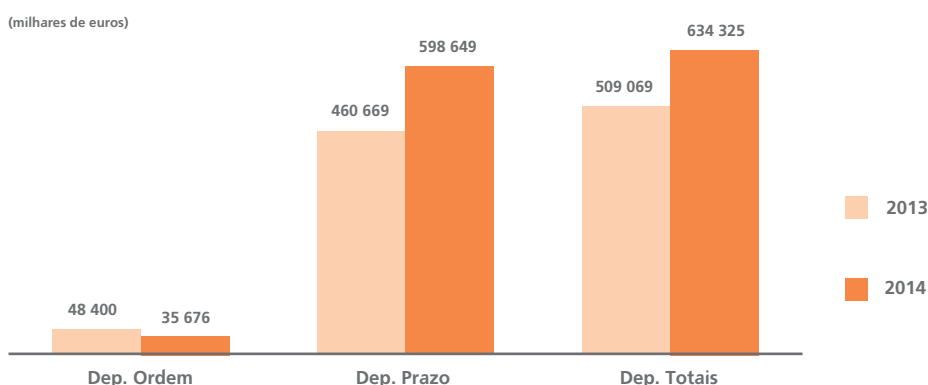
Mantendo o procedimento seguido nos últimos anos voltaram a realizar-se testes de imparidade ao valor dos ativos das empresas participadas pela Associação Mutualista, dos quais resultou a necessidade de reforçar os montantes de imparidade em algumas sociedades, no valor total de 5,86 milhões de euros. Por questões de insolvência da sociedade Nebra Energias Renovables, deliberada em assembleia geral, foi, também, reconhecido em imparidade o montante total do investimento realizado pela Associação Mutualista (611 mil euros).

DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os Depósitos Bancários registaram, em termos homólogos, um acréscimo de 24,6%, atingindo, no final do ano, um total de 634,3 milhões de euros (incluindo juros corridos). Este comportamento deveu-se, por um lado, à transformação, em depósitos a prazo, de algumas posições detidas em obrigações e, também, à aplicação de liquidez no final do ano proveniente da Modalidade Montepio Capital Certo.

Esta classe de ativos representava, em 31 de dezembro de 2014, cerca de 13,4% do total do ativo da Associação Mutualista (12,5%, em 2013).

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS BANCÁRIOS



ATIVOS TANGÍVEIS E OUTROS ATIVOS

A rubrica de Ativos Tangíveis incorpora bens do património histórico, terrenos para construções e equipamento básico, administrativo e informático. No final do ano de 2014 passou, também, a englobar o montante de obras realizadas em imóveis arrendados, nomeadamente o Edifício Les Palaces, no Porto.

Os Outros Ativos englobam, sobretudo, os valores a receber de devedores diversos, nomeadamente, de inquilinos, de associados e, também, do Estado.

EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS

O número de novos contratos de Empréstimos a Associados aumentou durante o ano de 2014 relativamente a 2013 (de 2 008, para 2 580, respetivamente), salientando-se os que foram concedidos tendo como garantia o montante de reservas matemáticas das modalidades de previdência.

Comparativamente com o ano anterior observou-se, em 2014, um acréscimo do montante de contratos novos, no valor de 2,3 milhões de euros, num total de 7,9 milhões de euros reforçando, deste modo, o valor médio por contrato.

Em termos acumulados, o montante de empréstimos concedidos aumentou de 4,1 milhões de euros, em 2013, para 6,2 milhões de euros, em 2014.

Os empréstimos sobre capitais continuaram a evidenciar uma cada vez maior representatividade no volume total de empréstimos concedidos em virtude dos elevados montantes subscritos nas modalidades de capitalização (Montepio Poupança Complementar e, particularmente, Montepio Capital Certo).

EMPRÉSTIMOS A ASSOCIADOS

DESIGNAÇÃO	2013	2014	Variação
			(unidades)
Número de Contratos Novos	2 008	2 580	572
Sobre Reservas Matemáticas (1)	905	1 301	396
Sobre Capitais	1 103	1 279	176
			(milhares de euros)
Montante de Contratos Novos	5 620	7 912	2 292
Sobre Reservas Matemáticas	1 722	2 598	876
Sobre Capitais	3 898	5 314	1 416
			(rácios)
Montante médio por contrato novo	2,8	3,1	0,3
Sobre Reservas Matemáticas	1,9	2,0	0,1
Sobre Capitais	3,5	4,2	0,7
			(milhares de euros)
Montante Acumulado	4 083	6 159	2 076
Sobre Reservas Matemáticas	1 262	1 937	675
Juros Corridos	4	6	2
Sobre Capitais	2 808	4 202	1 394
Juros Corridos	9	14	5

(1) Inclui Empréstimos sobre Quotas Restituíveis.

9.3. PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO

Em 2014, o valor do passivo apresentou um acréscimo de 19,0% (21,1% em 2013), representando um aumento anual de 648,5 milhões de euros. Este comportamento continuou a ser justificado, sobretudo, pela evolução do volume de responsabilidades das modalidades de capitalização e, de um modo especial, pelas subscrições provenientes da modalidade de Montepio Capital Certo (ao longo do ano, foram emitidas doze novas séries desta modalidade que permitiram captar cerca de 560,8 milhões de euros).

Na componente das modalidades de previdência destacou-se o aumento do montante de reservas matemáticas das modalidades Montepio Proteção 5 em 5 e Montepio Proteção 18-30 que contribuíram, também, para o reforço da captação de recursos e de poupanças dos associados.

A tendência generalizada de descida dos referenciais de taxa de juro de mercado, observada ao longo do ano, criou a necessidade de reforçar o montante de provisões atuariais, na sequência do teste de adequação realizado às responsabilidades das modalidades de previdência (+6,1 milhões de euros).

Foram, ainda, constituídas outras provisões, no montante de 16,9 milhões de euros, para os investimentos em empresas participadas.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2013		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
PROVISÕES	3 411 180	99,8	4 056 468	99,8	645 288	18,9
OUTRAS PROVISÕES	629	0,0	17 039	0,4	16 410	–
PROVISÕES TÉCNICAS	3 336 727	97,6	3 968 354	97,6	631 627	18,9
Estatutárias	3 226 045	94,4	3 851 091	94,7	625 046	19,4
Rendas Vitalícias	16 705	0,5	17 047	0,4	342	2,0
Rendas Temporárias	389	0,0	574	0,0	185	47,6
Atuariais	93 588	2,7	99 642	2,5	6 054	6,5
SUBVENÇÕES E MELHORIAS DE BENEFÍCIOS	73 824	2,2	71 075	1,8	-2 749	-3,7
OUTROS PASSIVOS	6 390	0,2	9 626	0,2	3 236	50,6
TOTAL	3 417 570	100,0	4 066 094	100,0	648 524	19,0

O montante de capitais próprios globais apresentou uma variação anual positiva de 4,8% (12,3%, em 2013), resultante de um aumento de 31,5 milhões de euros.

Para este aumento concorreu a evolução positiva do montante de Reservas, em particular, as reservas de reavaliação de títulos, devido à descida generalizada das taxas de juro de mercado, e as outras reservas, em consequência da distribuição de resultados transitados, decorrente da alteração da política contabilística de valorização das propriedades de investimento.

Este último efeito contribuiu, também, para aumentar o valor acumulado dos excedentes técnicos de algumas modalidades e da reserva legal da Associação Mutualista.

EVOLUÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO

(milhares de euros)

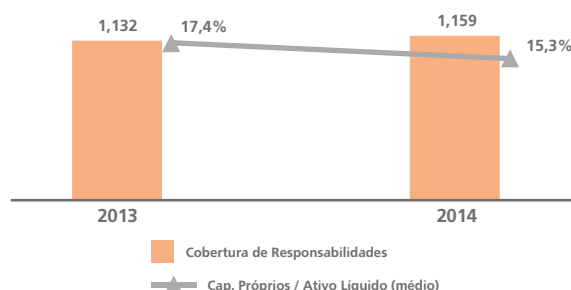
DESIGNAÇÃO	2013		2014		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FUNDO SOCIAL	176 420	27,1	224 688	32,9	48 268	27,4
FUNDOS PRÓPRIOS	117 711	18,1	129 862	19,0	12 151	10,3
FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO	270	0,0	334	0,1	64	23,7
FUNDO SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	57 067	8,8	64 414	9,4	7 347	12,9
FUNDO PARA BOLSAS DE ESTUDO	989	0,2	1 076	0,2	87	8,8
FUNDO MONTEPIO PROTEÇÃO ENCARGOS	59 033	9,1	63 694	9,3	4 661	7,9
FUNDO SERV. CLÍNICOS – MONTEPIO EGITANIENSE	352	0,1	344	0,1	-8	-2,3
EXCEDENTES TÉCNICOS	58 709	9,1	94 826	13,9	36 117	61,5
RESERVAS	273 093	42,0	415 947	60,9	142 854	52,3
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	9 924	1,5	45 971	6,7	36 047	363,2
RESERVAS LEGAIS	229 405	35,3	248 453	36,3	19 048	8,3
OUTRAS RESERVAS	33 764	5,2	121 523	17,8	87 759	259,9
RESULTADOS TRANSITADOS ⁽¹⁾	130 777	20,1	0	0,0	-130 777	-100,0
RESULTADOS LÍQUIDOS	70 271	10,8	41 461	6,1	-28 810	-41,0
OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	247	0,0	166	0,0	-81	-32,8
TOTAL	650 808	100,0	682 262	100,0	31 454	4,8

(1) Valor resultante da alteração da política contabilística de valorização das Propriedades de Investimento.

O acréscimo verificado no montante de capital próprio, particularmente, na rubrica de Reservas e de Excedentes Técnicos, contribuiu para consolidar os níveis de solidez financeira da Associação Mutualista, mantendo-os ajustados ao perfil da instituição e alinhados com os objetivos estratégicos.

O reforço do indicador de Cobertura de Responsabilidades traduz o acréscimo do montante de Fundos Próprios e Reservas, para fazer face às responsabilidades dos associados e, deste modo, a capacidade de solvabilidade da Associação Mutualista para fazer face aos compromissos assumidos a médio e longo prazo.

NÍVEIS DE SOLIDEZ FINANCEIRA



9.4. RECEITAS ASSOCIATIVAS

Em 2014, o volume total de Receitas Associativas ascendeu a 962,6 milhões de euros, o equivalente a uma taxa de crescimento anual de 10,0%. Este acréscimo continuou a ser, essencialmente, justificado pelo montante de capitais recebidos nas modalidades de capitalização, sobretudo, nas modalidades Montepio Poupança Complementar e Montepio Capital Certo. Esta última modalidade apresentou, contudo, uma ligeira quebra no montante de capitais recebidos devido ao facto de terem sido emitidas, este ano, um menor número de novas Séries (quinze em 2013 e, apenas, doze em 2014). Nas modalidades de previdência é de realçar o montante de quotizações recebido nas modalidades Montepio Proteção 5 em 5 e Montepio Proteção 18-30, particularmente impulsionado pelo volume de liberações realizado.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS (Quotizações e Capitais por Modalidades)

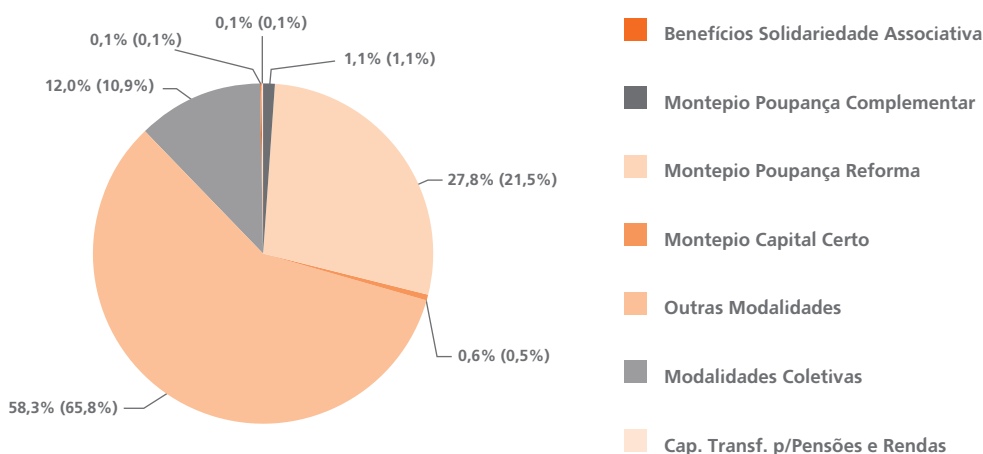
MODALIDADES	2013	2014	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
1. BENEFÍCIOS DE SOLIDARIEDADE ASSOCIATIVA	9 515	10 759	1 244	13,1
2. MODALIDADES INDIVIDUAIS	864 141	950 641	86 500	10,0
2.1. Montepio Poupança Complementar	187 802	267 930	80 128	42,7
2.2. Montepio Poupança de Reforma	4 580	6 279	1 699	37,1
2.3. Montepio Capital Certo	575 743	560 848	-14 895	-2,6
2.4. Outras Modalidades	96 015	115 584	19 569	20,4
Das quais:				
Montepio Proteção 5 em 5	40 698	61 902	21 204	52,1
Montepio Proteção Encargos (1)	22 976	22 188	-788	-3,0
Capitais Previdência Diferidos c/ Opção	22 351	21 708	-643	-2,9
Montepio Proteção 18-30	5 302	5 463	161	3,0
Capitais para Jovens	1 847	1 656	-191	-10,3
Montepio Pensões de Reforma	1 238	1 046	-192	-15,5
3. MODALIDADES COLETIVAS	360	1 196	836	232,3
4. CAPITAIS TRANSFERIDOS P/PENSÕES E RENDAS	1 053	0	-1 053	-100,0
5. TOTAL (1) + (2) + (3) + (4)	875 068	962 596	87 528	10,0

Nota: Excluem-se os capitais recebidos de Rendas Vitalícias e de Rendas Temporárias, uma vez que não são consideradas modalidades associativas.

(1) Engloba as Modalidades «Proteção Crédito à Habitação», «Proteção Crédito Individual» e «Proteção Outros Encargos».

A estrutura das receitas associativas apresenta a seguinte distribuição:

ESTRUTURA DAS RECEITAS ASSOCIATIVAS 2014 (2013)



9.5. BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

O montante total de benefícios vencidos e de reembolsos aumentou, em 2014, 82,8 milhões de euros devido aos elevados reembolsos verificados nas modalidades de capitalização, +27,8 milhões de euros na modalidade Montepio Poupança Complementar e +50,5 milhões de euros na modalidade Montepio Capital Certo, esta última influenciada pelo vencimento de dez séries ocorrido ao longo do ano de 2014.

Ao nível das modalidades de previdência, os montantes observados encontram-se em linha com os valores verificados no ano anterior.

BENEFÍCIOS VENCIDOS E REEMBOLSOS

DESIGNAÇÃO	2013		2014		Variação	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Valor	%
PENSÕES E RENDAS	7 915	10 168	8 395	10 389	221	2,2
Valores Subscritos	7 915	5 892	8 395	6 142	250	4,2
Subvenções e Melhorias		4 276		4 247	-29	-0,7
CAPITAIS E SUBSÍDIOS	35 561	43 451	29 182	42 819	-632	-1,5
Valores Subscritos	35 561	41 500	29 182	41 115	-385	-0,9
Subvenções e Melhorias		1 951		1 704	-247	-12,7
REEMBOLSOS	118 392	282 247	130 683	361 574	79 327	28,1
OUTROS CUSTOS	8 882	16 401	12 860	20 265	3 864	23,6
TOTAL	170 750	352 267	181 120	435 047	82 780	23,5

Nota: Excluem-se os capitais pagos de Rendias Vitalícias e Rendias Temporárias, uma vez que estes produtos não são considerados modalidades associativas.

Em termos administrativos verificou-se, comparativamente com o ano anterior, um aumento do número de processos relativo aos reembolsos, nomeadamente, relacionados com as modalidades de capitalização. Esta situação está diretamente relacionada, por um lado, com os reembolsos verificados na modalidade Poupança Complementar e, por outro lado, com o cada vez maior número de séries já emitidas da modalidade Montepio Capital Certo e, consequentemente, também, com os vários vencimentos que anualmente vão ocorrendo.

Em 2014, por conta dos resultados obtidos no ano anterior, a Associação Mutualista distribuiu melhorias de benefícios a taxas idênticas às de 2013. De acordo com o Artigo 18.º dos Estatutos e com o Artigo 53.º do Código das Associações Mutualistas a taxa de melhorias de benefícios foi de 0,5% para as Modalidades de Previdência com taxa técnica de 3%, tendo o montante de melhorias atribuído totalizado 488 mil euros (409 mil euros em 2013).

Relativamente às Modalidades de Capitalização (exceto a modalidade Montepio Capital Certo), foi distribuída uma taxa de rendimento global de 3,25%, composta pelas seguintes componentes:

- Taxa de Rendimento Anual Mínimo (entre 0,052%);
- Taxa de Rendimento Anual Complementar (3,198%).

Nos termos regulamentares e como vem sendo habitual, as Modalidades com Fundo Disponível negativo e/ou com dívidas acumuladas ao Fundo de Reserva Geral não beneficiaram da atribuição de taxa de melhorias de benefícios e de taxa de rendimento anual complementar.

RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

No final do ano de 2014, encontravam-se registados 401 rendistas e contabilizadas 713 rendas vitalícias (imediatas, diferidas e a termos certos), das quais 29 rendas referiam-se a novas rendas constituídas no ano.

Relativamente à subscrição de Rendas Temporárias (imediatas e a termos certos) foram constituídas, em 2014, mais quatro rendas do que em 2013, embora o montante de capitais recebidos tenha sido inferior. No final do ano, encontravam-se registados 15 rendistas e contabilizadas 13 rendas temporárias.

O montante de capitais recebidos, quer em Rendas Vitalícias quer em Rendas Temporárias, voltou a ser superior em 2014 face ao do ano anterior. Em termos de capitais pagos, os montantes foram sensivelmente idênticos aos do ano anterior.

RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

RUBRICAS	Capitais Recebidos (m€)		Capitais Pagos (m€)		Número Total de Rendas	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Rendas Vitalícias	1 103	1 350	2 347	2 349	714	713
Rendas Temporárias	110	212	33	43	7	13

De acordo com o n.º 6 do Artigo 64.º dos Estatutos, as rendas vitalícias com taxa técnica de 3%, constituídas até dezembro do ano anterior, foram atualizadas em 0,5% (0,5% em 2013). O custo desta atualização foi de 51,4 mil euros, em 2014, que compara com o custo de 21,4 mil euros atribuído em 2013.

As Rendas Temporárias foram também atualizadas, pela primeira vez, em 0,5%, tendo o custo atribuído sido de 1,4 mil euros.

9.6. RESULTADOS

Como consequência da evolução descrita, a Associação Mutualista encerrou o exercício de 2014 com um Resultado Líquido acumulado de 41,5 milhões de euros (70,3 milhões de euros em 2013).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	2013	2014	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Proveitos Inerentes a Associados	879 306	969 137	89 831	10,2
Custos Inerentes a Associados	-354 647	-437 439	-82 792	-23,3
1. Margem da Atividade Associativa	524 659	531 698	7 039	1,3
Redução de Reservas Matemáticas	353 144	428 035	74 891	21,2
Aumento de Reservas Matemáticas	-928 521	-1 014 245	-85 724	-9,2
2. Variação de Provisões Técnicas	-575 377	-586 210	-10 833	-1,9
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	5 875	2 962	-2 913	-49,6
Outros Rendimentos e Ganhos	65 546	32 950	-32 596	-49,7
Outros Gastos e Perdas	-22 462	-6 669	15 793	70,3
4. Outros Resultados de Exploração	43 084	26 281	-16 803	-39,0
5. Juros e Rendimentos Similares	74 079	94 113	20 034	27,0
6. Juros e Encargos Similares	-282	-382	-100	-35,5
7. Resultados de Ativos avaliados ao Justo Valor, através de Resultados	3 341	1 892	-1 449	-43,4
8. Resultados de Ativos Financeiros disponíveis para Venda	18 707	20 451	1 744	9,3
9. Custos com o Pessoal	-2 674	-2 715	-41	-1,5
10. Gastos Gerais Administrativos	-10 706	-10 863	-157	-1,5
11. Amortização do Exercício	-9	-135	-126	-
12. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	-559	-16 684	-16 125	710,0
13. Imparidade Líquida de Reversões	-9 867	-18 947	-9 080	-92,0
Outros Ativos	-7 400	-6 604	796	10,8
Ativos Financeiros	-2 467	-12 343	-9 876	-400,3
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	70 271	41 461	-28 810	-41,0

Para o montante e evolução dos resultados obtidos em 2014 contribuíram fundamentalmente as seguintes ocorrências:

- Aumento da Margem da Atividade Associativa em 7,0 milhões de euros, facto que traduz um acréscimo da dinâmica associativa;
- Reforço do montante de reservas matemáticas atuariais, na sequência do teste de adequabilidade realizado, no final do ano, às responsabilidades das modalidades de previdência. Nas modalidades de capitalização, há a destacar o aumento do montante do rendimento mínimo garantido como um benefício a atribuir (24,3 milhões de euros em 2013 e 58,4 milhões de euros em 2014);
- Diminuição do montante dos Outros Resultados de Exploração pelo facto de, em 2013, ter sido realizada uma operação financeira de troca de participações financeiras de que resultou um ganho extraordinário de 36,8 milhões de euros;
- Aumento de 20 milhões de euros de Juros e Rendimentos Similares, essencialmente, devido ao acréscimo dos proveitos inerentes à gestão da carteira de obrigações e, também, à dinamização de aplicações financeiras de curto prazo (depósitos a prazo e papel comercial);
- Reforço da Imparidade líquida, nomeadamente, para Participações Financeiras (6,5 milhões de euros) e para a Carteira de Títulos (12,3 milhões de euros). Foram, ainda, constituídas Provisões, no montante de 16,9 milhões de euros, para investimentos em empresas participadas;
- Ganho de Justo Valor, no montante de 5,1 milhões de euros, resultante da Avaliação das Propriedades de Investimento e que se encontra refletido na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos.

10. Propostas

10.1. PROPOSTA DE RECURSO AOS EXCEDENTES TÉCNICOS E AO FUNDO DE RESERVA GERAL PARA COBERTURA DOS SALDOS NEGATIVOS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS

Considerando que algumas Modalidades apresentaram, no exercício de 2014, um saldo anual negativo do Fundo Disponível, e tendo em consideração que, de acordo com os Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista (art.º 59.º), «quando o saldo anual de qualquer fundo disponível for negativo será coberto pelos excedentes, quando existam, do respetivo Fundo Permanente ou Fundo Próprio e, se necessário, pelos Fundos de Reserva Geral», propõem-se os seguintes ajustamentos:

- Cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, por via do recurso a Excedentes Técnicos, no montante de 3 289 626,13 euros;
- Cobertura do saldo anual negativo dos resultados do Fundo de Reserva Geral e do Fundo Montepio Egitanense, por via do recurso ao seu Fundo Próprio, no montante de 6 133 864,05 euros e de 21 778,47 euros, respetivamente.

Fundo Permanente da Respetiva Modalidade

(Euros)

– Excedentes Técnicos

(O existente nos respetivos Excedentes Técnicos para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível da modalidade)

Montepio Capital Certo (Série 2009 – 2014 7.ª Série)	36 217,27
Montepio Capital Certo (Série 2009 – 2014 8.ª Série)	18 850,24
Montepio Capital Certo (Série 2009 – 2014 9.ª Série)	15 055,43
Montepio Capital Certo (Série 2009 – 2014 10.ª Série)	12 956,43
Montepio Capital Certo (Série 2010 – 2015 1.ª Série)	35 595,72
Montepio Capital Certo (Série 2010 – 2015 2.ª Série)	153 140,81
Montepio Capital Certo (Série 2010 – 2015 3.ª Série)	10 593,13
Montepio Capital Certo (Série 2010 – 2015 5.ª Série)	1 398,84
Montepio Capital Certo (Série 2011 – 2016 3.ª Série)	39 420,32
Montepio Capital Certo (Série 2011 – 2016 5.ª Série)	17 759,94
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização 6% (*)	9 683,96
Rendas Vitalícias e Pensões de Modalidades de Capitalização 4% (*)	1 433 155,23
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas – 4%	165 734,45
Pensão Sobrevivência e Dotes – 4%	1 285 297,76
Pensão p/ Deficientes – 4%	50 060,14
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas – 4%	4 706,46

Subtotal

3 289 626,13

(*) Modalidades geridas em conjunto a partir de 4-Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).

Fundo Próprio do Respetivo Fundo Autónomo

(Euros)

– Fundo Próprio

(O existente no respetivo Fundo Próprio para a cobertura total do saldo anual negativo do respetivo Fundo Disponível)

Fundo de Reserva Geral	6 133 864,05
Fundo Montepio Egitanense	21 778,47

Subtotal	6 155 642,52
-----------------	---------------------

TOTAL	9 445 268,65
--------------	---------------------

10.2. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em consideração:

- A transferência de 3 289 626,13 euros de Excedentes Técnicos para cobertura de Fundos Disponíveis;
- A transferência de 6 155 642,52 euros de Fundos Próprios para cobertura de Fundos Disponíveis;
- A transferência de 10 942 044,71 euros do Fundo de Reserva Geral para cobertura de Fundos Disponíveis;
- Os Resultados do Exercício da Associação Mutualista, constituídos pelo somatório dos Saldos dos Fundos Disponíveis das Modalidades Mutualistas, Rendas Vitalícias e Outros Fundos no montante total de 41 461 000,81 euros.

Fica disponível para aplicação o montante de 50 906 269,46 euros, relativamente ao qual se propõe o seguinte:

Para o Fundo de Reserva Geral:

(Euros)

– Dotação conforme alínea a) do n.º 1, conjugada com o n.º 2 do Artigo 60.º dos Estatutos (55% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis)

Modalidades Individuais

Montepio Proteção Crédito à Habitação	5 597 794,03	
Montepio Proteção Outros Encargos	370 197,51	
Montepio Proteção Crédito Individual	4 610,84	5 972 602,38

– Dotação conforme alínea a) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (5% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis das seguintes Modalidades e Rendas)

Modalidades Individuais

Montepio Proteção Vida – 3%	3 086,86
Montepio Proteção 5 em 5 – 3%	71 872,21
Montepio Proteção 18 -30 – 3%	9 349,36
Montepio Pensões de Reforma – 3%	3 471,69
Montepio Proteção Invalidez – 3%	56,59
Capitais de Garantia	12 097,93
Quotas para Invalidez – Modalidades Coletivas	30,57
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas – 3%	202,19
Pensões de Reforma + Contra Seguro – 4% (TV 88/90)	13 530,76
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	84,67
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	53,52
Capitais de Previdência – 4%	41 351,48
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	21 670,29
Capitais para Jovens – 4%	28 938,34
Capitais para Estudos – 4%	294,69
Subsídio por Morte – 4%	3 038,24
Capitais de Previdência a Prazo – 4%	2 722,05

Capital Temporário de Invalidez – 4%	659,71		
Rendas de Sobrevivência – 4%	113,63		
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional – 4%	180,99		
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas – 4%	28,77		
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional – 4%	74,30		
Pensões de Reforma + Contra Seguro – 6%	89 152,97		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	730,17		
Montepio Poupança Reforma	65 254,04		
Montepio Poupança Complementar	1 013 697,45		
Modalidades Coletivas			
Capitais Coletivos	8 487,06		
Rendas Vitalícias e Pensões Modalidades de Capitalização – 3% (*)	5 777,13		
Rendas Temporárias – 3%	23,89		
Fundos Diversos			
Fundo Bolsas de Estudos	901,32		
– Dotação conforme alínea a) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos (10% dos saldos anuais dos Fundos Disponíveis da seguinte Modalidade)			
Modalidades Individuais			
Montepio Capital Certo	848 147,56	2 245 080,43	8 217 682,81

(*) Modalidades geridas em conjunto a partir de 4-Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).

Para os Fundos Permanentes das Respetivas Modalidades e Rendas:

(Euros)

– (Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)			
– Excedentes Técnicos:			
Montepio Proteção Vida – 3%	58 650,33		
Montepio Proteção 5 em 5 – 3%	1 365 572,08		
Montepio Proteção 18 – 30 – 3%	177 637,74		
Montepio Pensões de Reforma – 3%	65 962,20		
Montepio Proteção Invalidez – 3%	1 075,30		
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas – 3%	3 841,54		
Pensões de Reforma + Contra Seguro – 4% (TV 88/90)	257 084,43		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	1 608,76		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4% (TV 88/90)	1 016,80		
Capitais de Previdência – 4%	785 678,15		
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 4%	411 735,45		
Capitais para Jovens – 4%	549 828,39		
Capitais para Estudos – 4%	5 599,05		
Subsídio por Morte – 4%	57 726,54		
Capitais de Previdência a Prazo – 4%	51 718,87		
Capital Temporário de Invalidez – 4%	12 534,45		
Rendas de Sobrevivência – 4%	2 158,90		
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional – 4%	3 438,86		
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas – 4%	546,60		
Subsídio por Morte – Lutuosa Nacional – 4%	1 411,73		
Pensões de Reforma + Contra Seguro – 6%	1 693 906,43		
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	13 873,19		
Rendas Temporárias – 3%	453,82		
Rendas Vitalícias e Pensões Modalidades de Capitalização – 3% (*)	109 765,50	5 632 825,11	

(*) Modalidades geridas em conjunto a partir de 4-Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).

Para os Fundos Próprios das Respetivas Modalidades e Outros Fundos:

(Euros)

(Dotação nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 60.º dos Estatutos)			
– Modalidades de Capitalização			
Modalidades Individuais			
Montepio Poupança Complementar	19 260 251,51		
Capitais de Garantia	229 860,75		
Montepio Poupança Reforma	1 239 826,71		
Montepio Capital Certo	7 633 327,65		
Quota para Invalidez – Modalidades Coletivas	580,77		
Modalidades Coletivas			
Capitais Coletivos	161 254,23	28 525 101,62	
– Fundo de Solidariedade Associativa		3 586 479,11	
– Fundo de Administração		40 381,11	
– Fundo Bolsas de Estudo		17 125,02	
– Montepio Proteção Crédito à Habitação		4 580 013,29	
– Montepio Proteção Outros Encargos		302 888,88	
– Montepio Proteção Crédito Individual		3 772,51	37 055 761,54
TOTAL			50 906 269,46

10.3. PROPOSTA DE REPOSIÇÃO DO FUNDO DE RESERVA GERAL E DOS EXCEDENTES TÉCNICOS

Dando cumprimento ao n.º 3 do Artigo 56.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, segundo o qual «o Fundo de Reserva será ressarcido dos valores que tenham sido utilizados para completar os Fundos Disponíveis», propõe-se que seja efetuada a reposição dos seguintes valores:

(Euros)

Pensões de Reforma + Contra Seguro – 6%	1 693 906,43	
Pensões de Reforma + Contra Seguro – TV 88/90 – 4%	257 084,43	
TOTAL		1 950 990,86

10.4. PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA PARA O FUNDO DE RESERVA GERAL DO VALOR DOS EXCEDENTES TÉCNICOS DAS SÉRIES ENCERRADAS DA MODALIDADE MONTEPIO CAPITAL CERTO

Por encerramento das Séries da Modalidade Montepio Capital Certo, emitidas no ano de 2008 e vencidas no ano de 2013, e considerando o valor remanescente dos Excedentes Técnicos acumulados, após a correspondente distribuição pelos subscritores ativos daquelas Séries, propõe-se a transferência dos seguintes valores para o Fundo de Reserva Geral:

(Euros)

– Para o Fundo de Reserva Geral		
Montepio Capital Certo (Série 2008-2013 – 1.ª Série)	242 863,43	
Montepio Capital Certo (Série 2008-2013 – 2.ª Série)	42 146,80	
Montepio Capital Certo (Série 2008-2013 – 3.ª Série)	41 663,50	
TOTAL		326 673,73

10.5. PROPOSTA DE COMPARTICIPAÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO

De forma a contribuir para assegurar os compromissos do Fundo da Administração, no que concerne aos Custos Administrativos suportados pela Associação Mutualista, propõe-se que sejam aprovados os seguintes valores de comparticipação das modalidades e rendas, a imputar ao exercício de 2014:

MODALIDADES	(%)
Montepio Poupança Complementar	0,180
Montepio Poupança Reforma	0,180
Modalidades Coletivas	0,180
Montepio Capital Certo	0,375
Modalidades de Proteção Encargos	1,000
Restantes Modalidades e Rendas Vitalícias	0,155

10.6. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS DE BENEFÍCIOS

Propõe-se que sejam atribuídas Melhorias de Benefícios (sobre as Reservas Matemáticas, referentes aos benefícios em formação e em curso, existentes em 31 de Dezembro de 2014), às seguintes modalidades:

– Modalidades com Taxa Técnica de 6%	0,00%
– Modalidades com Taxa Técnica de 4%	0,00%
– Modalidades com Taxa Técnica de 3%	0,10%

O custo das Melhorias a atribuir aos Associados será o seguinte:

		(Euros)
(Dotação nos termos do Artigo 18.º dos Estatutos e 53.º do Código das Associações Mutualistas)		
– Modalidades com Taxa Técnica de 3%		
Montepio Proteção Vida	871,89	
Montepio Proteção 5 em 5	103 413,38	
Montepio Proteção 18-30	21 981,47	
Montepio Pensões de Reforma	5 157,12	
Pensões de Capitais de Reforma (*)	5 835,58	
Pensões de Poupança Reforma (*)	80,89	
Montepio Proteção Invalidez	3,88	
TOTAL		137 344,21

(*) Modalidades geridas em conjunto com as Rendas Vitalícias, a partir de 4-Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).

Todas as Modalidades e Rendas que apresentem um Saldo anual negativo dos Fundos Disponíveis, ou tenham dívidas acumuladas ao Fundo de Reserva Geral, ou Saldo anual positivo dos Fundos Disponíveis, apenas, por via da Libertação de Provisões atuariais decorrentes do teste de adequação de responsabilidades, não beneficiam de atribuição de Melhorias.

10.7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE EXCEDENTES TÉCNICOS DE RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

Considerando o volume dos excedentes técnicos existentes no Fundo das Rendas Vitalícias 3% e o n.º 6 do Artigo 64.º dos Estatutos do Montepio Geral – Associação Mutualista, propõe-se que as rendas constituídas até 31 de dezembro de 2013 sejam atualizadas em 0,1% (5 301,17 euros).

No que diz respeito ao Fundo de Rendas Temporárias 3%, considerando o volume dos excedentes técnicos existentes, delibera-se propor, também, que as rendas constituídas até 31 de dezembro de 2013 sejam atualizadas em 0,1% (362,43 euros).

10.8. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO ANUAL COMPLEMENTAR ÀS MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

Considerando:

- o resultado anual gerado pelas Modalidades Montepio Poupança Complementar, Montepio Poupança Reforma e Capitais Coletivos, deduzido dos respetivos rendimentos mínimos anuais garantidos e da comparticipação para o Fundo de Administração;
- as dotações para o Fundo de Reserva Geral.

Propõe-se que a atribuição do rendimento anual complementar seja feita de forma diferenciada, garantindo-se a cada Modalidade uma taxa global de 2,50%:

– Montepio Poupança Reforma	2,500%
– Montepio Poupança Complementar	2,500%
– Capitais Coletivos	2,500%

De forma a atribuir-se uma taxa global de rendibilidade de 2,50% a estas modalidades de capitalização, prevê-se a necessidade de um recurso financeiro extraordinário de 14,6 milhões de euros (0,9 milhões de euros, na modalidade Montepio Poupança Reforma; 13,6 milhões de euros, na modalidade Montepio Poupança Complementar e 0,06 milhões de euros nos Capitais Coletivos). Este montante poderá ser coberto pela Reserva de Estabilização de Resultados acumulada de cada uma das Modalidades.

10.9. PROPOSTA DE DOTAÇÃO PARA A FUNDAÇÃO MONTEPIO GERAL

A fim de permitir à Fundação Montepio Geral, criada pelo Montepio Geral – Associação Mutualista em 1995, dar satisfação aos seus fins estatutários, de desenvolvimento da sua missão de Responsabilidade Social, a qual tem vindo a ser dinamizada e valorizada nos últimos anos e a merecer toda a atenção estratégica, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a atribuição de uma dotação, a transferir do Fundo de Solidariedade Associativa, no valor de 1 000 000,00 euros.

11. Entidades do Universo Montepio

Apresentam-se neste capítulo os principais destaques sobre a atividade e o desempenho, em 2014, das empresas estratégicas do Grupo Montepio em que a Associação Mutualista é detentora diretamente de parte ou do total do capital.

11.1. ATIVIDADE SEGURADORA

Em 2014, a produção de seguro direto das empresas de seguros² sob a supervisão prudencial da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) apresentou um valor de 13,5 mil milhões de euros, traduzindo-se num acréscimo de 10,1%, face ao ano anterior.

O nível de sinistralidade registou um aumento global de 4,8%, materializando-se em 11,3 mil milhões de euros.

A taxa de cobertura da margem de solvência do setor fixou-se em 212%, que compara com 215% no período homólogo.

No âmbito do processo de reestruturação das entidades do setor segurador do Grupo Montepio foi constituída, em 27 de dezembro de 2013, a Montepio Seguros SGPS, SA, aglutinando as participações diretas nas sociedades seguradoras e de mediação de seguros, Lusitania – Companhia de Seguros, Lusitania-Vida e Montepio Mediação (participação entretanto alienada no final de 2014), e de Fundos de Pensões – Futuro.

ATIVIDADE DE SEGUROS NÃO VIDA

No final de dezembro de 2014, o volume da produção de seguro direto do setor segurador do ramo Não Vida em Portugal³ foi de 3,3 mil milhões de euros, o que traduz um ligeiro decréscimo de 0,1% face ao período homólogo, contrastando com a redução de produção verificada em 2013 (-4,4%). A estabilidade verificada, em 2014, no volume de produção global do ramo Não Vida, deve-se à inversão da tendência de decréscimo verificada no ramo de Acidentes de Trabalho (+1,2%) que compara com -7,7% em 2013, e do abrandamento das quebras de produção do ramo Automóvel que registou um decréscimo de produção de 1,7% em 2014, que compara com -7,4% em 2013.

A estabilidade da produção anteriormente referida, assim como a redução de 2,6% dos níveis de sinistralidade, traduzem-se na redução de 1,8 p.p. do rácio de sinistralidade, fixando-se em 68,1%.

A taxa de cobertura da margem de solvência do setor, para o ramo Não Vida fixou-se em 220%, que compara com 264% no período homólogo.

Esta atividade no Grupo Montepio é desenvolvida pela Lusitania – Companhia de Seguros, SA e pela N Seguros, SA.

Em 2014, a Lusitania – Companhia de Seguros registou um aumento de produção de 3,6%, contrariando a quebra de produção que ocorreu no exercício de 2013, atingindo um valor de 175,2 milhões de euros, que compara com 169,1 milhões de euros no período homólogo. O ramo que mais contribuiu para o aumento de produção verificado foi o de Acidentes de Trabalho (+21,3% / +5,9 milhões de euros). Como reflexo, assistiu-se a uma melhoria de 0,2 p.p. da quota de mercado global, sendo no final de dezembro de 4,5%. Os Custos com Sinistros cifraram-se em 122,2 milhões de euros (-11,5%). O efeito combinado destas duas variáveis (Prémios brutos emitidos e Custos com Sinistros) contribuiu para o desagravamento da taxa de sinistralidade em 11,8 p.p., tendo atingido os 69,7%.

² Fonte dos dados setoriais: ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

³ Fonte dos dados setoriais: ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

A taxa de cobertura da margem de solvência da Lusitania Companhia de Seguros no final de dezembro de 2013 fixou-se em 115,2%.

A N Seguros, SA opera no mercado dos seguros diretos em Portugal desde fevereiro de 2008 e define a sua atuação por um forte investimento em plataformas tecnológicas orientadas para o apoio ao cliente e para a subscrição direta de seguros.

Com uma oferta abrangente, a N Seguros aposta na segmentação e na personalização dos seus produtos dos ramos Automóvel, Acidentes Pessoais e Saúde. Em 2014, a N Seguros registou uma ligeira redução do volume de prémios brutos emitidos (-1,4%), cifrando-se em 11,4 milhões de euros. Esta redução consubstanciou-se no Ramo Automóvel (ramo de atividade *core*).

Os Custos com Sinistros reduziram-se 10,0%, contribuindo para a melhoria da taxa de sinistralidade em 6,5 p.p., tendo-se fixado em 67,0%.

ATIVIDADE DE SEGUROS VIDA

No exercício de 2014, a produção de seguro direto do setor segurador do ramo Vida⁴ foi de 10,2 mil milhões de euros, evidenciando um crescimento de 13,8%. Este crescimento materializou-se, essencialmente, no aumento da produção dos contratos de seguro de vida não ligados a fundos de investimento (+37,8%).

Os custos com sinistros de seguro direto do setor segurador do ramo Vida aumentaram 6,8% em relação ao período homólogo, tendo atingido os 9,1 milhões de euros. O aumento da sinistralidade derivou do comportamento dos resgates que aumentaram 21,9% face a 2013.

A taxa de cobertura da margem de solvência do setor para o ramo Vida fixou-se em 213%, que compara com 210% no período homólogo.

No Grupo Montepio, esta área de negócio é desenvolvida pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA que comercializa seguros tradicionais, produtos de capitalização e PPR's. A Lusitania Vida – Companhia de Seguros, SA complementa a oferta de seguros do Grupo, disponibilizando seguros de vida-risco e produtos de investimento no canal bancário e na rede de mediadores. A Lusitania Vida atua de forma complementar às atividades mutualista e bancária nas áreas das soluções de previdência e de poupança e, também, à atividade da Lusitania – Companhia de Seguros não vida, através da comercialização de soluções mistas – Vida e Não Vida.

Em 2014, a Lusitania Vida registou um aumento de produção de 41,5%, atingindo um valor de 166,1 milhões de euros face a 117,4 milhões de euros no período homólogo. Este crescimento da produção é justificado pela colocação de 125,5 milhões de euros em contratos de investimento, traduzindo-se num acréscimo de 52,4 milhões face ao período homólogo. A produção de PPR/E registou um decréscimo de 8,2%, passando de 44,2 milhões de euros para 40,6 milhões de euros. A rede de balcões da Caixa Económica Montepio Geral (*bancasseguros*) foi responsável pela colocação de 53,4% da produção total.

A quota de mercado, no final de dezembro de 2014, foi de 1,6%, registando um crescimento de 0,3 p.p. face ao verificado em 2013.

Os Custos com Sinistros Líquidos cifraram-se em 30,9 milhões de euros, tendo registado um acréscimo de 8,3 milhões de euros (+37%).

A margem de solvência da Lusitania Vida atingiu 338,2 % no final de dezembro de 2014, registando uma melhoria de 29 p.p. face ao período homólogo e situando-se 125 p.p. acima da taxa de cobertura da margem de solvência das empresas do ramo vida supervisionadas pelo ASF (213%).

11.2. GESTÃO DE ATIVOS

A Montepio Gestão de Activos, SGFI, SA é a entidade do grupo Montepio especializada na gestão de patrimónios financeiros, concentrando as atividades de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão discricionária de carteiras.

O mercado nacional de Fundos de Investimento Mobiliário registou uma desvalorização de 6,7% em 2014, com o volume de ativos sob gestão a situar-se nos 11 525 milhões de euros no final do ano. Tal situação ficou a dever-se à instabilidade que se viveu durante o ano num Grupo Financeiro, levando a que tenha ocorrido um volume desmesurado de resgates nos fundos sob sua gestão, apesar de serem patrimónios autónomos, cujos ativos são pertença exclusiva dos Parti-

⁴ Fonte dos dados setoriais: ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

cipantes. Na mesma data, o valor dos Fundos de Investimento Mobiliário geridos pela Montepio Gestão de Activos ascendia a 352 milhões de euros, traduzindo-se num crescimento de 4,4% no ano, refletindo-se numa melhoria de 0,3 p.p. da quota de mercado, fixando-se em 3,05%.

O mercado de Gestão de Patrimónios verificou um ligeiro decréscimo de 0,7% em 2013, com o valor das carteiras sob gestão discricionária a terminar o ano nos 54 153 milhões de euros. A Montepio Gestão de Activos, com um montante sob gestão de 1 356 milhões de euros, registou um aumento de 12,9% face ao ano transato. A quota de mercado de 2,50% evidenciou um aumento face a 2,20% no final do ano anterior.

O Produto Bancário gerado foi de 3,3 milhões de euros, sofrendo uma redução de 3,2%. Os Gastos Operacionais registaram um acréscimo de 148 mil euros, passando para 1,7 milhões de euros.

11.3. FUNDOS DE PENSÕES

A FUTURO – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a empresa do Grupo Montepio especializada na gestão de Fundos de Pensões dirigidos a empresas e particulares e que em 2013 celebrou um quarto de século.

No final de 2014, os montantes geridos pelos fundos de pensões⁵ era de 16,7 mil milhões de euros, o que traduz um aumento de 13,1% face ao final de 2013.

Os ativos sob gestão dos Fundos de Pensões geridos pela Futuro registaram um crescimento inferior ao do mercado (10,7%), ascendendo a 1 289 milhões de euros em dezembro de 2014. No final do ano, a quota da Futuro no mercado de fundos de pensões português era de 7,71%, valor que compara com 7,78% no final de 2013.

O valor dos serviços prestados registou um acréscimo de 2,9%, situando-se nos 7,7 milhões de euros.

11.4. SERVIÇOS DE SAÚDE E GESTÃO DE CENTROS RESIDENCIAIS

A empresa Residências Montepio, Serviços de Saúde S.A. é a empresa do Grupo Montepio, vocacionada para a prestação de serviços nesta área, orientados em especial para o segmento sénior. A sua atividade centra-se na gestão centros residenciais, que incluem residências geriátricas, residências assistidas, centros de dia e serviços pessoais ao domicílio.

No final do exercício de 2014 encontravam-se em funcionamento seis Residências Montepio: Porto, Gaia, Coimbra, Parede, Montijo e Parque das Nações.

As residências do Porto, Gaia e Coimbra, apresentaram taxas de ocupação média no final de 2014 de 100%, enquanto as do Montijo e Parque das Nações de 92% e a da Parede de 91%.

A atividade de Apoio Domiciliário, complementar à dos Centros Residenciais, continua a ser promovida através da comercialização dos cartões Vitalidade +, na rede de Balcões do Montepio, tendo o número de aderentes a estes serviços se fixado no final de 2014 em 2 850 cartões ativos (-1,5%).

Os proveitos aumentaram 7,0%, face ao período homólogo, refletindo o impacto da atividade da Residência do Parque das Nações, que aumentou a sua taxa de ocupação média de 49% em 2013 para 92% em 2014.

Foi desenvolvido, a nível nacional, um projeto de construção de oito residências, sendo que as próximas inaugurações projetadas, para o final de 2015, são:

- Residência Montepio Parede II – Cascais, junto à Residência Montepio Parede (Cascais);
- Residência Montepio Lisboa.

⁵ Fonte dos dados setoriais: APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios



175^{ANOS}
Associação
Mutualista
Montepio

12. Demonstrações Financeiras, Notas Explicativas e Certificação Legal de Contas

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(milhares de euros)

	NOTAS	2014	2013
ATIVO			
Disponibilidades em instituições de crédito	16	35 676	48 400
Aplicações em instituições de crédito	17	598 649	460 669
Ativos financeiros detidos para negociação	18	2 059	5 408
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	19	20 428	16 009
Ativos financeiros disponíveis para venda	20	960 737	793 077
Investimentos detidos até à maturidade	21	993 790	638 152
Investimentos em subsidiárias e associadas	22	1 705 596	1 691 705
Propriedades de investimento	23	415 237	401 960
Ativos tangíveis	24	3 523	2 853
Ativos intangíveis		15	–
Outros ativos	25	12 646	10 145
TOTAL DO ATIVO		4 748 356	4 068 378
PASSIVO			
Outras Provisões	28	17 039	629
Provisões técnicas			
Provisões matemáticas para encargos com modalidades associativas	29	3 968 354	3 336 727
Subvenções e melhorias de benefícios	29	71 075	73 824
Outros passivos	26	9 626	6 390
TOTAL DO PASSIVO		4 066 094	3 417 570
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Fundos próprios	30	129 862	117 711
Excedentes Técnicos	30	94 826	58 709
Reservas de justo valor	31	45 971	9 924
Reserva geral	31	248 453	229 405
Outras reservas e resultados transitados	31	121 689	164 788
Resultado líquido do exercício	31	41 461	70 271
TOTAL DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		682 262	650 808
TOTAL DO PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA		4 748 356	4 068 378

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

José de Almeida Serra

Eduardo José da Silva Farinha

Carlos Vicente Morais Beato

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

		(milhares de euros)	
	NOTAS	2014	2013
Proveitos inerentes a associados	3	969 137	879 306
Custos inerentes a associados	4	(437 439)	(354 647)
Variação das provisões técnicas	5	(586 210)	(575 377)
Juros e rendimentos similares	6	94 113	74 079
Juros e encargos similares	6	(382)	(282)
Rendimentos de instrumentos de capital	7	2 961	5 875
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	8	1 892	3 341
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	9	20 451	18 707
Provisões liquidas de reposições e anulações	28	(16 684)	(559)
Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões	10	(12 343)	(2 467)
Imparidade de outros ativos líquida de reversões	11	(6 604)	(7 400)
Custos com pessoal	12	(2 715)	(2 674)
Gastos gerais administrativos	13	(10 863)	(10 706)
Amortizações do exercício	14	(135)	(9)
Outros resultados de exploração	15	26 282	43 084
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		41 461	70 271

A TÉCNICA OFICIAL DE CONTAS

Rosa Maria Alves Mendes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia – Presidente

José de Almeida Serra

Eduardo José da Silva Farinha

Carlos Vicente Morais Beato

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(milhares de euros)

	2014	2013
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Reserva de justo valor		
Ativos financeiros disponíveis para venda	36 047	41 429
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados		
Reconhecimento dos desvios atuariais	(80)	246
Total outro rendimento integral	35 967	41 675
Resultado líquido do exercício	41 461	70 271
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	77 428	111 946

MAPA DE ALTERAÇÕES NA SITUAÇÃO LÍQUIDA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(milhares de euros)

	Fundos Próprios	Excedentes Técnicos	Reserva de Justo Valor	Reserva Geral	Outras reservas e resultados transitados	Resultado Líquido Exercício	Total da Situação Líquida
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	108 684	67 239	(31 505)	218 001	134 914	82 193	579 526
Distribuição de resultados do MGAM (ver nota 31)	9 027	(5 178)	–	10 425	21 843	(82 193)	(46 076)
Distribuição de excedentes dos CRPC	–	(1 943)	–	–	–	–	(1 943)
Recurso à reserva de estabilização (ver nota 31)	–	–	–	–	7 785	–	7 785
Reposição de reserva geral (ver nota 31)	–	(979)	–	979	–	–	–
Atribuição de benefícios	–	(430)	–	–	–	–	(430)
Variação da reserva de justo valor	–	–	41 429	–	–	–	41 429
Desvios atuariais (nota 27)	–	–	–	–	246	–	246
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	70 271	70 271
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	117 711	58 709	9 924	229 405	164 788	70 271	650 808
Distribuição de resultados do MGAM (ver nota 31)	9 065	13 880	–	10 738	–	(70 271)	(36 588)
Distribuição de resultados transitados (ver nota 31)	3 086	26 206	–	6 143	(35 435)	–	–
Distribuição de excedentes dos CRPC	–	(3 260)	–	–	–	–	(3 260)
Recurso às reserva (nota 31)	–	–	–	1 998	(7 584)	–	(5 586)
Reposição de reserva geral (ver nota 31)	–	(169)	–	169	–	–	–
Atribuição de benefícios	–	(540)	–	–	–	–	(540)
Variação da reserva de justo valor	–	–	36 047	–	–	–	36 047
Desvios atuariais (nota 27)	–	–	–	–	(80)	–	(80)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	41 461	41 461
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	129 862	94 826	45 971	248 453	121 689	41 461	682 262

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(milhares de euros)

	2014	2013
Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais		
Custos inerentes a associados	(437 439)	(354 647)
Proveitos inerentes a associados	969 137	879 306
Dotação para a Fundação Montepio Geral	(1 000)	(1 000)
Outros pagamentos e recebimentos	(19 519)	(39 878)
	511 179	483 781
Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento		
Investimentos em subsidiárias e associadas	(20 357)	(205 300)
Pagamentos e recebimentos relativos a propriedades de investimentos	33 839	18 393
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos detidos até à maturidade	(355 639)	(393 734)
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos financeiros detidos para negociação	3 560	(1 116)
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4 419	2 789
Pagamentos e recebimentos relativos a ativos financeiros disponíveis para venda	(71 383)	(5 046)
Aplicações em instituições de crédito	(120 772)	74 002
Juros de depósitos à ordem	1 219	1 462
Dividendos	2 961	5 875
Empréstimos de financiamento	(1 750)	(612)
	(523 903)	(503 287)
Varição líquida em disponibilidades em instituições de crédito	(12 724)	(19 506)
Disponibilidades em instituições de crédito no início do período	48 400	67 906
Disponibilidades em instituições de crédito no fim do período	35 676	48 400

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Montepio Geral – Associação Mutualista («Associação» ou «MGAM»), com sede na Rua do Ouro, 219-241, é uma instituição particular de solidariedade social, constituída em Portugal em 1840. A Associação tem como finalidade essencial promover e desenvolver ações de proteção social, solidariedade e integridade a favor dos Associados e suas famílias e dos beneficiários por aqueles designados. Iniciou a sua atividade em 4 de outubro de 1840.

Até 31 de dezembro de 2011, inclusive, a Associação preparou as suas demonstrações financeiras com base no modelo de apresentação consagrado no Plano de Contas das Associações Mutualistas, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 422/93 de 28 de dezembro. Não obstante, em 31 de dezembro de 2008, em sintonia com as transformações em curso no domínio das regras contabilísticas, nomeadamente ao nível das instituições financeiras e empresas de seguros, e tendo como objetivo a sua convergência com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, alterou as suas políticas contabilísticas acolhendo os critérios de reconhecimento e mensuração das Normas Internacionais de Relato Financeiro («IFRS») tal como adotadas na União Europeia nessa data.

A partir de 1 de janeiro de 2012, no âmbito do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março que aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo («ESNL») e do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a Associação adotou os IFRS, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, passando a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com os IFRS.

As demonstrações financeiras individuais («demonstrações financeiras») da Associação agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2014. A Associação elabora contas consolidadas que serão apresentadas oportunamente.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board («IASB») e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee («IFRIC»), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Associação na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2013.

Em 2014 a Associação adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2014. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 36. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em milhares de euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os outros ativos e passivos financeiros e não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que a Associação efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 1 s).

As demonstrações financeiras da Associação são preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 4 de março de 2015.

b) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Ativo	Número de anos
Equipamento Básico	8
Equipamento Administrativo	5 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 – Imparidade de ativos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados para os ativos registados ao custo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c) Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Associação necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (3 anos).

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

d) Propriedades de investimento

A Associação classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Os custos subsequentes com propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Associação em montante superior ao valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado do investimento.

e) Investimentos em subsidiárias e associadas

As participações financeiras são classificadas como segue:

Subsidiárias

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) sobre as quais a Associação exerce controlo. A Associação controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). Os investimentos em subsidiárias são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Associação tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que a Associação exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a Associação detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que a Associação não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada. Os investimentos em associadas são valorizados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Associação constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

f) Ativos financeiros

Classificação

A Associação classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- *Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

A Associação designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- Tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); ou
- Tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

- *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Associação tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem na categoria acima referida.

- *Ativos financeiros detidos até à maturidade*

Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Associação tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.

Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Associação a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Associação ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

- *Empréstimos e contas a receber*

Esta categoria inclui valores a receber relativos a transações relacionadas com a atividade desenvolvida pela Associação.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação («*trade date*»), ou seja, na data em que a Associação se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Associação ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Associação tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Associação tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente («*bid-price*»). Na ausência de cotação, a Associação estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que sejam cumpridos os requisitos definidos na norma, nomeadamente:

- se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresenta características de um instrumento de dívida para o qual não existe mercado ativo; ou
- quando exista algum evento não comum ou altamente improvável que ocorra de novo no curto-prazo, significando que o evento pode ser classificado como uma circunstância rara.

A Associação não adotou esta possibilidade.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias específicas.

São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade

A Associação avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresentam sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títu-

los cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

g) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação («*trade date*»), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa («*discounted cash flows*») e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

h) Operações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

i) Disponibilidades em instituições de crédito

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, as disponibilidades em instituições de crédito englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço.

j) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem valores a pagar aos associados e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

A Associação procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

k) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I) Benefícios aos empregados

Pensões

No final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral («CEMG») que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM. Os novos órgãos de gestão tomaram posse em 11 de janeiro de 2013.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação do Instituto de Seguros de Portugal.

O MGAM tem a responsabilidade de pagar aos seus Administradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência bem como subsídio por morte, nos termos do estabelecido no contrato do Fundo de Pensões do Montepio Geral, gerido pela Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

A responsabilidade líquida do MGAM com o plano de benefícios acima referido é estimada anualmente, com referência a 31 de dezembro de cada ano.

A responsabilidade líquida do MGAM relativa ao plano de benefício definido é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada Administrador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano é calculado pelo MGAM multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

O MGAM reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os pagamentos aos fundos são efetuados anualmente pelo MGAM de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo.

Remunerações variáveis aos órgãos de administração (bónus)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e aos membros dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

m) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com origem nas diferentes modalidades mutualistas subscritas pelos Associados. Estas provisões são calculadas, mensalmente, sobre bases atuariais aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, à data de cada reporte das demonstrações financeiras, a Associação efetua um teste à adequação das responsabilidades, utilizando pressupostos atuariais mais adequados face à realidade atual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

O teste de adequação das responsabilidades é efetuado para cada modalidade separadamente. Qualquer deficiência detetada deverá ser reconhecida pela Associação no momento em que ocorra, por contrapartida de resultados.

n) Contratos de seguro

Classificação

A Associação no âmbito das modalidades associativas emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro.

Um contrato em que a Associação aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o associado é classificado como um contrato de seguro e reconhecido de acordo com os critérios definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro.

Um contrato emitido pela Associação cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pela Associação que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os proveitos inerentes a associados de cada uma das modalidades com risco de seguro de vida e risco de investimento com participação nos resultados discricionária, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos Associados. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões matemáticas.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Associação tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

p) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

q) Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

r) Despesas relativas à Caixa Económica Montepio Geral

A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afetos ao Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, ao Gabinete de Dinamização da Associação Mutualista e à Unidade de Contabilidade da Associação Mutualista, custos com os trabalhadores da Direção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial (ver nota 13).

s) Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contábilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela Associação são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Associação e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contábilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Associação poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Associação determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual a Associação recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e como consequência da forte volatilidade e reduzida liquidez dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses; ou
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Provisões matemáticas

As provisões matemáticas correspondem às responsabilidades futuras decorrentes das várias modalidades. Estas provisões foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Associação. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

Na determinação das provisões matemáticas relativas a cada modalidade, a Associação avalia mensalmente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de provisões matemáticas.

Imparidade para investimentos em subsidiárias e associadas

A Associação avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o

valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Associação.

Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

2. Número de associados

Em 31 de dezembro de 2014, a Associação possuía 630 513 (2013: 579 530) Associados efetivos, que efetuaram 1 090 222 inscrições (2013: 1 008 557). Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número de Associados subscritores das diferentes modalidades associativas pode ser detalhado como segue:

	2014	2013
Modalidades individuais:		
Montepio Poupança Complementar	342 188	290 555
Montepio Proteção de Encargos	120 884	121 298
Capitais de previdência diferidos com opção + Montepio 5 em 5	197 325	186 809
Montepio Poupança reforma	21 650	21 523
Capitais para jovens + Montepio 18-30	14 489	14 614
Capitais de previdência + Montepio Proteção Vida	6 431	6 676
Montepio Capital Certo	190 174	163 937
Pensões de reforma	3 931	4 397
Pensões de sobrevivência e dotes	1 427	1 477
Outros	2 058	2 205
	900 557	813 491
Modalidades de coberturas adicionais:		
Pensões de reforma – restituição de quotas	3 701	4 148
Capital temporário de invalidez	144	163
Pensões de reforma – adicional de invalidez	120	136
Quotas para capitais de garantia	28	31
	3 993	4 478

3. Proveitos inerentes a associados

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os proveitos inerentes a associados são analisados como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Jóias	644	599
Quotizações e capitais	964 158	876 281
Outros proveitos inerentes a associados	4 335	2 426
	969 137	879 306

As Quotizações e capitais referem-se aos montantes entregues pelos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de seguro descrita na nota 1 n). Esta rubrica inclui ainda o benefício de solidariedade associativa, sendo analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Modalidades atuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção	83 610	63 049
Garantia de pagamento de encargos	22 188	22 976
Capitais para jovens	7 119	7 149
Pensões de reforma	1 047	1 238
Capitais de previdência	781	786
Capitais transferidos para Pensão / Renda	–	1 053
Outras	839	817
	115 584	97 068
Modalidades de capitalização		
Capitais de reforma	267 930	187 802
Poupança reforma	6 279	4 580
Capitais de reforma de prazo certo	560 848	575 743
Modalidades coletivas	1 196	360
	836 253	768 485
Outros		
Benefícios de solidariedade associativa	10 759	9 515
Rendas vitalícias	1 350	1 103
Rendas temporárias	212	110
	12 321	10 728
	964 158	876 281

4. Custos inerentes a associados

Os custos inerentes a associados são analisados como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Prestações e capitais	411 223	332 019
Melhorias de benefícios	5 951	6 227
Outros custos inerentes a associados	20 265	16 401
	437 439	354 647

A rubrica Prestações e capitais diz respeito aos montantes entregues aos associados no âmbito das modalidades atuariais e modalidades de capitalização, de acordo com a política contabilística dos contratos de segura definida na nota 1 m). Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Modalidades atuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção	35 650	36 919
Capitais para jovens	4 688	3 921
Pensões de reforma	4 736	4 436
Capitais de previdência	400	432
Capitais transferidos para Pensão / Renda	828	859
Outras	727	668
	47 029	47 235
Modalidades de capitalização		
Capitais de reforma	160 836	133 002
Poupança reforma	4 992	3 998
Capitais de reforma de prazo certo	195 142	144 677
Modalidades coletivas	604	570
	361 574	282 247
Outros		
Benefício de solidariedade associativa	228	157
Rendas vitalícias	2 349	2 347
Rendas temporárias	43	33
	2 620	2 537
	411 223	332 019

A rubrica Subvenções e melhorias de benefícios é analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Modalidades atuariais		
Capitais de previdência diferidos com opção	840	972
Capitais para jovens	550	573
Pensões de reforma	2 318	2 258
Capitais de previdência	816	893
Capitais transferidos para Pensão / Renda	50	48
Outras	1 377	1 483
	5 951	6 227

5. Variação das provisões técnicas

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	2014 Euros '000		
	Modalidades capitalização	Modalidades atuariais	Total
Provisões matemáticas	533 043	56 432	589 475
Melhorias de benefícios	–	(3 265)	(3 265)
	533 043	53 167	586 210

	2013 Euros '000		
	Modalidades capitalização	Modalidades atuariais	Total
Provisões matemáticas	529 517	49 023	578 540
Melhorias de benefícios	–	(3 163)	(3 163)
	529 517	45 860	575 377

Em 31 de dezembro de 2014, a variação das provisões matemáticas de capitalização, inclui um montante de Euros 424 111 000 (2013: 473 704 000) referente às modalidades de Capitais de Reforma Prazo Certo.

6. Juros

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Juros e rendimentos similares:		
Juros de depósitos	18 426	18 397
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	187	97
Juros de outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	568	515
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	40 140	35 093
Juros de investimentos detidos até à maturidade	34 465	19 687
Outros juros	327	290
	94 113	74 079
Juros e encargos similares:		
Juros de ativos financeiros detidos para negociação	–	(94)
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	(382)	(188)
	(382)	(282)
	93 731	73 797

7. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	44	34
Rendimentos de subsidiárias e associadas	2 917	5 841
	2 961	5 875

O detalhe do rendimento de subsidiárias e associadas pode ser analisado na nota 33 – Transações com partes relacionadas.

8. Resultados de ativos avaliados ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 Euros '000			2013 Euros '000		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Ativos e passivos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos	10	–	10	6	–	6
de outros emissores	334	(79)	255	57	–	57
	344	(79)	265	63	–	63
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Credit default swaps</i>	27	(71)	(44)	96	(51)	45
<i>Interest rate swaps</i>	–	–	–	2 747	–	2 747
	27	(71)	(44)	2 843	(51)	2 792
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores	2 401	(730)	1 671	1 658	(1 172)	486
	2 401	(730)	1 671	1 658	(1 172)	486
Total	2 772	(880)	1 892	4 564	(1 223)	3 341

9. Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 Euros '000			2013 Euros '000		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos						
De emissores públicos	11 012	–	11 012	116	–	116
De outros emissores	9 818	(791)	9 027	18 085	(122)	17 963
Ações	6	–	6	–	–	–
Outros títulos de rendimento variável	406	–	406	628	–	628
	21 242	(791)	20 451	18 829	(122)	18 707

10. Imparidade de ativos financeiros líquida de reversões

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Saldo em 1 de janeiro	14. 818	12 351
Dotação do exercício	13 544	2 624
Reversão do exercício	(1 201)	(157)
	12 343	2 467
Reversão por alienação	(13 246)	–
Saldo em 31 de dezembro	13 915	14 818

11. Imparidade de outros ativos líquida de reversões

Esta rubrica é analisada como segue:

2014 Euros '000				
	Contas a receber	Investimentos em subsidiárias e associadas	Ativos tangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro	1 077	13 505	80	14 662
Dotação do exercício	559	6 466	–	7 025
Reversão do exercício	(421)	–	–	(421)
Saldo em 31 de dezembro	1 215	19 971	80	21 266

2013 Euros '000				
	Contas a receber	Investimentos em subsidiárias e associadas	Ativos tangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro	912	6 270	686	7 868
Dotação do exercício	305	7 235	–	7 540
Reversão do exercício	(140)	–	–	(140)
Anulação da imparidade	–	–	(606)	(606)
Saldo em 31 de dezembro	1 077	13 505	80	14 662

A imparidade reconhecida em investimentos em subsidiárias e associadas resulta do reforço de imparidade anteriormente registada na sociedade Lestinvest, SGPS, S.A. no montante de Euros 1 195 000 e da constituição de imparidades na Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A. no montante de Euros 1 172 000, na Bolsimo Gestão de Ativos, S.A. no montante de Euros 3 488 000, e na Nebra, Energias Renovables, SL no montante de Euros 611 000. A imparidade reconhecida resulta maioritariamente da deterioração das condições económicas onde as sociedades referidas operam, nomeadamente no mercado imobiliário. No que respeito às sociedades Lestinvest, SGPS, S.A. e Montepio Imóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A., tendo em conta que os capitais próprios das sociedades são negativos, a Associação reconheceu a totalidade da imparidade no investimento, no entanto, tendo em consideração que detém a totalidade do capital destas sociedades, constituiu uma provisão para o diferencial de passivos não cobertos pelos ativos destas sociedades (ver nota 28). O detalhe da imparidade em Investimentos em subsidiárias e associadas é analisado na nota 22.

12. Custos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2014, os Gastos com pessoal ascenderam ao montante de Euros 2 715 000 (2013: Euros 2 674 000) e correspondem à remuneração e outros benefícios dos Órgãos de Gestão e Fiscalização.

Conforme referido na nota 1 /), no seguimento da alteração dos estatutos da CEMG que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM, foram eleitos órgãos de gestão que tomaram posse em 11 de janeiro de 2013.

13. Gastos gerais administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Trabalhos especializados	7 162	7 908
<i>Cedência de Pessoal</i>	4 505	5 315
<i>Informática</i>	1 199	1 860
<i>Trabalho independente</i>	80	132
<i>Encargos com Inspeções Médicas</i>	184	174
<i>Custos com MGAI</i>	655	–
<i>Outros serviços especializados</i>	538	427
Publicidade e propaganda	1 706	1 456
Vigilância e Segurança	49	–
Comissões	7	–
Conservação e reparação	7	88
Materiais	137	85
Energia e fluídos	26	176
Deslocações, estadas e transportes	43	30
Serviços Diversos	1 726	963
<i>Rendas e Alugueres</i>	298	83
<i>Comunicações</i>	591	547
<i>Seguros</i>	16	4
<i>Contencioso e Notariado</i>	582	152
<i>Despesas de Representação</i>	43	25
<i>Limpeza, higiene e conforto</i>	3	–
<i>Outros serviços</i>	193	152
	10 863	10 706

A rubrica Cedência de pessoal inclui os custos suportados pela Associação com os colaboradores cedidos pela Caixa Económica – Montepio Geral. A Associação suporta, para além dos custos com os trabalhadores afetos ao Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, ao Gabinete de Dinamização da Associação Mutualista e Unidade de Contabilidade da Associação Mutualista, custos com os trabalhadores da Direção Imobiliária e de Instalações. O montante suportado corresponde à compensação devida pela Associação relativamente ao apoio prestado pela Caixa nas diversas áreas para as quais a Associação não dispõe de estrutura própria e à colocação de produtos mutualistas pela rede comercial.

Com a constituição, em maio de 2014, do Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE, os custos anteriormente suportados com os trabalhadores da Direção Imobiliária e de Instalações passaram a estar incluídos nos custos suportados com o agrupamento complementar de empresas referidos.

No exercício de 2014, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, excluindo IVA, ascendem ao montante de Euros 83 000, no âmbito da revisão legal das contas anuais. Em 2013, os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam ao montante de Euros 182 000.

14. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento administrativo	93	8
Equipamento básico	25	1
Outros ativos fixos tangíveis	14	–
	132	9
Ativos intangíveis		
Programas de computador	3	–
	3	–

15. Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é analisado como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Outros proveitos de exploração:		
Rendimentos em propriedades de investimento	26 812	27 890
Perdas justo valor – propriedades de investimento	5 135	–
Mais valias na alienação de subsidiárias e associadas	–	36 809
Rendimentos suplementares	138	301
Outros	866	546
	32 951	65 546
Outros custos de exploração:		
Perdas justo valor – propriedades de investimento	–	(16 383)
Despesas com propriedades de investimento	(2 311)	(2 517)
Donativos diversos	(1 608)	(1 379)
Despesas com iniciativa promoção mutualista	(163)	(186)
Revistas Montepio, Montepio Jovem e Clube Tio Pelicas	(1 527)	(1 336)
Programa de educação financeira	(148)	(235)
Despesas com eventos institucionais	(284)	(144)
Serviços bancários	(6)	(5)
Outros	(622)	(277)
	(6 669)	(22 462)
	26 282	43 084

Em 31 de dezembro de 2013, as mais valias na alienação de subsidiárias correspondem ao ganho obtido na alienação das sociedades Lusitania – Companhia de Seguros, S.A., Lusitania Vida – Companhia de Seguros, S.A., Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A., conforme referido na nota 22.

16. Disponibilidades em instituições de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica corresponde na totalidade a depósitos bancários na Caixa Económica – Montepio Geral.

17. Aplicações em instituições de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica corresponde na totalidade a depósitos a prazo na Caixa Económica – Montepio Geral.

As principais aplicações em instituições de crédito, em 31 de dezembro de 2014, vencem juros à taxa média anual de 3,8% (2013: 3,75%).

A análise da rubrica Aplicações em instituições de crédito pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Até 3 meses	52 182	23 667
3 meses a 6 meses	30 376	29 295
6 meses a 1 ano	285 096	105 398
1 ano a 5 anos	228 638	299 331
Mais de 5 anos	2 357	2 978
	598 649	460 669

18. Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

A rubrica ativos e passivos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Ativos financeiros detidos para negociação:		
Títulos		
Ações	67	154
Obrigações de outros emissores	1 992	5 208
	2 059	5 408
 Instrumentos financeiros derivados com justo valor	 –	 46
	2 059	5 408

Os níveis de valorização são analisados como segue:

		2014 Euros '000			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ações		67	–	–	67
Obrigações de outros emissores		1 992	–	–	1 992
		2 059	–	–	2 059

		2013 Euros '000			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ações		154	–	–	154
Obrigações de outros emissores		5 208	–	–	5 208
Instrumentos financeiros derivados		–	46	–	46
		5 362	46	–	5 408

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise da carteira de títulos detidos para negociação por maturidades em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é apresentada como segue:

		2014 Euros '000					
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos financeiros detidos para negociação							
Ações		–	–	–	–	67	67
Obrigações de outros emissores		–	–	1 992	–	–	1 992
		–	–	1 992	–	67	2 059

		2013 Euros '000					
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Ativos financeiros detidos para negociação							
Ações		–	–	–	–	154	154
Obrigações de outros emissores		–	–	1 184	4 024	–	5 208
		–	–	1 184	4 024	154	5 362

O valor de balanço dos ativos e passivos financeiros detidos para negociação (derivados) é analisado como segue:

Produto derivado	2014 Euros '000		2013 Euros '000	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Contratos sobre crédito				
<i>Credit default swaps</i>	–	–	6 000	46
	–	–	6 000	46

O ativo acima referido apresentava, em 31 de dezembro de 2013, uma maturidade inferior a 1 ano.

19. Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Obrigações de outros emissores	20 428	16 009
Dos quais:		
Nível 1	12 419	11 849
Nível 2	8 009	4 160
Nível 3	–	–
	20 428	16 009

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise dos outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados por maturidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é a seguinte:

2014 Euros '000					
Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
Obrigações de outros emissores	232	3 631	13 698	2 867	20 428
2013 Euros '000					
Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados					
Obrigações de outros emissores	182	99	7 964	7 764	16 009

20. Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

2014 Euros '000				
	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	48 662	5 410	–	54 072
Obrigações de outros emissores	771 292	36 516	(3 774)	804 034
Papel comercial	62 873	819	–	63 692
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	2 620	564	(1 605)	1 579
Fundos de investimento	43 234	2 662	(8 536)	37 360
	928 681	45 971	(13 915)	960 737

(1) Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo	269 718	652 080	–	921 798
Obrigações de emissores públicos	54 072	–	–	54 072
Obrigações de outros emissores	215 646	588 388	–	804 034
Papel comercial	–	63 692	–	63 692
Títulos de rendimento variável	33 348	662	4 930	38 940
Ações de empresas	923	656	–	1 579
Fundos de investimento	32 425	6	4 930	37 361
Total	303 066	652 741	4 930	960 737

2013 Euros '000				
	Custo de aquisição ⁽¹⁾	Reserva de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
Títulos de rendimento fixo:				
Obrigações de emissores públicos	77 406	(2 320)	–	75 086
Obrigações de outros emissores	653 723	8 390	(5 147)	656 966
Papel comercial	43 986	462	–	44 448
Títulos de rendimento variável:				
Ações de empresas	2 618	378	(1 501)	1 495
Fundos de investimento	20 238	3 014	(8 170)	15 082
	797 971	9 924	(14 818)	793 077

(1) Custo de aquisição no que se refere a instrumentos de capital e custo amortizado para instrumentos de dívida.

Dos quais:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de rendimento fixo				
Obrigações de emissores públicos	242 426	534 074	–	776 500
Obrigações de outros emissores	75 086	–	–	75 086
Papel comercial	167 340	489 626	–	656 966
	–	44 448	–	44 448
Títulos de rendimento variável				
Ações de empresas	15 301	1 276	–	16 577
Fundos de investimento	751	744	–	1 495
	14 550	532	–	15 082
Total	257 727	535 350	–	793 077

Conforme disposto na IFRS 13, os ativos financeiros detidos para negociação são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A análise dos ativos financeiros disponíveis para venda por maturidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é a seguinte:

2014 Euros '000						
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Títulos de rendimento fixo:						
Obrigações de emissores públicos	–	–	–	54 072	–	54 072
Obrigações de outros emissores	16 607	2 888	615 306	159 479	9 754	804 034
Papel comercial	15 929	47 763	–	–	–	63 692
	32 536	50 651	615 306	213 551	9 754	921 798
Títulos de rendimento variável:						
Ações de empresas	–	–	–	–	1 579	1 579
Fundos de investimento	–	–	–	–	37 360	37 360
	–	–	–	–	38 939	38 939
	32 536	50 651	615 306	213 551	48 693	960 737

		2013 Euros '000				
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado
Títulos de rendimento fixo:						Total
Obrigações de emissores públicos		–	–	25 888	49 198	–
Obrigações de outros emissores		4 703	14 854	549 321	88 088	–
Papel comercial		36 907	7 541	–	–	–
		41 610	22 395	575 209	137 286	–
Títulos de rendimento variável:						
Ações de empresas		–	–	–	–	1 495
Fundos de investimento		–	–	–	–	15 082
		–	–	–	–	16 577
		41 610	22 395	575 209	137 286	16 577

21. Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica é analisada como segue:

		2014 Euros '000	2013 Euros '000
Investimentos detidos até à maturidade			
Obrigações de outros emissores		980 877	625 238
Papel comercial		12 913	12 914
		993 790	638 152
Dos quais:			
Nível 1		–	–
Nível 2		993 790	638 152
Nível 3		–	–
		993 790	638 152

A análise dos investimentos detidos até à maturidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é a seguinte:

		2014 Euros '000				
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Investimentos detidos até à maturidade						
Obrigações de outros emissores		–	–	974 350	6 527	980 877
Papel comercial		–	12 913	–	–	12 913
		–	12 913	974 350	6 527	993 790
		2013 Euros '000				
		Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Investimentos detidos até à maturidade						
Obrigações de outros emissores		–	25 000	593 731	6 507	625 238
Papel comercial		–	12 914	–	–	12 914
		–	37 914	593 731	6 507	638 152

22. Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em subsidiárias e associadas, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são analisados como segue:

	2014						
	Capital Social	Porcentagem de Participação	Valor Balanço Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000	Capitais Próprios Euros '000	Resultado Líquido Euros '000
Subsidiárias *							
Caixa Económica Montepio Geral (contas consolidadas) c)	1 700 000	100,00%	1 500 000	22 214 846	20 472 975	1 741 871	22 650
MG Gestão de Ativos Financeiros – S.G.F.I.M., S.A.	1 200	99,86%	1 331	4 198	476	3 722	1 164
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	50	100,00%	50	10	1	9	(2)
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A. a)	16 500	91,63%	50 119	91 233	50 731	40 503	(9 491)
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A. d)	3 000	50,99%	2 295	6 928	4 995	1 934	265
Leacock (Seguros), Lda.	300	81,00%	242	2 375	14	2 361	(41)
Finibanco Vida – Companhia de Seguros, S.A.	7 500	100,00%	17 665	72 162	58 725	13 438	1 102
Montepio Imóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A.	250	100,00%	1 505	10 111	13 691	(3 580)	(3 068)
Lestinvest, SGPS, S.A.	20 000	100,00%	13 195	40 675	53 962	(13 287)	(13 167)
Montepio Seguros, SGPS, S.A. b)	137 750	52,63%	134 250	1 057 617	973 573	84 045	4 584
Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE	2 450	65,00%	1 592	3 778	1 328	2 450	–
Associadas *							
Silvip, S.A.	750	26,40%	308	2 586	510	2 076	105
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	5 000	34,00%	1 700	21 333	21 307	26	(2 960)
Sagies, S.A.	500	27,00%	97	1 552	715	837	103
NEBRA, Energias Renovables, SL	10	35,50%	611	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Nova Câmbios, S.A.	1 750	30,00%	527	8 060	4 283	3 777	313
Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	320	9	310	25
			1 725 567				
Imparidade							
Montepio Imóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A.			(1 505)				
Lestinvest, SGPS, S.A.			(13 195)				
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A.			(3 488)				
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.			(1 172)				
NEBRA, Energias Renovables, SL			(611)				
			(19 971)				
			1 705 596				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis. No caso particular da CEMG, a informação refere-se a 30 de Setembro de 2014, última informação publicada.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35 000 000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 61 750 000 referente a prestações acessórias de capital.

c) A percentagem de participação na CEMG corresponde aos direitos de voto. O interesse económico na CEMG é de 88,24%.

d) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 765 000 referente a prestações acessórias de capital.

Todas as subsidiárias e associadas acima identificadas são sediadas em Portugal, com exceção da Nebra, Energias Renovables, SL.

Em 31 de dezembro de 2014, relativamente às sociedades Nebra, Energias Renovables, SL e Nebra Renovables, SL, existem garantias bancárias que ascendem ao montante de Euros 1 000 000 a favor da Direção Geral da Política Energética e Minas de Espanha.

Em 2014, foi constituído o Montepio Gestão de Ativos Imobiliários, ACE, passando o MGAM a deter 65% deste agrupamento complementar de empresas.

Durante o exercício de 2014, foram concedidas prestações acessórias de capital no montante de Euros 18 000 000 e Euros 765 000 às sociedades Montepio Seguros, SGPS, S.A. e Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A., respetivamente.

2013							
	Capital Social	Porcentagem de Participação	Valor Balanço Euros '000	Ativo Euros '000	Passivo Euros '000	Capitais Próprios Euros '000	Resultado Líquido Euros '000
Subsidiárias *							
Caixa Económica Montepio Geral c)	1 700 000	100,00%	1 500 000	25 807 457	24 198 692	1 608 765	(221 170)
MG Gestão de Ativos Financeiros							
– S.G.F.I.M., S.A.	1 200	99,86%	1 331	4 183	423	3 760	1 336
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	50	100,00%	50	11	81	(70)	75
Bolsimo – Gestão de Ativos, S.A. a)	16 500	91,63%	50 119	111 175	61 324	49 851	(793)
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	3 000	50,99%	1 530	7 076	5 893	1 183	(454)
Leacock (Seguros), Lda.	300	81,00%	242	2 418	8	2 410	(26)
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	3 000	56,67%	1 700	24 459	23 024	1 435	(302)
Finibanco Vida – Companhia de Seguros, S.A.	7 500	100,00%	17 665	80 697	68 338	12 359	1 587
Montepio Imóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A.	250	100,00%	1 505	17 072	16 619	453	(482)
Lestinvest, SGPS	20 000	100,00%	13 195	54 476	51 175	3 301	(922)
Montepio Seguros, SGPS S.A. b)	137 750	52,63%	116 250	200 250	11	200 239	(11)
Associadas *							
Silvip, S.A.	750	26,40%	308	2 618	478	2 140	222
Sagies, S.A.	500	27,00%	97	1 595	646	949	71
NEBRA, Energias Renovables, SL	10	35,50%	611	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Nova Câmbios, S.A.	750	30,00%	527	4 994	2 605	2 389	333
Bem Comum – Sociedade Capital Risco, S.A.	250	32,00%	80	307	6	68	(24)
			<u>1 705 210</u>				
Imparidade							
Montepio Imóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A.			(1 505)				
Lestinvest, SGPS, S.A.			(12 000)				
			<u>(13 505)</u>				
			<u>1 691 705</u>				

(*) A informação financeira refere-se às últimas demonstrações financeiras disponíveis.

a) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 35 000 000 referente a prestações acessórias de capital.

b) O custo de aquisição desta participação inclui o montante de Euros 43 750 000 referente a prestações acessórias de capital.

c) A percentagem de participação na CEMG corresponde aos direitos de voto. O interesse económico na CEMG é de 88,24%.

Em 2013, a CEMG procedeu ao aumento de capital no montante de Euros 405 000 000, tendo o MGAM subscrito e realizado o montante de Euros 205 000 000. Importa referir que o aumento remanescente de capital no montante de Euros 200 000 000 foi efetuado através de uma oferta pública de subscrição de unidades de participação representativas do fundo de participação da CEMG que integra o respetivo património social. A titularidade das unidades de participação referidas não confere direito de voto.

No final do exercício de 2013, o MGAM procedeu a uma reorganização das suas participações financeiras associadas aos setores dos seguros e fundos de pensões. Nesse âmbito, foi constituída a Montepio Seguros, SGPS, S.A. com o objetivo de gerir participações sociais dos setores acima referidos. Esta sociedade controlada pelo MGAM, adquiriu posteriormente ao MGAM as seguintes sociedades:

- Lusitania – Companhia de Seguros, S.A. pelo montante de Euros 77 836 000 (incluindo prestações acessórias no montante de Euros 43 750 000);
- Lusitania Vida – Companhia de Seguros, S.A. pelo montante de Euros 33 593 000;

- Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. pelo montante de Euros 3 550 000;
- Montepio Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S.A. pelo montante de Euros 1 270 000.

Como resultado das alienações efetuadas, o MGAM reconheceu, em 31 de dezembro de 2013, uma mais valia no montante global de Euros 36 809 000 (ver nota 15).

Em 31 de dezembro de 2014, encontra-se em curso o processo de alienação da Finibanco Vida – Companhia de Seguros, S.A.

23. Propriedades de investimento

Os movimentos da rubrica Propriedades de investimento, durante o exercício de 2014 e 2013, são analisados como segue:

2014						
	Saldos em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Beneficiações/ Transferências	Ajustamentos Justo Valor	Saldo em 31 dezembro
Propriedades de investimento	401 960	75	(170)	8 237	5 135	415 237

2013						
	Saldos em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Beneficiações/ Transferências	Ajustamentos Justo Valor	Saldo em 31 dezembro
Propriedades de investimento	412 667	4 262	–	1 414	(16 383)	401 960

Os montantes reconhecidos em resultados relativos a rendimentos e gastos com propriedades de investimento são analisados como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Rendimentos	26 812	27 890
Despesas de manutenção e conservação:		
de propriedades que geraram rendimentos durante o exercício	2 293	2 490
de propriedades que não geraram rendimentos durante o exercício	18	27
	2 311	2 517

Importa salientar a existência de compromissos firmados ao nível de investimentos futuros nas propriedades de investimento, quer nos projetos de construção das residências assistidas (projetos de arquitetura, fiscalização e coordenação da obra de construção da residência da Parede II e projetos para a construção da residência na Rua Sousa Lopes em Lisboa), quer na reabilitação dos prédios de rendimento, nomeadamente, obras estruturais e remodelações de frações em diversos imóveis em Lisboa, no Porto e em Vila Nova de Gaia. Em 31 de dezembro de 2014 estes compromissos ascendem ao montante de Euros 2 111 706 (2013: 2 658 000).

24. Ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Ativos tangíveis		
Bens Património Histórico	1 009	1 009
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2 736	630
<i>Terrenos</i>	135	135
<i>Equipamento Básico</i>	157	88
<i>Equipamento Administrativo</i>	783	406
<i>Obras em imóveis arrendados</i>	1 659	–
<i>Outros</i>	2	1
Ativos Fixos Tangíveis – em curso	–	1 304
	3 745	2 943
Amortizações acumuladas		
Relativas ao exercício corrente	(132)	(9)
Relativas a exercícios anteriores	(10)	(1)
Imparidade		
Terrenos	(80)	(80)
	(222)	(90)
	3 523	2 853

Os movimentos da rubrica Ativos tangíveis, durante o exercício de 2014, são analisados como segue:

	2014 Euros '000				
	Saldos em 1 janeiro	Aquisições/ Dotações	Alienações/ abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 dezembro
Ativos tangíveis					
Bens Património Histórico	1 009	–	–	–	1 009
Outros Ativos Fixos Tangíveis	630	802	–	1 304	2 736
<i>Terrenos</i>	135	–	–	–	135
<i>Equipamento Básico</i>	88	69	–	–	157
<i>Equipamento Administrativo</i>	406	377	–	–	783
<i>Obras em imóveis arrendados</i>	–	355	–	1 304	1 659
<i>Outros</i>	1	1	–	–	2
Ativos Fixos Tangíveis – em curso	1 304	–	–	(1 304)	–
	2 943	802	–	–	3.745
Amortizações acumuladas					
Outros ativos tangíveis	(10)	(132)	–	–	(142)
Imparidade					
Terrenos	(80)	–	–	–	(80)
	(90)	(132)	–	–	(222)
Valor de balanço	2 853	670	–	–	3 523

25. Outros ativos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Estado e outros entes públicos	81	13
Associados	339	315
Devedores diversos	7 283	6 802
Empréstimos de financiamento	6 159	4 083
Ativos por benefícios pós-emprego	–	10
	13 862	11 223
Imparidade para outros ativos	(1 216)	(1 078)
	12 646	10 145

A análise dos Outros ativos por maturidade em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é a seguinte:

	2014 Euros '000				
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Estado e outros entes públicos	81	–	–	–	81
Associados	339	–	–	–	339
Devedores diversos	–	7 283	–	–	7 283
Empréstimos de financiamento	–	–	6 159	–	6 159
	420	7 283	6 159	–	13 862

	2013 Euros '000				
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Estado e outros entes públicos	13	–	–	–	13
Associados	315	–	–	–	315
Devedores diversos	–	6 802	–	–	6 802
Empréstimos de financiamento	–	–	4 083	–	4 083
Benefícios pós-emprego	10	–	–	–	10
	338	6 802	4 083	–	11 223

26. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Fornecedores	731	831
Estado e outros entes públicos	737	351
Beneficiários	3 807	3 883
Credores por acréscimos de gastos	2 750	290
Passivos por benefícios pós-emprego (ver nota 27)	395	–
Credores diversos	1 206	1 035
	9 626	6 390

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a maturidade dos Outros passivos acima referidos é inferior a 3 meses.

27. Benefícios aos empregados

Conforme referido na nota 1 /), no final do exercício de 2012, procedeu-se a uma alteração dos estatutos da Caixa Económica Montepio Geral («CEMG») que determinou uma separação dos órgãos de gestão da CEMG e do MGAM. Os novos órgãos de gestão tomaram posse em 11 de janeiro de 2013.

Nesta base, até 31 de dezembro de 2012, a responsabilidade por serviços passados era financiada pela CEMG. No início de 2013 esta responsabilidade foi transferida para o MGAM após aprovação do Instituto de Seguros de Portugal.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são analisados como segue:

	2014	2013
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	1,0%	1,5%
Taxa de crescimento das pensões	0,5%	0,5%
Taxa de rendimento do fundo	2,0%	3,5%
Taxa de desconto	2,0%	3,5%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Métodos de valorização atuarial	UCP	UCP

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	2014	2013
Ativos	4	5
Reformados e sobreviventes	1	–
	5	5

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde são apresentadas como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Ativos/(Responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com benefícios de reforma		
Ativos	6 946	6 702
Reformados	949	–
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Ativos	186	436
Responsabilidades com subsídio por morte		
Ativos	4	4
Total das responsabilidades	8 085	7 142
Coberturas		
Valor dos fundo	7 690	7 152
Ativos/(passivos) líquidos em Balanço (ver notas 25 e 26)	(395)	10
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	(166)	(246)

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde é apresentada como segue:

	2014 Euros '000			
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total
Responsabilidades no início do exercício	6 702	436	4	7 142
Transferência da CEMG	–	–	–	–
Custo do serviço corrente	306	20	–	326
Custo dos juros	176	11	–	187
(Ganhos) e perdas atuariais	738	(281)	–	457
Pagamentos	(27)	–	–	(27)
Responsabilidades no final do exercício	7 895	186	4	8 085

	2013 Euros '000			
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Subsídio por morte	Total
Responsabilidades no início do exercício	–	–	–	–
Transferência da CEMG	6 423	417	7	6 847
Custo do serviço corrente	222	14	–	236
Custo dos juros	289	19	–	308
(Ganhos) e perdas atuariais	(232)	(14)	(3)	(249)
Responsabilidades no final do exercício	6 702	436	4	7 142

A evolução do valor do fundo de pensões pode ser analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Saldos do fundo no início do exercício	7 152	–
Transferência da CEMG	–	6 847
Rendimento esperado do fundo	188	308
Ganhos e (perdas) atuariais	377	(3)
Pagamentos	(27)	–
Saldos do fundo no fim do exercício	7 690	7 152

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Aplicações em bancos e outras	785	1 401
Obrigações	5 311	4 520
Ações e outros títulos de rendimento variável	1 076	1 112
Imóveis	518	119
	7 690	7 152

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo Montepio ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo Montepio são detalhados como seguem:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Aplicações em bancos e outras	148	1 138
Imóveis	104	119
Obrigações	46	36
	298	1 293

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Desvios atuariais no início do exercício	(246)	–
(Ganhos) e perdas atuariais		
– nas responsabilidades	457	(249)
– nos ativos do plano	(337)	(3)
Desvios atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(166)	(246)

Os custos do exercício com pensões de reforma, benefícios de saúde e subsídio de morte podem ser analisados como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Custo do serviço corrente	326	236
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	(1)	–
Custo do exercício	325	236

A evolução dos ativos / (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
No início do exercício	10	–
Custo do serviço corrente	(326)	(236)
Custo dos juros líquidos no saldo de cobertura das responsabilidades	1	–
Ganhos e (perdas) atuariais e financeiros	(80)	246
No final do exercício	(395)	10

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de dezembro de 2014 e 2013, é a seguinte:

	2014 Euros '000		2013 Euros '000	
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros nas responsabilidades			
	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+0,25%
Taxa de desconto	205	(197)	163	(157)
Taxa de crescimento salarial	(18)	18	–	–
Taxa de crescimento das pensões	(184)	190	(162)	168
Contribuição SAMS	(7)	7	(17)	17
	Impacto das alterações dos pressupostos demográficos nas responsabilidades			
	-1%	+1%	-1%	+1%
Mortalidade	31	(30)	21	(21)

28. Outras provisões

A rubrica Outras provisões é analisada como segue:

	2014 Euros '000				
	Saldo em 1 de janeiro	Dotação	Reversão	Utilização	Saldo em 31 de dezembro
Processos judiciais em curso	629	6	(189)	(274)	172
Responsabilidades com subsidiárias	–	16 867	–	–	16 867
	629	16 873	(189)	(274)	17 039

Relativamente às responsabilidades com subsidiárias, tal resulta das responsabilidades inerentes aos passivos não cobertos pelos ativos das sociedades Lestinvest, SGPS, S.A. e Montepio Imóveis – Sociedade de Serviços Auxiliares, S.A. nos montantes de Euros 13 287 000 e Euros 3 580 000, respetivamente, conforme referido na nota 11.

29. Provisões técnicas

Em conformidade com os Estatutos da Associação, as provisões técnicas destinam-se a garantir aos Associados e/ou seus beneficiários o pagamento das pensões, capitais ou encargos das diversas modalidades e incluem as responsabilidades expressas nas seguintes rubricas do passivo:

- a) **Provisões matemáticas** – destinam-se a fazer face a responsabilidades assumidas com modalidades associativas relativamente a períodos futuros. Relativamente às modalidades atuariais, as provisões foram calculadas de acordo com bases técnicas aprovadas pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram sujeitas a um teste de adequação das responsabilidades, conforme descrito na nota 1 m).
- b) **Subvenções e melhorias de benefícios** – destinam-se a fazer face a responsabilidades com as melhorias dos benefícios em formação e em curso. Estes benefícios são calculados periodicamente com bases atuariais e destinam-se a fazer face à distribuição das melhorias, aprovadas em Assembleia Geral, que já foram atribuídas mas que ainda não se venceram.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de provisões técnicas pode ser analisada como segue:

2014 Euros '000			
	Provisões matemáticas	Melhorias de benefícios	Total
Modalidades de capitalização			
Capitais de reforma	1 462 227	–	1 462 227
Capitais de reforma prazo certo	1 884 032	–	1 884 032
Poupança reforma	89 624	–	89 624
Modalidades Coletivas	9 198	–	9 198
	3 445 081	–	3 445 081
Modalidades atuariais			
Capitais de previdência	13 734	23 403	37 137
Capitais de previdência diferidos com opção	247 224	3 289	250 513
Pensões de reforma	144 599	23 544	168 143
Capitais para jovens	53 587	1 658	55 245
Pensões de sobrevivência e dotes	9 463	17 384	26 847
Rendas vitalícias / Rendas Temporárias	30 137	–	30 137
Outros	24 529	1 797	26 326
	523 273	71 075	594 348
	3 968 354	71 075	4 039 429
2013 Euros '000			
	Provisões matemáticas	Melhorias de benefícios	Total
Modalidades de capitalização			
Capitais de reforma	1 315 896	–	1 315 896
Capitais de reforma prazo certo	1 459 965	–	1 459 965
Poupança reforma	85 667	–	85 667
Modalidades Coletivas	8 341	–	8 341
	2 869 869	–	2 869 869
Modalidades atuariais			
Capitais de previdência	13 313	23 851	37 164
Capitais de previdência diferidos com opção	200 282	3 768	204 050
Pensões de reforma	142 162	24 176	166 338
Capitais para jovens	50 304	2 057	52 361
Pensões de sobrevivência e dotes	7 519	18 108	25 627
Rendas vitalícias / Rendas Temporárias	29 000	–	29 000
Outros	24 278	1 864	26 142
	466 858	73 824	540 682
	3 336 727	73 824	3 410 551

As provisões matemáticas têm como objetivo, registar o valor atual das responsabilidades futuras da Associação no âmbito das modalidades associativas, em função dos pressupostos previstos nas respetivas modalidades, como segue:

Modalidades de subscrição aberta	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Capitais de Previdência – 3%	TD 88/90	3%
Pensões de Reforma – 3%	TV 88/90	3%
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 3%	TD 88/90	3%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção – 3%	TD 88/90	3%
Capitais para Jovens – 3%	TD 88/90	3%
Capitais Temporários por Invalidez – 3%	TD 88/90 + (Zm + HW)/2 + HW	3%
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	TV 99/01	3%
Pensões de Poupança de Reforma – 3%	TV 99/01	3%

Modalidades de subscrição fechada	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Capitais de Previdência	PM 60 G	4%
Subsídio por Morte	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma – 6%	PM 60 G	6%
Pensões de Reforma – 4%	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	TV 88/90	4%
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 6%	PM 60 G	6%
Pensões de Reforma – Restituição de Quotas – 4%	PM 60 G	4%
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 6%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	6%
Pensões de Reforma – Adicional de Invalidez – 4%	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4%
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	PM 60 G	4%
Capitais de Previdência a Prazo	PM 60 G	4%
Capitais para Jovens	PM 60 G	4%
Pensões para Deficientes	PM 60 G + HW	4%
Capitais Temporários por Invalidez	PM 60 G + (Zm + HW)/2 + HW	4%
Rendas de Sobrevivência	PM 60 G	4%
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	PM 60 G + HW	4%
Capitais para Estudos	PM 60 G + HW	4%
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	PF 60/64	6%
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	PF 60/64	4%
Pensões de Sobrevivência e Dotes	AF / RF	4%
Capitais de Previdência a Favor de Pessoas Certas	PM 60 G	4%
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	AF / RF	4%
Subsídio de Funeral e Luto (Lutuosa Nacional)	AF	4%

Rendas Vitalícias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Vitalícias – 6%	PF 60/64	6%
Rendas Vitalícias – 4%	PF 60/64	4%
Rendas Vitalícias – 3%	TV 99/01	3%

Rendas Temporárias	Tábua de Mortalidade e/ou Tábua de Invalidez	Taxa Técnica
Rendas Temporárias – 3%	TV 88/90	3%

Relativamente às modalidades de capitalização, as taxas técnicas variam entre 0% e 5%.

Adicionalmente, as provisões matemáticas incluem o montante de Euros 99 641 000 (2013: Euros 93 588 000), em consequência do incremento das responsabilidades das diversas modalidades decorrentes do teste de adequação das responsabilidades, conforme referido na nota 1 m). A taxa de desconto considerada no teste de adequação das responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2014 foi determinada em função da maturidade de cada modalidade, situando-se no intervalo entre 1% e 3,4%. Adicionalmente, o teste da adequação das responsabilidades foi realizado com base em pressupostos atuariais mais adequados face à realidade atual em termos de esperança de vida.

30. Fundos próprios e Excedentes Técnicos

Os **Fundos próprios** são constituídos para as modalidade cujos benefícios não obriguem à existência de provisões matemáticas sendo constituído um fundo próprio, destinado a garantir a atribuição de benefícios futuros.

Os **Excedentes técnicos** são parte dos fundos permanentes (em conjunto com as provisões matemáticas e subvenções e melhorias de benefícios), não afetos a responsabilidades assumidas para com beneficiários das modalidades associativas. Podem ser utilizados para cobertura do défice anual de qualquer fundo disponível, até à concorrência do seu valor.

A movimentação destas rubricas é apresentada na demonstração das alterações da situação líquida.

31. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Reservas de justo valor		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	45 971	9 924
Reservas e resultados transitados		
Reserva geral	248 453	229 405
Outras reservas	121 689	34 011
Resultados transitados	–	130 777
	370 142	394 193

A Reserva Geral é dotada com pelo menos 5% dos saldos dos fundos disponíveis apurados no final de cada ano, após a constituição das respetivas provisões matemáticas nos termos dos Estatutos da Associação. Destinam-se a fazer face aos encargos resultantes de qualquer eventualidade, a completar os Fundos Disponíveis quando as receitas destes sejam insuficientes para custear os respetivos encargos e a cobrir eventuais prejuízos da Associação.

A distribuição de resultados referentes aos exercícios de 2012 e 2013, inclui transferências entre rubricas da situação líquida da Associação e ainda transferências para as rubricas de provisões matemáticas de modalidades de capitalização correspondentes ao rendimento anual aprovado em Assembleia Geral, sendo esta atribuição efetuada através da sua capitalização direta.

Em 31 de março de 2014, para além da dotação da Reserva Geral, foi efetuada a reposição desta reserva, por modalidades com Fundos Disponíveis negativos em exercícios anteriores, no montante de Euros 169 000 (2013: Euros 979 000).

Em 2014, a Associação recorreu ao Fundo de Reserva Geral, para a cobertura do saldo anual negativo do Fundo Disponível de algumas modalidades, no montante de Euros 10 942 000.

Em conformidade com o aprovado em Assembleia Geral de Associados, em 27 de março de 2014, os Resultados Transitados resultantes da alteração da política contabilística de valorização das Propriedades de Investimento, no montante de Euros 130 777 000, foram distribuídos pelos Fundos Próprios, Excedentes Técnicos e Outras reservas das modalidades sob gestão.

No decurso do exercício de 2014, a Associação decidiu recorrer à reserva de estabilização, tendo capitalizado diretamente um valor em provisões matemáticas no montante de Euros 5 586 000. No ano de 2013, existiu uma dotação da reserva de estabilização, no montante de Euros 7 785 000.

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda líquidas de imparidade reconhecida em resultados do exercício e/ou em exercícios anteriores em conformidade com a política contabilística referida na nota 1 f).

A movimentação durante o exercício de 2014 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 de janeiro Euros '000	Ajustamentos no justo valor Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 de dezembro Euros '000
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos	(2 320)	8 334	(604)	–	5 410
Obrigações de outros emissores	8 390	42 330	(3 371)	(10 833)	36 516
Papel comercial	462	819	(462)	–	819
	6 532	51 483	(4 437)	(10 833)	42 745
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas	378	289	–	(103)	564
Fundos de investimento	3 014	1 055	–	(1 407)	2 662
	3 392	1 344	–	(1 510)	3 226
	9 924	52 827	(4 437)	(12 343)	45 971

A movimentação durante o ano de 2013 desta rubrica é analisada conforme segue:

	Saldo em 1 de janeiro Euros '000	Ajustamentos no justo valor Euros '000	Alienações Euros '000	Imparidade reconhecida no exercício Euros '000	Saldo em 31 de dezembro Euros '000
Ativos financeiros disponíveis para venda					
Títulos de rendimento fixo					
Obrigações de emissores públicos	(4 792)	2 515	(43)	–	(2 320)
Obrigações de outros emissores	(29 188)	30 038	8 652	(1 112)	8 390
Papel comercial	–	462	–	–	462
	(33 980)	33 015	8 609	(1 112)	6 532
Títulos de rendimento variável					
Ações de empresas	318	107	–	(47)	378
Fundos de investimento	2 157	2 165	–	(1 308)	3 014
	2 475	2 272	–	(1 355)	3 392
	(31 505)	35 287	8 609	(2 467)	9 924

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

	2014 Euros '000	2013 Euros '000
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	928 681	797 971
Imparidade acumulada reconhecida	(13 915)	(14 818)
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquidos de imparidade	914 766	783 153
Justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda	960 737	793 077
Ganhos / Perdas potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	45 971	9 924

32. Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pelo MGAM são os seguintes:

Disponibilidades em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Aplicações em instituições de crédito

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor é estimado utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e o risco de crédito subjacente à data do balanço.

Outros ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	2014 Euros '000		2013 Euros '000	
		Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Disponibilidades em instituições de crédito	1	35 676	35 676	48 400	48 400
Aplicações em instituições de crédito	1	605 437	598 649	463 513	460 669
Investimentos detidos até à maturidade	2	1 050 615	993 790	648 950	638 152
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	3	12 646	12 646	10 145	10 145
		1 704 374	1 640 761	1 171 008	1 157 366
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	9 626	9 626	6 390	6 390

33. Transações com partes relacionadas

O conjunto das empresas consideradas como partes relacionadas do MGAM pode ser analisado como segue:

Partes relacionadas	
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	Montepio Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	Fundação Montepio Geral
Nova Câmbios, S.A.	Montepio Investimento, S.A.
Silvip, S.A.	N Seguros, S.A.
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Montepio Recuperação de Crédito, ACE
Montepio Gestão de Activos – S.G.F.I.M., S.A.	Montepio Arrendamento – FILAH
MG Investimentos Imobiliários, S.A.	Finibanco Angola, S.A.
Bolsimo – Gestão de Activos, S.A.	Sagies, S.A.
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.	Polaris – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
Germont – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Lestinvest, S.G.P.S., S.A.
NEBRA, Energias Renovables, SL	Montepio Arrendamento II – FILAH
HTA – Hotéis, Turismo e Animação dos Açores, S.A.	Montepio Arrendamento III – FILAH
Banco Montepio Geral – Cabo Verde, Soc. Unipessoal, S.A. (IFI)	Portugal Estates Fund (PEF) – FIIF
Montepio Valor – Sociedade gestora de fundos de investimento	Fundo Carteira Imobiliária – FEIA
Finibanco Vida – Companhia de Seguros Vida, S.A.	Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A.
Montepio Imóveis – Sociedade Imobiliária de Serviços Auxiliares, S.A.	Leacock, Lda.
Finipredial – Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Bem Comum, Sociedade de Capital de Risco, S.A.
Iberpartners Cafés – S.G.P.S., S.A.	Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
Fundo de Pensões Viva	Moçambique Companhia de Seguros, SARL, S.A.
Fundo de Pensões Montepio	Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior, S.A.
Caixa Económica Montepio Geral	Banco Terra, S.A.
Clínica CUF Belém, S.A.	Lykeion – Centro de Conhecimento Unipessoal, Lda.
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.	Clínica de Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A.
Montepio Gestão de Activos Imobiliários, ACE	SIBS – SGPS, S.A.
Montepio Capital de Risco, S.A.	UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A.
Grupo Obol Invest	Conselho de Administração

Remunerações aos membros dos Órgãos de Gestão

A remuneração do pessoal chave diz respeito aos custos com pessoal analisados na nota 12, que incluem os gastos do exercício referentes aos benefícios analisados na nota 27.

Transações com o fundo de pensões

Durante o exercício não foram efetuadas transações com os fundos de pensões.

À data de 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos e passivos detidos pela Associação com partes relacionadas, bem como rendimentos e gastos, são analisadas como segue:

Empresas	2014 Euros '000			
	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral				
Depósitos à ordem	35 676	–	1 219	–
Depósitos a prazo	598 649	–	17 208	–
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6 623	–	73	–
Cedência de pessoal à CEMG	–	–	–	4 505
Rendas por arrendamento de imóveis	–	–	16 765	–
Ativos financeiros disponíveis para venda	595 138	–	22 481	–
Investimentos detidos até à maturidade	955 877	–	33 682	–
Lusitania Companhia Seguros				
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 077	–	122	–
Lusitania Vida				
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 483	–	134	–
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.				
Ativos financeiros disponíveis para venda	14 368	–	441	–
Montepio Gestão Ativos Imobiliários, ACE				
Gastos suportados	–	–	–	655
Montepio Investimento, S.A.				
Papel comercial	7 105	–	206	–
Residências Montepio, Serviços de Saúde, S.A.				
Rendas por arrendamento de imóveis	498	–	3 296	–
Bolsimo				
Investimentos detidos até à maturidade	37 914	–	783	–
Montepio Crédito				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 698	–	–	–
Finipredial – Fundo de Investimento Imobiliário Aberto				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	–	–	–	118
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.				
Rendas pagas por arrendamento de imóveis	–	–	–	75
Outras partes relacionadas (dividendos)				
MG Gestão de Ativos	–	–	1 186	–
Finibanco – Vida	–	–	1 604	–
Silvip	–	–	40	–
Sagies	–	–	76	–
Nova Câmbios	–	–	11	–
	2 267 106	–	99 327	5 353

Empresas	2013 Euros '000			
	Ativo	Passivo	Rendimentos	Gastos
Caixa Económica Montepio Geral				
Depósitos à ordem	48 400	–	1 462	–
Depósitos a prazo	460 669	–	16 935	–
Cedência de pessoal à CEMG	–	–	–	5 315
Rendas recebidas por arrendamento de imóveis	–	–	16 275	–
Dividendos	–	–	1 692	–
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	3 339	–	32	–
Ativos financeiros disponíveis para venda	451 220	–	21 874	–
Investimentos detidos até à maturidade	587 660	–	18 989	–
Lusitania Vida				
Investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda	4 030	–	133	–
Dividendos	–	–	987	–
Montepio Seguros S.G.P.S., S.A.				
Investimentos em subsidiárias e associadas	–	–	36 809	–
Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.				
Papel Comercial	12 000	–	–	–
Bolsimo				
Investimentos detidos até à maturidade	37 900	–	698	–
Outras partes relacionadas (dividendos)				
Futuro	–	–	219	–
MG Gestão de Ativos	–	–	1 773	–
Finibanco – Vida	–	–	1 125	–
Silvip	–	–	9	–
Sagies	–	–	24	–
Nova Câmbios	–	–	11	–
	1 605 218	–	119 047	5 315

34. Dívida soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*

Com referência a 31 de dezembro de 2013, a exposição do MGAM a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada como segue:

Emitente / Carteira	2013						
	Valor contabilístico Euros '000	Justo valor Euros '000	Reserva justo valor Euros '000	Imparidade Euros '000	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
Portugal							
Ativos financeiros disponíveis para venda	72 777	72 777	(2 826)	0	4,30%	6,7	1

Durante o exercício de 2014, Portugal deixou de estar abrangido pelo Programa de Assistência Económica e Financeira.

35. Gestão de riscos

O sistema de gestão de riscos do Montepio Geral – Associação Mutualista assenta num processo integrado de identificação e mensuração dos riscos inerentes à atividade e caracterização das iniciativas e instrumentos disponíveis para limitar a exposição da situação patrimonial do MGAM ao nível entendido como adequado.

Neste sentido, é dada particular atenção à identificação e controlo do risco de mercado, através da definição de limites de risco, critérios de diversificação e perfil temporal da carteira de ativos, que tenha em conta não só as características das responsabilidades assumidas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista mas igualmente as expectativas da evolução dos mercados financeiros.

O nível de adequação das responsabilidades com as diferentes modalidades, tendo em conta a evolução real da esperança de vida e da taxa de juro, é igualmente objeto de acompanhamento periódico no âmbito do sistema de gestão de riscos.

Por fim, a evolução da taxa de juro, variável crítica da atividade do Montepio Geral – Associação Mutualista, é monitorizada de forma a permitir uma intervenção com vista a otimizar a rentabilidade dos ativos e a mitigar os efeitos desfavoráveis na valorização de ativos e passivos decorrentes de alterações na estrutura temporal e aumento da volatilidade das taxas de juro.

Risco de mercado

O risco associado a uma alteração da estrutura temporal das taxas de juro encontra-se presente nos ativos remunerados, particularmente nas obrigações de rendimento fixo. Uma subida (descida) das taxas de juro implica uma descida (subida) do valor de mercado com impacto na reserva de justo valor, no caso dos Ativos Disponíveis para Venda, ou diretamente em resultados, no caso dos títulos estarem contabilizados em Ativos financeiros detidos para negociação ou Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados. Na análise efetuada considerou-se o efeito da duração modificada, considerando que é uma medida que reflete a sensibilidade do valor dos ativos de rendimento fixo a uma variação proporcional das taxas de juro.

O impacto da variação da taxa de juro nos ativos financeiros é analisado como segue:

	2014 Euros '000		2013 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Taxa de juro +1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	(28 532)	–	(20 440)
Ativos financeiros detidos para negociação/ /Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	(394)	(394)	(641)	(641)
	(394)	(28 926)	(641)	(21 081)
Taxa de juro -1%				
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	29 770	–	21 759
Ativos financeiros detidos para negociação/ /Outros ativos financeiros ao justo valor de resultados	394	394	641	641
	394	30 164	641	22 400

O risco do mercado mobiliário resulta da volatilidade dos preços de mercado, tratando-se de um risco sistemático.

O impacto da variação dos mercados mobiliários em instrumentos de capital é analisado como segue:

	2014 Euros '000		2013 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Mercado mobiliário +10%				
Ações	7	165	15	165
Fundos de investimento	–	3 653	–	1 508
	7	3 818	–	1 673
Mercado mobiliário -10%				
Ações	(77)	(165)	(104)	(165)
Fundos de investimento	(793)	(3 653)	(842)	(1 508)
	(870)	(3 818)	(946)	(1 673)

O impacto da variação dos mercados imobiliários em propriedades de investimento é analisado como segue:

	2014 Euros '000		2013 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Mercado imobiliário +10%				
Ativos tangíveis	10	10	4	4
Propriedades de investimento	2 175	2 175	1 367	1 367
	2 185	2 185	1 371	1 371
Mercado imobiliário -10%				
Ativos tangíveis	(10)	(10)	(4)	(4)
Propriedades de investimento	(2 175)	(2 175)	(1 367)	(1 367)
	(2 185)	(2 185)	(1 371)	(1 371)

Risco de liquidez

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros é apresentada nas notas dos ativos respetivos.

O controlo dos desfasamentos de entradas e saídas de recursos de liquidez do Montepio Geral – Associação Mutualista é efetuado de forma sistemática, atendendo quer às variáveis de longo prazo, numa perspetiva de adequação entre ativos e passivos, quer às variáveis de curto prazo, mais sujeitas à volatilidade dos mercados e dos comportamentos conjunturais. Em qualquer dos casos, a abordagem é feita de uma forma conservadora com recurso a uma margem de segurança de liquidez que procura otimizar ao máximo a rentabilidade dos ativos.

Risco de crédito

A repartição por setores de atividade da exposição ao risco de crédito, para o exercício findo em 2014 e 2013, encontra-se apresentada como segue:

Setor de atividade	2014				
	Ativos financeiros detido até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
Atividades de informação e comunicação	–	37	–	26 207	–
Atividades financeiras	955 876	2 022	20 428	696 327	(4 924)
Atividades imobiliárias	37 914	–	–	29 645	(2 292)
Administração e serviços públicos	–	–	–	84 803	–
Construção e obras públicas	–	–	–	7 566	–
Eletricidade, gás e água	–	–	–	39 582	(1 354)
Outras atividades de serviços	–	–	–	5 927	(428)
Papel e indústrias gráficas	–	–	–	9 424	–
Refinação de petróleo	–	–	–	13 695	–
Transportes	–	–	–	9 329	–
Outros	–	–	–	52 147	(4 917)
Total	993 790	2 059	20 428	974 652	(13 915)

Setor de atividade	2013				
	Ativos financeiros detido até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
Atividades de informação e comunicação	–	1 184	–	6 144	–
Atividades financeiras	600 238	–	15 325	578 757	(4 924)
Atividades imobiliárias	37 914	–	–	7 916	(1 972)
Administração e serviços públicos	–	–	–	76 104	–
Eletricidade, gás e água	–	1 994	–	47 327	(1 519)
Outras atividades de serviços	–	–	–	2 514	(1 077)
Papel e indústrias gráficas	–	–	–	6 135	–
Refinação de petróleo	–	2 133	–	43 976	–
Transportes	–	–	–	3 153	–
Outros	–	97	684	35 869	(5 326)
Total	638 152	5 408	16 009	807 895	(14 818)

A repartição dos valores mobiliários por zona geográfica é analisada como segue:

Zona geográfica	2014				
	Ativos financeiros detido até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
Zona Euro					
Portugal	993 790	67	13 284	876 797	(6 043)
Espanha	–	–	–	25 149	(584)
Itália	–	1 992	–	24 330	–
Alemanha	–	–	965	3 929	(211)
França	–	–	–	1 480	–
Holanda	–	–	6 180	–	–
Luxemburgo	–	–	–	3 058	–
Suécia	–	–	–	3 071	–
Bélgica	–	–	–	36	(9)
Outros	–	–	–	848	–
Outros Países					
Reino Unido	–	–	–	3 660	–
Brasil	–	–	–	11 364	–
Estados Unidos	–	–	–	2 500	(2 500)
Outros	–	–	–	18 428	(4 568)
Total	993 790	2 059	20 428	974 652	(13 915)
Zona geográfica	2013				
	Ativos financeiros detido até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
Zona Euro					
Portugal	638 152	154	8 639	744 631	(4 169)
Espanha	–	–	–	8 933	(1 253)
Itália	–	3 178	–	17 958	–
Alemanha	–	–	936	6 934	(191)
França	–	–	–	1 063	–
Holanda	–	–	5 750	–	–
Luxemburgo	–	–	–	2 053	–
Irlanda	–	–	–	2 268	–
Bélgica	–	–	–	1 025	(7)
Outros Países					
Reino Unido	–	–	–	840	(689)
Brasil	–	–	–	1 016	–
Estados Unidos	–	–	–	2 500	(2 500)
Outros	–	2 076	684	18 674	(6 009)
Total	638 152	5 408	16 009	807 895	(14 818)

A repartição dos ativos por qualidade creditícia dos valores mobiliários (títulos de dívida) é analisada como segue:

2014					
Rating	Ativos financeiros devido até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
A+	–	–	–	83	–
A	–	–	–	2 891	–
A–	–	–	–	370	–
BBB+	–	–	–	6 620	–
BBB	–	–	–	15 841	–
BBB–	–	1 992	–	29 198	–
<BBB–	955 877	–	11 586	737 216	(421)
N.R.	25 000	–	8 842	69 661	(3 353)
Total	980 877	1 992	20 428	861 880	(3 774)

2013					
Rating	Ativos financeiros devido até à maturidade	Ativos financeiros detidos para negociação	Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros disponíveis para venda	
	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Valor bruto Euros '000	Imparidade Euros '000
A–	–	–	–	81	–
BBB+	–	2 029	–	3 850	–
BBB	–	–	–	20 888	–
BBB–	–	1 994	–	10 956	–
<BBB–	600 238	1 185	5 848	634 259	(2 005)
N.R.	25 000	–	10 161	67 165	(3 142)
Total	625 238	5 208	16 009	737 199	(5 147)

Risco específico das modalidades

O impacto da variação da taxa de juro nas responsabilidades com modalidades associativas é analisado como segue:

	2014 Euros '000		2013 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Taxa de juro +1%				
Modalidades atuariais	52 481	52 481	50 627	50 627
Modalidades de capitalização	(5 969)	(5 969)	(12 866)	(12 866)
	46 512	46 512	37 761	37 761
Taxa de juro -1%				
Modalidades atuariais	(63 114)	(63 114)	(61 436)	(61 436)
Modalidades de capitalização	–	–	641	641
	(63 114)	(63 114)	(60 795)	(60 795)

O impacto da variação da mortalidade nas responsabilidades com modalidades atuariais é analisado como segue:

	2014 Euros '000		2013 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Mortalidade +10%				
Modalidades atuariais	16 027	16 027	14 927	14 927
Mortalidade -10%				
Modalidades atuariais	(22 682)	(22 682)	(21 038)	(21 038)

O impacto da variação dos reembolsos nas responsabilidades com modalidades de capitalização é analisado como segue:

	2014 Euros '000		2013 Euros '000	
	Resultado	Situação Líquida	Resultado	Situação Líquida
Reembolsos +10%				
Modalidades capitalização	2 896	2 896	2 728	2 728
Reembolsos -10%				
Modalidades capitalização	(2 896)	(2 896)	(2 728)	(2 728)

A maturidade das responsabilidades com modalidades associativas, em 2014 e 2013, é analisada como segue:

	2014 Euros '000					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Modalidades atuariais	3 831	11 191	114 793	187 596	276 937	594 348
Modalidades capitalização	26 021	57 258	1 787 067	13 686	1 561 049	3 445 081
	29 852	68 449	1 901 860	201 282	1 837 986	4 039 429

	2013 Euros '000					
	Inferior a 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Indeterminado	Total
Modalidades atuariais	3 770	9 190	92 187	162 931	272 604	540 682
Modalidades capitalização	24 917	54 295	1 359 372	21 382	1 409 903	2 869 869
	28 687	63 485	1 451 559	184 313	1 682 507	3 410 551

Relativamente às modalidades atuariais, importa referir que a maturidade das responsabilidades das modalidades cuja natureza do benefício é vitalícia, nomeadamente as Pensões de Reforma, foram consideradas como sendo indeterminadas.

36. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o MGAM aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IAS 27 (Alterada) – Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à «IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas», com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Associação não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a «IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10, revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo. O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como «silos»).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Associação não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IFRS 11 – Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a «IFRS 11 – Acordos Conjuntos», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que veio revogar a IAS 31 e a SIC 13, define «controlo conjunto», introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num «acordo conjunto» determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida («operação conjunta» ou «empreendimento conjunto»), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de «empreendimento conjunto» devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Associação não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IAS 28 (Alterada) – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à «IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos», com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fossem imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Associação não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a «IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Associação analisou os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11, não tendo tido qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como «entidades de investimento». O IASB define o termo de «entidade de investimento» como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de private equity, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de novembro.

A Associação não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

IAS 36 (Alterada) – Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros

O IASB, emitiu em 29 de maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura

O IASB, emitiu em 27 de junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (clearing counterparty) em consequência de alterações em leis ou regulamen-

tos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação («novação») que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

IAS 32 (Alterada) – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB emitiu, em 16 de dezembro de 2011, alterações à «IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros», com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciassem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase «direito legal oponível corrente para compensar» significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Associação não teve qualquer impacto decorrente desta alteração, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IFRIC 21 – Taxas

O IASB, emitiu em 20 de maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Associação.

A Associação decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de fevereiro de 2015).

IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de «condição de aquisição» (vesting) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de «condição de desempenho» e «condição de serviço» da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2015).

IFRS 1 – Conceito de «IFRS efetivas»

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Associação

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de «detido até à maturidade», «disponível para venda» e «contas a receber e pagar».

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em «perdas esperadas» que substituirá o atual modelo baseado em «perdas incorridas» previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses. No caso de o risco de crédito ter aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim

a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por «prova objetiva de imparidade»), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9, será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A Associação iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas dada a natureza das atividades da Associação, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Associação.

IFRS 15 Rêdito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em maio de 2014, a norma IFRS 15 Rêdito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rêdito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rêdito – Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rêdito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rêdito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rêdito é reconhecido: no momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Associação não espera impactos decorrentes da adoção desta norma.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

A Associação não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equity Method in Separate Financial Statements

O IASB, emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

A Associação ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adoção esta opção nas suas contas separadas.



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Montepio Geral – Associação Mutualista**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 4.748.356 milhares de euros, e um total de situação líquida de 682.262 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 41.461 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações na situação líquida e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia ("IFRS"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Montepio Geral – Associação Mutualista, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações na situação líquida e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Montepio Geral – Associação Mutualista** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações na situação líquida e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 6 de Março de 2015

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho (ROC n.º 1081)



175^{ANOS}
Associação
Mutualista
Montepio

13. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS INDIVIDUAIS DE 2014
DO MONTEPIO GERAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**

Exmos. Senhores Associados:

De acordo com o disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 36.º dos Estatutos do Montepio Geral Associação Mutualista (MGAM), é incumbência do Conselho Fiscal emitir relatório sobre a sua actividade e dar Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal acompanhou e fiscalizou os atos de gestão praticados no MGAM, através da leitura das atas das reuniões realizadas pelo Conselho de Administração e em reuniões com alguns dos seus elementos.
2. O Conselho Fiscal procedeu à análise da documentação contabilística e dos relatórios de gestão disponibilizados mensalmente pelos Serviços do MGAM.
3. O Conselho Fiscal apreciou os relatórios elaborados pela Direção de Auditoria e Inspeção sobre o sistema de controlo interno e sobre as melhorias das deficiências identificadas.



4. O Conselho Fiscal promoveu, ao longo do ano, reuniões com o Auditor Externo, nas quais foram analisados os principais temas e assuntos com impacto na actividade do MGAM e acompanhou os trabalhos realizados pelo Auditor Externo e tomou conhecimento das respectivas conclusões.
5. O Conselho Fiscal acompanhou o fecho de contas individuais e consolidadas relativas ao ano de 2013, tomou conhecimento dos Pareceres do Auditor Externo e emitiu Pareceres favoráveis sobre as mesmas.
6. No último trimestre de 2014, o Conselho Fiscal analisou e emitiu Parecer favorável sobre o Programa de Ação e Orçamento para o ano de 2015, apresentado pelo Conselho de Administração.
7. Na sua actividade o Conselho Fiscal, realizou 13 reuniões, em que participaram todos os seus elementos. Além destas reuniões, o Conselho Fiscal participou em nove reuniões do Conselho Geral do MGAM.

Relativamente aos atos de gestão ou factos ocorridos no ano de 2014, o Conselho Fiscal salienta as seguintes situações:

- a. Constituição de um Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) denominado Montepio – Gestão de Ativos Imobiliários, ACE, no qual o MGAM detém uma participação maioritária, de 65%. Este ACE tem como objectivo a gestão do património imobiliário do Grupo.
- b. Prestações acessórias de capital no montante de 18,0 milhões de euros e 0,8 milhões de euros às empresas Montepio Seguros, SGPS, SA e Residências Montepio – Serviços de Saúde, SA, respetivamente.
- c. O processo de consulta pública que visava a transposição para a lei portuguesa das regras de Solvência II, o qual foi alvo de acompanhamento próximo dos órgãos de gestão e fiscalização do MGAM.

- d. A redistribuição dos pelouros pelos senhores administradores do MGAM, resultante da renúncia ao mandato do administrador senhor Dr. Álvaro Dâmaso.

Relativamente ao fecho de contas de 2014, importa salientar:

1. Após o encerramento do exercício, o Conselho Fiscal apreciou os documentos de prestação de contas, compreendendo o relatório de Gestão, o Balanço e as Demonstrações dos Resultados, dos Fluxos de Caixa, das Alterações da Situação Líquida e do Rendimento Integral, em 31 de dezembro de 2014, bem como as correspondentes Notas Explicativas.
2. Na apreciação das demonstrações financeiras do exercício, o Conselho Fiscal teve em especial consideração a Certificação Legal das Contas do MGAM elaborada pelo Auditor Externo (KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA), entidade que, por contrato, acompanhou e auditou ao longo do ano e no final do exercício de 2014 a contabilidade e as contas que o Conselho de Administração elaborou nos termos legais e estatutários. O documento produzido pela referida entidade foi apresentado sem reservas ou ênfases.
3. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras do MGAM e respetivas Notas Explicativas respeitam as disposições legais e estatutárias aplicáveis, sendo adequados à compreensão da sua situação financeira, dos resultados apurados, dos fluxos de caixa, das alterações da situação líquida e do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
4. Relativamente à actividade e às demonstrações financeiras, salientamos os seguintes indicadores que consideramos caracterizadores do trabalho desenvolvido:



Handwritten signature and initials, possibly indicating approval or completion of the report.

- i. Aumento de 50.983 associados, o que traduz um crescimento de 8,8% e um total da carteira de associados de 630.513, no final de 2014;
- ii. Crescimento em 16,7% do ativo líquido que ascendeu a 4.748 milhões de euros, devido essencialmente ao aumento da carteira de títulos (36,1%) e dos depósitos bancários (24,6%);
- iii. O passivo registou um acréscimo de 19,0%, situando-se em 4.066 milhões de euros. Este comportamento foi influenciado, principalmente, pelas subscrições realizadas na modalidade Montepio Capital Certo;
- iv. O resultado líquido individual situou-se em 41,5 milhões de euros, registando uma redução de 41,0% face ao ano anterior, devido, principalmente ao reforço da imparidade líquida, nomeadamente para Participações Financeiras (6,5 milhões de euros) e para a Carteira de Títulos (12,3 milhões de euros). E, ainda, ao aumento das provisões, (16,9 milhões de euros), para investimentos em empresas do Grupo.

PARECER

No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal contou sempre, em termos que apraz registar, com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços do MGAM, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal dá a sua concordância ao Relatório de Gestão e às Demonstrações Financeiras do Montepio Geral Associação Mutualista, referentes a 31 de dezembro de 2014, dando o seu parecer favorável a que sejam aprovados pela Assembleia Geral:

- a) O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais do ano de 2014, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta de aplicação de resultados e as demais propostas contidas no Relatório de Gestão.

Lisboa, 9 de março de 2015

O CONSELHO FISCAL



(Álvaro João Duarte Pinto Correia – Presidente)



(Gabriel José dos Santos Fernandes – Vogal)



(Luisa Maria Xavier Machado – Vogal)

14. Anexos

14.1. DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO PARA 2015

1. As regras genéricas e fundamentais da política de remuneração são fixadas pela Assembleia Geral e aplicadas às situações concretas por uma Comissão de Vencimentos, eleita nos termos do artigo 25.º *b)* dos Estatutos, não havendo recurso nestas matérias a consultores externos.
2. O desempenho dos órgãos de administração e fiscalização é apreciado pela Assembleia Geral.
3. O estatuto remuneratório dos membros do órgão de administração é constituído por:
 - a)* Remuneração fixa mensal, paga em dobro nos meses de janeiro (subsídio de férias) e novembro (subsídio de Natal), diferenciada, por acréscimo, em relação ao Presidente do Conselho de Administração e equivalente no que respeita aos demais membros;
 - b)* Eventualmente, um subsídio anual de montante fixo, pago no mês de abril, de montante que não excede 11% da remuneração fixa anual, conforme vier a ser deliberado pela Comissão de Vencimentos;
 - c)* Ajudas de custo, em caso de deslocação, pagas em condições idênticas às que são devidas aos membros do quadro de pessoal da CEMG;
 - d)* As remunerações referidas em *a)* e *c)* podem ser revistas anualmente nas mesmas condições em que forem revistas as remunerações do quadro de pessoal da CEMG;
 - e)* No termo das suas funções, têm os membros do órgão de administração direito a receber a remuneração mensal até ao dia do termo das funções, acrescida do que mais for devido, por aplicação analógica do regime em vigor para o contrato de trabalho;
 - f)* No caso de destituição sem justa causa, têm os membros do órgão de administração direito a receber as remunerações mensais que lhes fossem devidas até ao termo do exercício das suas funções;
 - g)* Não são devidas remunerações pelo exercício de funções em participadas, quer pagas por estas, quer pelo MGAM.
4. A remuneração dos membros do órgão de fiscalização é constituída por senhas de presença. Aplica-se a esta remuneração o disposto na alínea *f)* do número antecedente.
5. Os restantes membros dos órgãos associativos, titulares da Mesa da Assembleia Geral e titulares do Conselho Geral, a que se refere a alínea *b)* do número 1 do artigo 29.º dos Estatutos, são remunerados, em senhas de presença, pelas reuniões em que participem.

14.2. RELATÓRIO ATUARIAL DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS

1. ENQUADRAMENTO

O presente relatório abrange as modalidades individuais atuariais do Montepio Geral – Associação Mutualista (MGAM) com reservas matemáticas, as rendas vitalícias e as rendas temporárias. A informação apresentada reporta a 31 de dezembro de 2014.

As reservas matemáticas das modalidades, das rendas vitalícias e das rendas temporárias são calculadas com as bases técnicas atuariais (tábua de mortalidade e taxa técnica de juro) aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social – Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. As reservas matemáticas calculadas desta forma, adiante denominadas de Reservas Matemáticas Estatutárias, são as únicas que o MGAM tem obrigatoriedade de constituir.

Contudo, algumas modalidades e rendas, pela natureza do seu benefício, que assume maioritariamente a forma de prestação vitalícia, poderão estar sujeitas a uma subavaliação das suas responsabilidades, por desatualização das bases técnicas.

Neste contexto, é anualmente efetuado um teste à adequação das Reservas Matemáticas Estatutárias, que consiste em recalculá-las utilizando bases técnicas atuariais mais adequadas à realidade atual. Realizado desde 2005, este teste permite avaliar a suficiência das reservas matemáticas constituídas e a eventual necessidade de as reforçar, originando uma provisão adicional às Reservas Matemáticas Estatutárias. Este valor de provisão adicional, constituído no final de cada ano, é adiante denominado de Reservas Matemáticas Atuariais.

Em 31 de dezembro de 2014, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias era de 494,6 milhões de euros, tendo registado um aumento de 47,6 milhões de euros relativamente ao ano de 2013.

Na sequência do teste anual à adequação das responsabilidades, o MGAM constituiu um reforço líquido de reservas matemáticas no montante de 6,1 milhões de euros, situando-se o valor das Reservas Matemáticas Atuariais, em 31 de dezembro de 2014, nos 99,6 milhões de euros.

O somatório das reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) em 31 de dezembro de 2014 era de 594,2 milhões de euros, tendo registado um aumento de 53,7 milhões de euros relativamente ao ano de 2013.

2. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

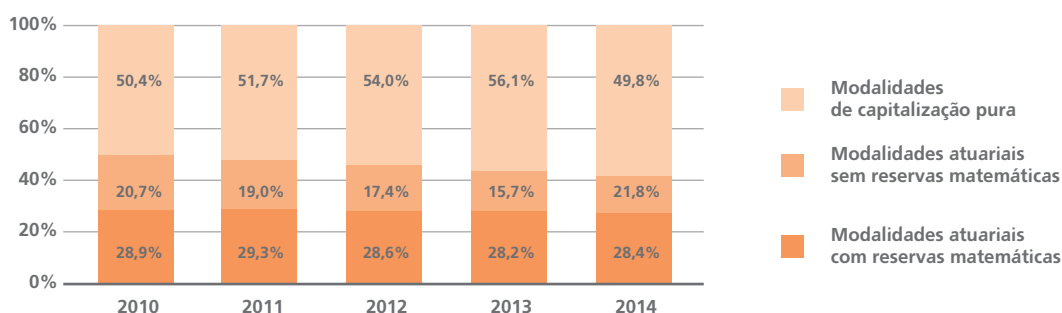
2.1. Análise Global

Em 31 de dezembro de 2014, o número de subscrições nas modalidades associativas do MGAM era de 1 095 340, verificando-se um aumento de 8,0% relativamente ao ano de 2013. Este número inclui 5 118 subscrições em coberturas adicionais.

No gráfico seguinte pode-se observar a evolução das subscrições nas modalidades associativas nos últimos cinco anos, agrupando as modalidades em três categorias:

- Modalidades de capitalização pura⁶;
- Modalidades atuariais sem reservas matemáticas⁷;
- Modalidades atuariais com reservas matemáticas⁸.

SUBSCRIÇÕES POR MODALIDADE



As modalidades atuariais com reservas matemáticas voltaram a perder peso no total de subscrições, à semelhança do que se verificou em 2012 e 2013, representando atualmente 27,6% do total de subscrições.

Também as modalidades atuariais sem reservas matemáticas voltaram a perder peso no total de subscrições, mantendo a tendência dos últimos anos, tendo atualmente um peso de 14,4% no total de subscrições.

⁶ Montepio Poupança Complementar, Montepio Capital Certo e Montepio Poupança Reforma.

⁷ Montepio Proteção – Crédito Habitação, Montepio Proteção – Outros Encargos e Montepio Proteção – Crédito Individual.

⁸ Nesta análise gráfica não estão incluídas as rendas vitalícias e as rendas temporárias, por não serem modalidades associativas.

Quanto às modalidades de capitalização pura, o peso das subscrições nestas modalidades no total de subscrições continua a aumentar, representando atualmente 58,0% do total de subscrições.

2.2. Modalidades Atuariais sem Reservas Matemáticas

Nas modalidades atuariais sem reservas matemáticas (Montepio Proteção – Crédito Habitação, Montepio Proteção – Outros Encargos e Montepio Proteção – Crédito Individual), uma vez que não possuem reservas matemáticas, importa analisar o montante global de quotas pagas pelos subscritores durante o ano e os pagamentos efetuados pelo MGAM nesse mesmo ano.

MODALIDADES ATUARIAIS SEM RESERVAS MATEMÁTICAS – ANO 2014

(euros)			
Modalidades	Quotizações recebidas pelo MGAM	Capitais pagos pelo MGAM	Saldo
Montepio Proteção – Crédito Habitação	21 737 796,43	7 700 693,95	14 037 102,48
Montepio Proteção – Outros Encargos	439 207,69	336,97	438 870,72
Montepio Proteção – Crédito Individual	11 054,04	0,00	11 054,04

Em 2014, o valor das quotizações recebidas pelo MGAM foi muito superior ao valor dos capitais pagos em caso de morte e/ou invalidez durante o ano.

2.3. Modalidades Atuariais com Reservas Matemáticas

A modalidade atuarial com reservas matemáticas mais subscrita em 2014, quer em número de subscrições, quer em capital subscrito, foi, à semelhança dos anos anteriores, a modalidade Montepio Proteção 5 em 5, representando cerca de 93,2% do total de subscrições de 2014 e 91,3% do total de capital subscrito nas modalidades atuariais com reservas matemáticas.

MODALIDADES ATUARIAIS MAIS SUBSCRITAS

Número de Subscrições		Capitais Subscritos	
Modalidades	%	Modalidades	%
Montepio Proteção 5 em 5	93,2	Montepio Proteção 5 em 5	91,3
Montepio Proteção 18-30	6,6	Montepio Proteção 18-30	8,2
Montepio Pensões de Reforma	0,1	Montepio Proteção Vida	0,4
Outras Modalidades	0,1	Outras Modalidades	0,1

Apresenta-se, na tabela infra, o número de subscrições existentes a 31 de dezembro de 2014, os respetivos valores subscritos e valores de quotização anual, destacando-se a modalidade Montepio Proteção 5 em 5 com 167 436 subscrições e 61,9 milhões de euros de quotização anual.

SUBSCRIÇÕES

(euros)					
Modalidades de subscrição aberta	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Montepio Proteção Vida	878	6 860 227,01	7 813,47	174 808,85	199,10
Montepio Pensões de Reforma	1 282	930 070,23	725,48	1 046 469,49	816,28
Restituição de Quotas – 3%	1 141	4 376 654,31	3 835,81	157 268,07	137,83
Montepio Proteção 5 em 5	167 436	404 335 316,23	2 414,86	61 902 088,27	369,71
Montepio Proteção 18-30	15 655	54 632 349,42	3 489,77	5 462 918,50	348,96
Montepio Proteção Invalidez	87	150 688,77	1 732,05	1 005,95	11,56
Total	186 479	471 285 305,97	2 527,28	68 744 559,13	368,65

SUBSCRIÇÕES

(euros)

Modalidades de subscrição fechada	N.º Subscrições	Subscrição		Quotização anual	
		Total	Média	Total	Média
Capitais de Previdência	6 628	20 946 441,16	3 160,30	606 675,41	91,53
Subsídio por Morte	1 334	1 284 630,69	962,99	24 196,29	18,14
Pensões de Reforma – 6%	795	1 204 562,35	1 515,17	0,00	0,00
Pensões de Reforma – 4%	1 177	933 175,25	792,84	0,00	0,00
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	1 316	741 097,65	563,14	0,00	0,00
Restituição de Quotas – 6%	922	8 768 238,08	9 510,02	0,00	0,00
Restituição de Quotas – 4%	2 733	17 197 094,80	6 292,39	0,00	0,00
Adicional de Invalidez – 6%	62	402 038,84	6 484,50	0,00	0,00
Adicional de Invalidez – 4%	70	84 567,96	1 208,11	0,00	0,00
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	91 581	326 714 290,14	3 567,49	21 707 648,73	237,03
Capitais de Previdência a Prazo	110	1 624 066,27	14 764,24	45 404,21	412,77
Capitais para Jovens	6 138	32 198 388,73	5 245,75	1 656 226,87	269,83
Pensões para Deficientes	21	62 438,46	2 973,26	24 739,80	1 178,09
Capitais Temporários por Invalidez	75	436 558,58	5 820,78	2 390,15	31,87
Rendas de Sobrevivência	31	74 609,26	2 406,75	30 284,65	976,92
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	19	91 731,21	4 827,96	7 748,41	407,81
Capitais para Estudos	790	426 186,13	539,48	314 809,71	398,49
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 725	29 161,89	16,91	6 901,15	4,00
Capitais Previdência a Favor Pessoas Certas	5	7 042,15	1 408,43	173,64	34,73
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas	4	95,78	23,95	35,40	8,85
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional	58	5 314,08	91,62	0,00	0,00
Total	115 594	413 231 729,46	3 574,85	24 427 234,42	211,32

Apresenta-se também, na tabela infra, o número de pensões⁹ existentes em 31 de dezembro de 2014, os respetivos valores anuais, o encargo médio por pensão e a relação existente entre o valor das subvenções e melhorias e o valor das pensões.

PENSÕES

(euros)

Modalidades	N.º de Pensões	Encargo anual (a)		Encargo médio por pensão	Relação entre Subv. + Melh. e Pensões
		Pensões	Subvenções e Melhorias (b)		
Montepio Proteção Vida	1	161,76	1,92	163,68	0,01
Capitais de Previdência	1 373	196 931,16	548 691,96	543,06	2,79
Pensões de Reforma – 6%	2 024	3 646 652,88	2 288 209,32	2 932,24	0,63
Pensões de Reforma – 4%	843	988 622,64	82 417,56	1 270,51	0,08
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	273	291 482,76	122,52	1 068,15	0,00
Montepio Proteção 18-30	3	4 052,04	142,56	1 398,20	0,04
Capitais para Jovens	158	264 851,04	54 074,76	2 018,52	0,20
Pensões para Deficientes	4	3 766,80	1 469,52	1 309,08	0,39
Rendas de Sobrevivência	5	12 186,84	1 013,28	2 640,02	0,08
Capitais para Estudos	471	263 266,13	29 977,17	622,60	0,11
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	1 734,84	873,60	1 304,22	0,50
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	159	340 021,92	37 111,44	2 371,91	0,11
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	193	471 159,24	12 800,76	2 507,56	0,03
Pensões de Poupança Reforma – 3%	7	5 991,36	76,08	866,78	0,01
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 178	33 379,20	1 273 395,60	616,99	38,15
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas	35	633,96	6 463,10	202,77	10,19
Total	7 669	6 524 894,57	4 336 841,15	1 416,32	0,66

(a) O valor da pensão de Capitais para Estudos refere-se a uma semestralidade.

(b) Inclui os Subsídios de 1919 e Complementar.

⁹ Note-se que uma pensão só envolve mais de um pensionista se for com reversão, considerando-se pensões diferentes as legadas por um mesmo subscritor a pensionistas diferentes.

Analisando a relação entre as Subvenções e Melhorias e as Pensões, constata-se que é nas modalidades mais antigas que esta relação é mais elevada, atingindo 38,15 nas Pensões de Sobrevivência e Dotes.

2.4. Rendas Vitalícias

Em 31 de dezembro de 2014, existiam 713 rendas vitalícias e 401 rendistas. Estes valores incluem 7 rendas vitalícias diferidas e respetivos rendistas, cujo pagamento só se inicia após o período de diferimento, bem como uma renda vitalícia imediata sobre duas vidas constituída no mês de dezembro, com início em janeiro de 2015. O montante de capitais recebidos para constituição de rendas vitalícias, durante o ano de 2014, foi de 1 349 692,09 euros.

RENDAS VITALÍCIAS

(euros)

Rendas Vitalícias	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Vitalícias – 6%	83	41	154 522,67	1 861,72
Rendas Vitalícias – 4%	435	241	1 765 540,53	4 058,71
Rendas Vitalícias – 3%	195	119	429 381,23	2 201,96

2.5. Rendas Temporárias

Em 31 de dezembro de 2014, existiam 13 rendas temporárias e 15 rendistas. O montante de capitais recebidos para constituição de rendas temporárias, durante o ano de 2014, foi de 211 709,77 euros.

RENDAS TEMPORÁRIAS

(euros)

Rendas Temporárias	Número		Valor anual	
	Rendas	Rendistas	Total	Médio (por renda)
Rendas Temporárias – 3%	13	15	42 790,35	3 291,57

3. RESERVAS MATEMÁTICAS

Para as modalidades atuariais e para as rendas vitalícias e temporárias do MGAM são calculadas dois tipos de reservas matemáticas:

- Reservas Matemáticas Estatutárias, que são calculadas mensalmente de acordo com as bases técnicas atuariais (tábua de mortalidade e taxa técnica de juro) aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social – Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.
- Reservas Matemáticas Atuariais, que correspondem a um reforço às Reservas Matemáticas Estatutárias, resultante do teste anual à adequação das responsabilidades realizado no final de cada ano. Este teste abrange as modalidades e as rendas do MGAM que se encontram encerradas a novas subscrições¹⁰ e assenta em pressupostos mais adequados à realidade atual em termos de esperança de vida e de taxa de juro a utilizar no desconto das responsabilidades.

3.1. Reservas Matemáticas Estatutárias

Em 31 de dezembro de 2014, o total de Reservas Matemáticas Estatutárias era de 494 568 140,11 euros, tendo-se registado um aumento de 47 624 787,89 euros em relação a 2013 (+10,7%).

As Reservas Matemáticas Estatutárias encontram-se divididas em:

- Reservas matemáticas das Subscrições, onde se incluem as reservas matemáticas das Rendas Vitalícias e das Rendas Temporárias;
- Reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções;
- Reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar.

¹⁰ As modalidades abertas a novas subscrições não são sujeitas ao teste anual de adequação das responsabilidades, uma vez que apresentam bases técnicas ajustadas à realidade atual.

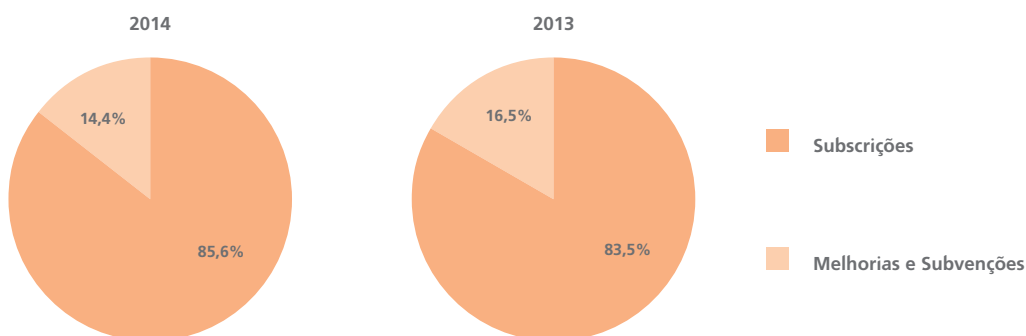
RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS A 31/12/2014

(euros)

	Subscrições	Melhorias e Subvenções	Subsídios de 1919 e Complementar
Benefícios em formação	349 324 669,24	41 240 436,69	
Benefícios em curso	56 547 357,31	29 821 779,11	12 913,37
Rendas Vitalícias	17 046 944,38		
Rendas Temporárias	574 040,01		
Total	423 493 010,94	71 062 215,80	12 913,37

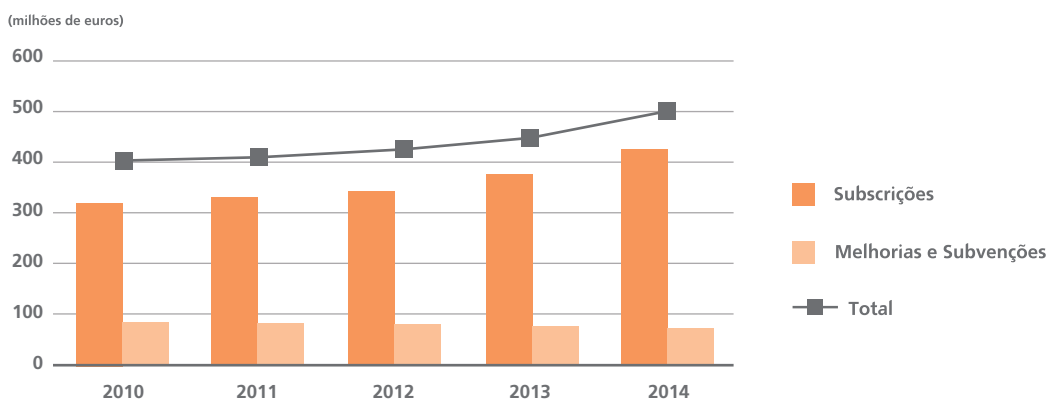
Nos gráficos seguintes pode-se observar a composição das Reservas Matemáticas Estatutárias e a sua evolução nos últimos cinco anos. Dado o seu valor reduzido, as reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar foram incluídas nas reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL



Comparando com 2013, o peso das reservas matemáticas das Subscrições aumentou 2,1%, por contrapartida das Melhorias e Subvenções.

RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS – EVOLUÇÃO ANUAL



Nos últimos cinco anos, o total das reservas matemáticas cresceu 24%, tendo as reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções registado mais uma vez uma ligeira descida, mantendo a tendência decrescente.

Nas tabelas seguintes, apresenta-se, por modalidade, as reservas matemáticas das Subscrições, das Melhorias e Subvenções e dos Subsídios de 1919 e Complementar à data de 31 de dezembro de 2014, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2013.

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

Benefícios em formação	N.º de Subscrições	Capitais e pensões anuais subscritos	Reservas matemáticas	
Montepio Proteção Vida	878	6 860 227,01	859 762,18	
Montepio Pensões de Reforma	1 282	930 070,23	5 269 954,01	
Restituição de Quotas – 3%	1 141	4 376 654,31	621 893,30	
Montepio Proteção 5 em 5	167 436	404 335 316,23	145 531 751,70	
Montepio Proteção 18-30	15 655	54 632 349,42	24 829 788,45	
Montepio Proteção Invalidez	87	150 688,77	3 818,07	
Capitais de Previdência	6 628	20 946 441,16	11 493 835,48	
Subsídio por Morte	1 334	1 284 630,69	937 987,68	
Pensões de Reforma – 6%	795	1 204 562,35	12 443 142,52	
Pensões de Reforma – 4%	1 177	933 175,25	10 124 759,97	
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	1 316	741 097,65	9 886 643,92	
Restituição de Quotas – 6%	922	8 768 238,08	415 390,59	
Restituição de Quotas – 4%	2 733	17 197 094,80	1 370 412,94	
Adicional de Invalidez – 6%	62	402 038,84	33 170,53	
Adicional de Invalidez – 4%	70	84 567,96	10 142,66	
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	91 581	326 714 290,14	93 631 481,97	
Capitais de Previdência a Prazo	110	1 624 066,27	1 266 724,43	
Capitais para Jovens	6 138	32 198 388,73	25 140 617,62	
Pensões para Deficientes	21	62 438,46	454 849,34	
Capitais Temporários por Invalidez	75	436 558,58	12 384,46	
Rendas de Sobrevivência	31	74 609,26	630 269,87	
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	19	91 731,21	36 656,66	
Capitais para Estudos	790	426 186,13	3 986 133,80	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 725	29 161,89	323 373,44	
Capitais Previdência a Favor Pessoas Certas	5	7 042,15	3 959,47	
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas	4	95,78	668,12	
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional	58	5 314,08	5 096,06	349 324 669,24
Benefícios em curso	N.º Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas	
Montepio Proteção Vida	1	161,76	2 810,37	
Capitais de Previdência	1 373	196 931,16	1 377 947,04	
Pensões de Reforma – 6%	2 024	3 646 652,88	30 680 019,58	
Pensões de Reforma – 4%	843	988 622,64	9 725 213,47	
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	273	291 482,76	3 745 999,44	
Montepio Proteção 18-30	3	4 052,04	10 158,75	
Capitais para Jovens	158	264 851,04	561 084,44	
Pensões para Deficientes	4	3 766,80	59 131,51	
Rendas de Sobrevivência	5	12 186,84	199 490,04	
Capitais para Estudos	471	263 266,13	1 733 591,98	
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	1 734,84	7 413,80	
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	159	340 021,92	2 481 522,08	
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	193	471 159,24	5 669 761,25	
Pensões de Poupança Reforma – 3%	7	5 991,36	79 891,18	
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 118	33 379,20	209 519,27	
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas	35	633,96	3 803,11	56 547 357,31
Rendas Vitalícias	N.º Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas	
Rendas Vitalícias – 6%	83	154 522,67	558 839,47	
Rendas Vitalícias – 4%	435	1 765 540,53	9 830 492,45	
Rendas Vitalícias – 3%	195	429 381,23	6 657 612,46	17 046 944,38
Rendas Temporárias	N.º Rendas	Valor anual	Reservas matemáticas	
Rendas Temporárias – 3%	13	42 790,35	574 040,01	574 040,01
Total				423 493 010,94

RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

Benefícios em formação	N.º de Subscrições	Melhorias e Subvenções	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida	826	26 205,87	13 868,32
Montepio Pensões de Reforma	1 213	4 436,50	52 484,17
Montepio Proteção 5 em 5	106 222	1 540 708,72	1 029 298,78
Montepio Proteção 18-30	11 047	346 133,99	278 860,45
Montepio Proteção Invalidez	86	937,14	65,29
Capitais de Previdência	6 628	31 849 236,40	19 997 676,97
Subsídio por Morte	1 331	949 045,74	703 931,63
Pensões de Reforma – 6%	795	658 693,17	4 874 990,76
Pensões de Reforma – 4%	1 177	52 846,80	442 786,02
Pensões de Reforma – 4% (TV 88/90)	109	592,98	7 448,20
Adicional de Invalidez – 6%	62	136 727,86	9 293,39
Adicional de Invalidez – 4%	68	2 025,95	205,03
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	75 937	6 669 825,58	2 259 310,77
Capitais de Previdência a Prazo	110	85 418,66	72 068,52
Capitais para Jovens	6 135	1 431 765,02	1 280 724,08
Pensões para Deficientes	21	12 632,48	102 708,60
Capitais Temporários por Invalidez	74	26 625,35	2 794,16
Rendas de Sobrevivência	31	5 673,80	58 745,21
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	19	1 646,69	845,29
Capitais para Estudos	790	15 382,07	149 453,85
Pensões de Sobrevivência e Dotes	1 725	818 438,99	9 868 619,35
Capitais Previdência a Favor Pessoas Certas	5	21 750,12	14 617,06
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas	4	934,89	7 144,64
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional	58	13 030,94	12 496,15
			41 240 436,69

Benefícios em curso	N.º Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Montepio Proteção Vida	1	1,92	33,35
Capitais de Previdência	1 373	548 283,12	3 387 171,38
Pensões de Reforma – 6%	2 024	2 288 209,32	17 383 739,93
Pensões de Reforma – 4%	843	82 417,56	781 243,37
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	33	122,52	1 638,64
Montepio Proteção 18-30	3	142,56	367,58
Capitais para Jovens	158	54 074,76	97 953,06
Pensões para Deficientes	4	1 469,52	22 745,34
Rendas de Sobrevivência	5	1 013,28	16 369,55
Capitais para Estudos	471	29 977,17	175 842,97
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	2	873,60	3 734,20
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	137	37 111,44	239 085,20
Pensões de Capitais de Reforma – 3%	193	12 800,76	165 821,99
Pensões de Poupança Reforma – 3%	7	76,08	995,03
Pensões de Sobrevivência e Dotes	2 118	1 271 102,16	7 506 661,45
Rendas Vitalícias a Favor Pessoas Certas	35	6 463,10	38 376,07
Total			29 821 779,11
Total			71 062 215,80

RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

Benefícios em curso	N.º Pensões	Encargo anual	Reservas matemáticas
Capitais de Previdência	27	408,84	3 695,79
Pensões de Sobrevivência e Dotes	220	2 293,44	9 217,58
Total			12 913,37

Em 31 de dezembro de 2014, o valor das reservas matemáticas das Subscrições era de 423 493 010,94 euros, tendo-se registado um aumento de 50 373 432,70 euros em relação a 2013 (+13,5%).

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

	31/12/2014	31/12/2013	Variação anual
Benefícios em formação	349 324 669,24	300 898 563,93	48 426 105,31
Benefícios em curso	56 547 357,31	55 126 505,54	1 420 851,77
Rendas Vitalícias	17 046 944,38	16 705 320,57	341 623,81
Rendas Temporárias	574 040,01	389 188,20	184 851,81
Total	423 493 010,94	373 119 578,24	50 373 432,70

Por outro lado, as reservas matemáticas das Melhorias e Subvenções registaram uma diminuição de 2 747 153,40 euros em relação a 2013 (-3,7%), situando-se em 31 de dezembro de 2014 nos 71 062 215,80 euros.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DAS MELHORIAS E SUBVENÇÕES

(euros)

	31/12/2014	31/12/2013	Variação anual
Benefícios em formação	41 240 436,69	43 503 423,93	-2 262 987,24
Benefícios em curso	29 821 779,11	30 305 945,27	-484 166,16
Total	71 062 215,80	73 809 369,20	-2 747 153,40

As reservas matemáticas dos Subsídios de 1919 e Complementar mantiveram a ligeira tendência decrescente dos últimos anos.

VARIAÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS DOS SUBSÍDIOS DE 1919 E COMPLEMENTAR

(euros)

	31/12/2014	31/12/2013	Variação anual
Benefícios em curso	12 913,37	14 404,78	-1 491,41
Total	12 913,37	14 404,78	-1 491,41

3.2. Reservas Matemáticas Atuariais

Adicionalmente, na sequência do teste anual à adequação das responsabilidades, o MGAM constituiu um reforço de reservas matemáticas no montante de 6 095 041,86 euros e libertou 41 871,87 euros da provisão adicional constituída. Em 31 de dezembro de 2014, o valor acumulado da provisão adicional (Reservas Matemáticas Atuariais) era de 99 641 633,52 euros, tendo-se registado um aumento de 6 053 169,99 euros em relação a 2013 (+6,5%).

Na tabela seguinte, apresenta-se, por modalidade, as Reservas Matemáticas Atuariais à data de 31 de dezembro de 2014, bem como a sua variação relativamente a 31 de dezembro de 2013.

RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS A 31/12/2014

(euros)

Modalidades	Reservas Matemáticas Atuariais		Variação Anual	
	31/12/2014	31/12/2013	Libertação	Reforço
Pensões de Reforma – 6%	53 325 880,45	52 142 639,13		1 183 241,32
Pensões de Reforma – 4%	7 924 331,41	7 113 889,00		810 442,41
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	1 472 748,26	1 346 393,03		126 355,23
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	8 060 792,43	7 572 601,26		488 191,17
Capitais de Previdência a Prazo	203 786,10	196 199,15		7 586,95
Capitais para Jovens	3 045 478,12	2 975 700,07		69 778,05
Pensões para Deficientes	211 132,25	161 674,10		49 458,15
Rendas de Sobrevivências	36 814,36	1 516,24		35 298,12
Capitais para Estudos	903 266,94	840 852,86		62 414,08
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	17 429,92	15 340,87		2 089,05
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	2 936 553,76	2 294 275,76		642 278,00
Pensões de Sobrevivência e Dotes	8 930 378,78	6 969 351,82		1 961 026,96
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	57 432,61	52 619,57		4 813,04
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional	124,73	343,52	-218,79	
Rendas Vitalícias – 6%	855 852,76	897 505,84	-41 653,08	
Rendas Vitalícias – 4%	11 659 630,64	11 007 561,31		652 069,33
Total	99 641 633,52	93 588 463,53	-41 871,87	6 095 041,86

3.3. Total das Reservas Matemáticas

Em 31 de dezembro de 2014, o somatório das reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) era de 594 209 773,63 euros, tendo-se registado um aumento de 53 677 957,88 euros em relação a 2013 (+9,9%).

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2014 – MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO ABERTA

(euros)

Modalidades de subscrição aberta	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Montepio Proteção Vida	876 474,22		876 474,22
Montepio Pensões de Reforma	5 322 438,18		5 322 438,18
Restituição de Quotas – 3%	621 893,30		621 893,30
Montepio Proteção 5 em 5	146 561 050,48		146 561 050,48
Montepio Proteção 18-30	25 119 175,23		25 119 175,23
Montepio Proteção Invalidez	3 883,36		3 883,36
Pensões de Capitais de Reforma – 3% (*)	5 835 583,24		5 835 583,24
Pensões de Poupança Reforma – 3% (*)	80 886,21		80 886,21
Total	184 421 384,22		184 421 384,22

(*) De notar que não se tratam propriamente de modalidades, mas sim de rendas vitalícias imediatas sobre uma vida, adquiridas por reembolso das modalidades Montepio Poupança Complementar, Montepio Capital Certo e Montepio Poupança Reforma (modalidades de capitalização). Desde novembro de 2013, com a entrada em vigor do atual Regulamento de Benefícios, as rendas adquiridas por reembolso das modalidades de capitalização são geridas na carteira de Rendas.

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2014 – MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA

(euros)

Modalidades de subscrição fechada	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Capitais de Previdência	36 260 326,66		36 260 326,66
Subsídio por Morte	1 641 919,31		1 641 919,31
Pensões de Reforma – 6%	65 381 892,79	53 325 880,45	118 707 773,24
Pensões de Reforma – 4%	21 074 002,83	7 924 331,41	28 998 334,24
Pensões de Reforma – 4% (TV88/90)	13 641 730,20	1 472 748,26	15 114 478,46
Restituição de Quotas – 6%	415 390,59		415 390,59
Restituição de Quotas – 4%	1 370 412,94		1 370 412,94
Adicional de Invalidez – 6%	42 463,92		42 463,92
Adicional de Invalidez – 4%	10 347,69		10 347,69
Capitais de Previdência Diferidos com Opção	95 890 792,74	8 060 792,43	103 951 585,17
Capitais de Previdência a Prazo	1 338 792,95	203 786,10	1 542 579,05
Capitais para Jovens	27 080 379,20	3 045 478,12	30 125 857,32
Pensões para Deficientes	639 434,79	211 132,25	850 567,04
Capitais Temporários por Invalidez	15 178,62		15 178,62
Rendas de Sobrevida	904 874,67	36 814,36	941 689,03
Capitais Diferidos com Cobertura Adicional	37 501,95		37 501,95
Capitais para Estudos	6 045 022,60	903 266,94	6 948 289,54
Pensões de Capitais de Reforma – 6%	11 148,00	17 429,92	28 577,92
Pensões de Capitais de Reforma – 4%	2 720 607,28	2 936 553,76	5 657 161,04
Pensões de Sobrevida e Dotes	17 917 391,09	8 930 378,78	26 847 769,87
Capitais de Previdência Favor de Pessoas Certas	18 576,53		18 576,53
Rendas Vitalícias a Favor de Pessoas Certas	49 991,94	57 432,61	107 424,55
Subsídio de Funeral e Luto – Lutuosa Nacional	17 592,21	124,73	17 716,94
Total	292 525 771,50	87 126 150,12	379 651 921,62

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2014 – RENDAS VITALÍCIAS

(euros)

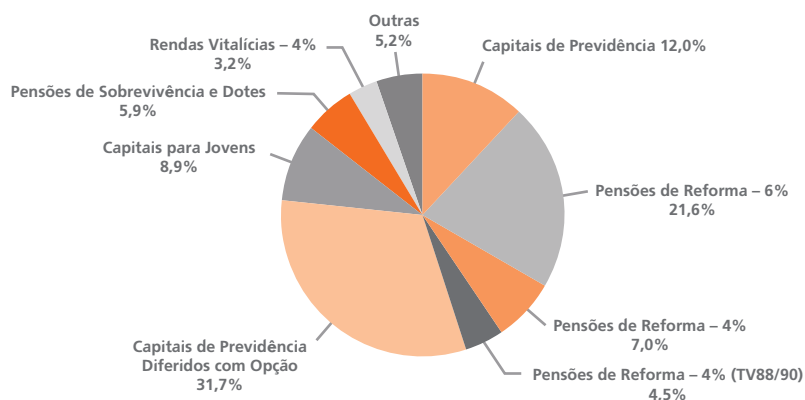
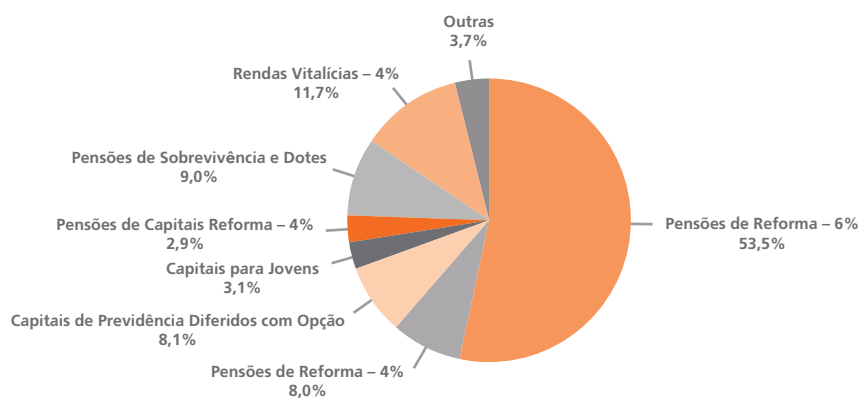
Rendas Vitalícias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Vitalícias – 6%	558 839,47	855 852,76	1 414 692,23
Rendas Vitalícias – 4%	9 830 492,45	11 659 630,64	21 490 123,09
Rendas Vitalícias – 3%	6 657 612,46		6 657 612,46
Total	17 046 944,38	12 515 483,40	29 562 427,78

RESERVAS MATEMÁTICAS TOTAIS A 31/12/2014 – RENDAS TEMPORÁRIAS

(euros)

Rendas Temporárias	Reservas Matemáticas		
	Estatutárias	Atuariais	Totais
Rendas Temporárias – 3%	574 040,01		574 040,01
Total	574 040,01		574 040,01

Em 31 de dezembro de 2014, a quase totalidade das reservas matemáticas (Estatutárias e Atuariais) das modalidades e rendas encerradas a novas subscrições resumia-se a um grupo restrito de modalidades.

MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA – RESERVAS MATEMÁTICAS ESTATUTÁRIAS**MODALIDADES DE SUBSCRIÇÃO FECHADA – RESERVAS MATEMÁTICAS ATUARIAIS**

Destaca-se, à semelhança dos anos anteriores, o peso que a modalidade Pensões de Reforma – 6% detém no total das Reservas Matemáticas Atuariais (53,5%).

4. SITUAÇÃO TÉCNICO-ATUARIAL DA MGAM

As Reservas Matemáticas Estatutárias foram verificadas e validadas no Núcleo de Atuariado do Gabinete de Desenvolvimento da Oferta Mutualista, tendo sido calculadas de acordo com as bases técnicas aprovadas pela Direção Geral da Segurança Social – Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Por questões prudenciais, e em linha com as melhores práticas internacionais, foram recalculadas as reservas matemáticas tendo em consideração pressupostos atuariais mais adequados à realidade atual, tendo-se procedido ao reforço da provisão adicional de reservas matemáticas, pelo que o MGAM apresenta uma adequada situação técnico-atuarial.

Lisboa, 18 de fevereiro de 2015

A Atuária,

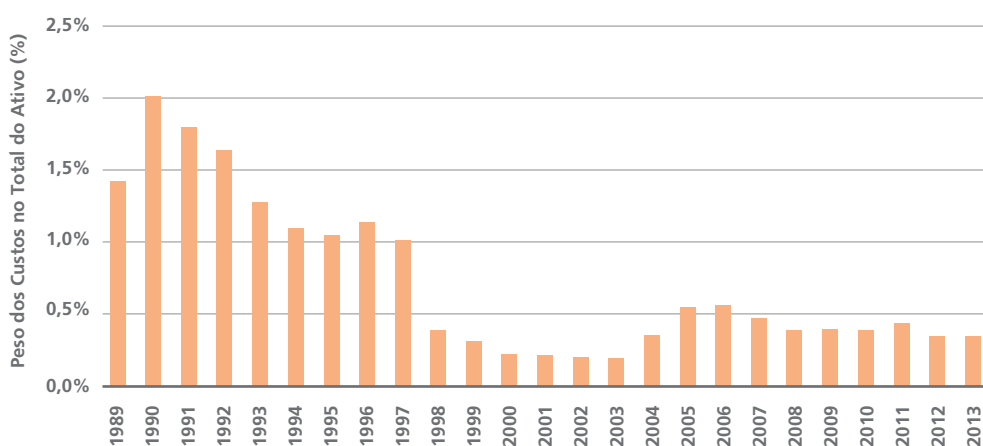
Teresa Sofia de Sousa Fernandes

Atuária Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses

14.3. IMPUTAÇÃO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS PELAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS E RENDAS

Durante o ano de 2014, a Associação Mutualista suportou cerca de 13,58 milhões de euros em custos gerais administrativos, valor que compara com 13,38 M€ registados no ano anterior. No final do ano, aquele valor representava cerca de 0,29% do volume total do ativo líquido, ligeiramente abaixo do valor observado em 2013 (0,33%).

EVOLUÇÃO DO PESO DOS CUSTOS ADMINISTRATIVOS NO TOTAL DO ATIVO



Nota 1: A partir do ano de 2010, inclusive, o valor do Ativo encontra-se reexpresso.

Nota 2: A partir do ano de 2010, os Custos Administrativos deixaram de considerar os «Outros Encargos Operacionais».

A estrutura de custos administrativos é composta pelas seguintes componentes:

- Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) – 10,863 M€ (10,706 M€ em 2013);
- Custos com Pessoal (CP) – 2,715 M€ (2,674 M€ em 2013)
(na sequência da reclassificação contabilística, efectuada no ano de 2012, passaram a ser registadas na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos os «encargos com cedência de pessoal»: 4,505 milhões de euros em 2014 e 5,315 M€ em 2013).

Pela sua natureza e especificidade, alguns destes custos são considerados custos próprios das modalidades e rendas e, por conseguinte, são reconhecidos nas respetivas contas de exploração (2,819 M€ em 2014 e 2,760 M€ em 2013); existe, por outro lado, um conjunto de outros custos que, por serem de caráter mais genérico, são comuns a todas as modalidades e rendas (10,759 milhões de euros em 2014 e 10,619 M€ em 2013). Estes custos, por questões de racionalidade financeira, continuam a ser imputados a cada uma delas tomando como referencial os seguintes critérios:

- Custos Gerais – 0,1% do Fundo Permanente/Próprio da modalidade/renda;
- Custos do Trabalho – calculados com base no valor dos encargos administrativos e na percentagem de trabalho alocado a cada modalidade/renda.

Por simplificação e para efeitos de imputação dos custos do trabalho pelas diferentes modalidades e rendas, foram agrupadas nas seguintes categorias:

- Modalidade de Capitalização, por Prazo Certo (MCC) – Séries emitidas ao abrigo do Regulamento da Modalidade de Montepio Capital Certo;
- Modalidades de Capitalização, por Prazo Indeterminado (Capitalização) – Modalidades Montepio Poupança Complementar (ex-Capitais de Reforma); Montepio Poupança Reforma e Capitais Coletivos/Modalidades Coletivas;
- Modalidades de Previdência – Todas as Modalidades de Previdência e Rendas Vitalícias, com exceção da Modalidade de Proteção Encargos.

Os Custos Gerais e os Custos com Trabalho, relativos aos exercícios de 2013 e 2014, foram os seguintes:

TABELA 1 – COMPONENTE DE CUSTOS GERAIS

Ano	Ponderador (1)	Fundo Permanente / Próprio + Reserva Estabilizada de Resultados (€)			Custos Gerais (€)			
		MCC	Capitalização	Previdência	MCC	Capitalização	Previdência	Total
2012	0,10%	958 000 000	1 340 000 000	644 000 000	958 000	1 340 000	644 000	2 942 000
2013	0,10%	1 469 000 000	1 442 000 000	515 000 000	1 469 000	1 442 000	515 000	3 426 000
2014	0,10%	1 895 000 000	1 682 500 000	678 000 000	1 895 000	1 682 500	678 000	4 255 500

(1) Ponderador indicativo, baseado na Comissão de depósito dos Fundos de Investimento.

TABELA 2 – COMPONENTE DE CUSTOS DO TRABALHO

Ano	Custos Trabalho (€)	Consumo Trabalho (% do Total)				Custos Trabalho (€)			
		MCC	Capitalização	Previdência	Proteção Encargos	MCC	Capitalização	Previdência	Proteção Encargos
2012	5 144 000	35,46%	45,91%	8,18%	10,45%	1 824 000	2 362 000	421 000	537 000
2013	7 193 000	49,41%	33,98%	8,70%	7,91%	3 554 000	2 444 000	626 000	569 000
2014	5 837 500	68,61%	16,08%	4,79%	10,52%	4 005 000	938 500	280 000	614 000

A percentagem de trabalho alocada a cada um dos grupos de modalidades está diretamente relacionada com a gestão operacional dos processos que envolvem as modalidades e rendas e é estimada com base na informação que é recolhida junto dos serviços diretamente envolvidos. Neste contexto, estes valores devem ser encarados como uma estimativa aproximada.

De referir, também, que: (i) em 2012, com o aumento do número de reembolsos verificado, sobretudo, na Modalidade de Montepio Capital Certo, o consumo de trabalho em termos operacionais aumentou consideravelmente; (ii) em 2013, em consequência do cada vez maior volume de séries emitidas na Modalidade de Montepio Capital Certo, a carga administrativa revelou-se, ainda, maior, tendo o consumo de trabalho diminuído, particularmente, ao nível da gestão operacional da Modalidade de Poupança Complementar (iii) em 2014, com o aumento do número de Séries emitidas e, paralelamente, com o vencimento de algumas delas assistiu-se, também, ao aumento da carga administrativa com estas modalidades em contraponto, por exemplo, com a gestão operacional relacionada com a Modalidade de Poupança Complementar.

TABELA 3 – TOTAL DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS COMUNS (CUSTOS GERAIS E CUSTOS DO TRABALHO)

(euros)

Ano	Montepio Capital Certo	Capitalização	Previdência	Proteção Encargos	Total
2012	2 782 000	3 702 000	1 065 000	537 000	8 086 000
2013	5 023 000	3 886 000	1 141 000	569 000	10 619 000
2014	5 900 000	2 621 000	958 000	614 000	10 093 000

A cobertura dos custos administrativos, comuns às várias modalidades e rendas da Associação Mutualista, começou a ser efetuada, a partir do ano de 2008 (aquando da segregação patrimonial das Modalidades), através de uma contribuição anual individual para o Fundo de Administração (em percentagem do valor médio anual do Fundo Permanente de cada modalidade e renda). Esta disposição encontra-se prevista nas Disposições Gerais do Novo Regulamento de Benefícios.

TABELA 4 – CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO EM % DO VALOR MÉDIO ANUAL DO FUNDO PERMANENTE/PRÓPRIO

Ano	Montepio Capital Certo	Capitalização	Previdência	Proteção Encargos
2012	[0,25%-0,40]	0,280%	0,200%	1,000%
2013	0,42%	0,290%	0,200%	1,000%
2014	0,375%	0,180%	0,155%	1,000%

Notas:

i) Dada a natureza e a particularidade das modalidades da Montepio Proteção Encargos (por exemplo, de não distribuir melhorias de benefícios), considera-se prudente e razoável continuar a imputar-lhe a taxa de contribuição máxima permitida pelo regulamento (1%).

ii) A partir do ano de 2012, em função do volume de capitais recebidos nas várias séries emitidas da modalidade Montepio Capital Certo, decidiu-se aumentar a comparticipação desta modalidade para o Fundo de Administração tendo em conta, também, o nível de taxas de juro com que é feita a cobertura das respetivas responsabilidades.

14.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS, RENDAS E OUTROS FUNDOS

DESIGNAÇÃO	Pensão de Reforma + P. R. – Restituição Quotas 4%	Pensão de Reforma TV 88/90 + P. R. – Restituição Quotas 4%	Pensão de Reforma + P. R. – Restituição Quotas 6%	Montepio Pensão de Reforma + P. R. – Restituição Quotas 3%	P. R. – Adicional de Invalidez 4%	P. R. – Adicional de Invalidez TV 88/90 4%
Proveitos Inerentes a Associados				1 204		
Jóias						
Quotizações				1 204		
Capitais Recebidos						
Rendas Vitalícias						
Outros Proveitos Inerentes a Associados						
<i>dos quais: Comparticipação Recebida das Modalidades (*)</i>						
Rendas Temporárias						
Custos Inerentes a Associados	(1 195)	(363)	(6 063)	(185)	()	()
Prestações a Associados nas Modalidades	(941)	(273)	(3 523)			
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades						
Melhorias de Benefícios	(79)	()	(2 239)			
Rendas Vitalícias						
Outros Custos Inerentes a Associados	(175)	(90)	(301)	(185)	()	()
<i>Comparticipação p/ Fundo de Administração</i>	(48)	(25)	(192)	(8)	()	()
Rendas Temporárias						
1. Margem de Atividade Associativa	(1 195)	(363)	(6 063)	1 018	()	()
Redução Provisões Matemáticas	2 316	719	5 864	233	1	
Aumento de Provisões Matemáticas	(2 862)	(1 022)	(5 547)	(1 375)	()	()
2. Variação de Provisões Técnicas	(546)	(303)	317	(1 141)	1	
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	22		89			
Outros Rendimentos e Gastos	149	211	1 889	74		1
Outros Gastos e Perdas	(13)	(18)	(163)	(6)		()
4. Outros Resultados de Exploração	136	193	1 726	67		1
5. Juros e Rendimentos Similares	497	227	2 887	76	1	
6. Juros e Encargos Similares	(6)	(1)	(24)	(2)	()	
7. Resultados de Ativos avaliados ao Justo Valor, através de resultados	21		93			
8. Resultados de Ativos Financeiros, disponíveis para Venda	907	518	4 417	51		
9. Custos Administrativos	(1)	(1)	(5)	()		()
Gastos Gerais Administrativos	(1)	(1)	(5)	()		()
Custos com o Pessoal						
10. Gastos de Depreciação e Amortização	(1)	(1)	(8)	()		()
11. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações		1	5			
12. Imparidades Líquidas de Reversões	1	1	(1 651)			
Outros Ativos	1	1	8			
Ativos Financeiros			(1 659)			
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(166)	271	1 783	69	2	1

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

P. R. – Adicional de Invalidez 6%	Pensão p/ Deficientes 4%	Pensão Sobrevivência e Dotes 4%	Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas 4%	Rendas Sobrevivência 4%	Capitais de Previdência 4%	Montepio Proteção Vida 3%	Capitais Diferidos c/ Opção 4%	Montepio Proteção 5 em 5 3%	Capitais de Previdência a Prazo 4%
	25	7		30	607	175	21 711	61 910	45
	25	7		30	607	175	21 708	61 902	45
							3	8	
()	(10)	(1 355)	(7)	(15)	(1 692)	(41)	(25 811)	(18 551)	(115)
	(6)	(32)	(1)	(12)	(196)	()			
		()			(193)	(11)	(22 497)	(13 152)	(57)
	(3)	(1 270)	(6)	(1)	(816)	()	(719)	(122)	(6)
()	(1)	(52)	()	(2)	(487)	(30)	(2 595)	(5 277)	(52)
()	(1)	(42)	()	(2)	(78)	(2)	(196)	(180)	(4)
()	15	(1 348)	(7)	15	(1 085)	134	(4 101)	43 359	(70)
8	30	1 216	3	4	1 594	33	25 939	19 293	117
()	(127)	(2 437)	(5)	(66)	(1 444)	(151)	(26 010)	(65 304)	(104)
7	(97)	(1 221)	(2)	(62)	149	(118)	(71)	(46 011)	13
		18			27		80		
5	16	283	1	29	434	22	1 026	916	63
()	(1)	(24)	()	(2)	(37)	(2)	(88)	(79)	(5)
4	15	259	1	26	396	20	937	837	58
3	10	345	2	11	720	11	1 705	2 047	18
()	()	(6)	()	()	(7)	(1)	(7)	(66)	(1)
		68			34		34		
1	7	603	2	12	593	15	1 854	1 277	36
()	()	(3)	()	()	(2)	()	(3)	(8)	()
()	()	(3)	()	()	(2)	()	(3)	(8)	()
()	()	(1)	()	()	(2)	()	(4)	(4)	()
		1			1		3	2	
		1			2		4	4	
		1			2		4	4	
15	(50)	(1 285)	(5)	2	827	62	433	1 437	54

DESIGNAÇÃO	Capitais Prev. Favor Pessoas Certas 4%	Capitais p/ Jovens 4%	Montepio Proteção 18-30 3%	Capitais Diferidos Cobertura Adicional 4%	Capitais p/ Estudos 4%	Capitais Temporários Invalidez 4%
Proveitos Inerentes a Associados		1 657	5 464	8	315	2
Jóias						
Quotizações		1 656	5 463	8	315	2
Capitais Recebidos						
Rendas Vitalícias						
Outros Proveitos Inerentes a Associados		1	1			
<i>dos quais: Participação Recebida das Modalidades (*)</i>						
Rendas Temporárias						
Custos Inerentes a Associados	()	(5 118)	(1 006)	(15)	(676)	(1)
Prestações a Associados nas Modalidades		(326)	(4)			
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades		(3 808)	(550)	(14)	(572)	
Melhorias de Benefícios		(536)	(14)	(1)	(69)	
Rendas Vitalícias						
Outros Custos Inerentes a Associados	()	(447)	(439)	()	(34)	(1)
<i>Participação p/ Fundo de Administração</i>	()	(63)	(34)	()	(11)	(1)
Rendas Temporárias						
1. Margem de Atividade Associativa		(3 461)	4 457	(7)	(361)	2
Redução Provisões Matemáticas		5 152	1 025	15	1 122	2
Aumento de Provisões Matemáticas	()	(2 934)	(6 043)	(8)	(1 054)	()
2. Variação de Provisões Técnicas	()	2 219	(5 018)	7	69	2
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital		27				
Outros Rendimentos e Gastos		622	146	1	47	5
Outros Gastos e Perdas		(47)	(13)	()	(4)	()
4. Outros Resultados de Exploração		574	133	1	42	5
5. Juros e Rendimentos Similares	1	494	357	1	112	5
6. Juros e Encargos Similares		(11)	(13)	()	(1)	()
7. Resultados de Ativos avaliados ao Justo Valor, através de resultados		28	(1)		7	
8. Resultados de Ativos Financeiros, disponíveis para Venda		709	271	2	137	()
9. Custos Administrativos		(1)	(2)	()	()	()
Gastos Gerais Administrativos		(1)	(2)	()	()	()
Custos com o Pessoal						
10. Gastos de Depreciação e Amortização		(2)	(1)	()	()	()
11. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações		1				
12. Imparidades Líquidas de Reversões		2	1			
Outros Ativos		2	1			
Ativos Financeiros						
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1	579	187	4	6	13

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

Montepio Proteção Invalidez 3%	Subsídio p/ Morte 4%	Subsídio p/ Morte Lutuosa Nacional 4%	Rendas Certas /Pensão de Modalidades Coletivas - 4%	Rendas Temporárias 3%	Rendas Vitalícias + Pensões Modal. Capitalização 4%	Rendas Vitalícias + Pensões Modal. Capitalização 6%	Rendas Vitalícias + Pensões Modal. Capitalização 3%	Subtotal	Fundo Montepio Egitaniense
1	24			212			1 350	94 746	2
1	24							93 172	2
							1 350	1 350	
				212				13	
								212	
()	(56)	()	(18)	(43)	(2 185)	(160)	(930)	(66 612)	
	(25)		(18)		(340)	(2)	(469)	(6 142)	
	(20)							(40 879)	
					(37)	(1)	(12)	(5 951)	
()	(11)	()	()	(1)	(1 766)	(155)	(429)	(2 349)	
()	(4)	()	()	(1)	(42)	(2)	(20)	(10 248)	
				(1)	(42)	(2)	(20)	(958)	
				(43)				(43)	
1	(32)	()	(18)	168	(2 185)	(160)	420	29 134	2
	48		12	28	898	122	666	66 461	
()	(50)	()		(212)	(1 393)	(11)	(1 427)	(119 586)	
()	(1)		12	(183)	(495)	111	(761)	(53 125)	
					13			276	
	33	1	11	2	365	17	165	6 532	6
	(3)	()	(1)		(31)	(1)	(14)	(556)	()
	30	1	10	2	333	15	150	5 975	5
	34	1		9	408	30	139	10 150	3
()	()		()	()	(5)	()	(3)	(153)	()
					59	73		416	
	31			4	438	22	170	12 078	
()	()	()	()	()	(1)	()	(1)	(29)	(32)
	()	()	()	()	(1)	()	(1)	(29)	(32)
	()	()	()		(2)	()	(1)	(27)	()
					1			17	
					2	(101)	1	(1 732)	
					2		1	28	
						(101)		(1 760)	
1	61	1	4		(1 433)	(10)	116	2 981	(22)

DESIGNAÇÃO	Montepio Proteção Crédito à Habitação	Montepio Proteção Outros Encargos	Montepio Proteção Crédito Individual	Subtotal	Montepio Poupança Complementar	Capitais de Garantia
Proveitos Inerentes a Associados	21 738	439	11	22 190	269 774	222
Jóias						
Quotizações	21 738	439	11	22 190		222
Capitais Recebidos					267 930	
Rendas Vitalícias						
Outros Proveitos Inerentes a Associados					1 844	
<i>dos quais: Comparticipação Recebida das Modalidades (*)</i>						
Rendas Temporárias						
Custos Inerentes a Associados	(8 250)	(64)	(3)	(8 318)	(163 291)	(10)
Prestações a Associados nas Modalidades						
Capitais Vencidos a Associados nas Modalidades					(160 836)	(8)
Melhorias de Benefícios						
Rendas Vitalícias						
Outros Custos Inerentes a Associados	(8 250)	(64)	(3)	(8 318)	(2 456)	(2)
<i>Comparticipação pl Fundo de Administração</i>	(550)	(63)	()	(613)	(2 446)	(2)
Rendas Temporárias						
1. Margem de Atividade Associativa	13 487	375	8	13 873	106 482	212
Redução Provisões Matemáticas					160 836	
Aumento de Provisões Matemáticas					(267 930)	
2. Variação de Provisões Técnicas					(107 094)	
3. Rendimentos de Instrumentos de Capital	513	289		802	1 519	
Outros Rendimentos e Gastos	324			329	22 668	()
Outros Gastos e Perdas	(30)			(31)	(1 954)	
4. Outros Resultados de Exploração	293			299	20 714	()
5. Juros e Rendimentos Similares	143	13	1	159	11 021	31
6. Juros e Encargos Similares	()	()	()	()	(175)	(2)
7. Resultados de Ativos avaliados ao Justo Valor, através de resultados	232	(4)		228	1 445	
8. Resultados de Ativos Financeiros, disponíveis para Venda	93		()	93	4 088	1
9. Custos Administrativos	(154)	()		(186)	(48)	()
Gastos Gerais Administrativos	(154)	()		(186)	(48)	()
Custos com o Pessoal						
10. Gastos de Depreciação e Amortização				()	(95)	
11. Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	(1 412)			(1 412)	(6 436)	()
12. Imparidades Líquidas de Reversões	(3 018)			(3 018)	(11 148)	()
Outros Ativos	(2 079)			(2 079)	(2 624)	()
Ativos Financeiros	(939)			(939)	(8 523)	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	10 178	673	8	10 837	20 274	242

(*) Estes valores não se encontram refletidos na Demonstração de Resultados do MGAM, uma vez que correspondem a movimentos internos entre Modalidades, Fundos e Rendas.

(milhares de euros)

Benefícios Solidariedade Associativa	Montepio Poupança Reforma	Modalidades Coletivas	Montepio Capital Certo	Invalidez Modalidades Coletivas	Fundo Bolsas de Estudo	Fundo de Administração	Fundo de Reserva	TOTAL
10 762	6 326	1 196	563 276			10 738 644		979 230 644
10 759								126 343
	6 279	1 196	560 848					836 253
								1 350
2	47		2 428			10 093		14 428
						10 093		10 093
								212
(1 927)	(5 151)	(621)	(202 604)	()				(447 532)
								(6 142)
(228)	(4 992)	(604)	(195 142)					(402 689)
								(5 951)
								(2 349)
(1 699)	(158)	(16)	(7 462)	()				(30 358)
	(158)	(16)	(5 900)	()				(10 093)
								(43)
8 835	1 175	576	360 673			10 738		531 698
	4 992	604	195 142					428 035
	(6 279)	(1 196)	(619 253)					(1 014 245)
	(1 287)	(592)	(424 112)					(586 210)
27	47						290	2 961
921	730	88			17		1 664	32 950
(3 906)	(63)	(8)			(1)	(8)	(142)	(6 669)
(2 985)	667	80			15	(8)	1 522	26 282
202	1 038	211	69 931		3	69	1 298	94 113
(21)	(10)	(10)	()	()	()		(11)	(382)
(46)	31	3	(88)				(97)	1 892
142	1 011	158	1 737				1 143	20 451
(2 549)	(4)	()	()	()	()	(10 759)	(2)	(13 578)
(2 549)	(4)	()	()	()	()	(8 044)	(2)	(10 863)
						(2 715)		(2 715)
(3)	(3)	()			()		(7)	(135)
2	2						(8 857)	(16 684)
(18)	(1 362)	(256)					(1 414)	(18 947)
(345)	(171)						(1 414)	(6 604)
327	(1 191)	(257)						(12 343)
3 586	1 305	170	8 140	1	18	40	(6 134)	41 461

14.5. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS DAS MODALIDADES ASSOCIATIVAS E RENDAS E RENDIMENTO DE BENEFÍCIOS

TABELA 1 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES ATUARIAIS ABERTAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Modalidades de Previdência Abertas					
Montepio Proteção Vida	61 737			3 087	
Montepio Proteção 5 em 5	1 437 444			71 872	
Montepio Proteção 18-30	186 987			9 349	
Montepio Pensões de Reforma	69 434			3 472	
Montepio Proteção Invalidez	1 132			57	
Capitais Garantia (*)	241 959			12 098	
Invalidez Modalidades Coletivas (*)	611			31	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas	4 044			202	
TOTAL	2 003 348			100 191	

(*) Coberturas Complementares.

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Permanentes Distribuíveis (1)	Resultados Distribuídos (Custo Melhorias)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Modalidades de Previdência Abertas				
Montepio Proteção Vida	58 650	872	57 778	
Montepio Proteção 5 em 5	1 365 572	103 413	1 262 159	
Montepio Proteção 18-30	177 638	21 981	155 656	
Montepio Pensão de Reforma	65 962	5 157	60 805	
Montepio Proteção Invalidez	1 075	4	1 071	
Capitais Garantia (*)	229 861		229 861	
Invalidez Modalidades Coletivas (*)	581		581	
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas	3 842		3 842	
TOTAL	1 903 181	131 428	1 771 753	

(1) Depois de efetuada a dotação para o Fundo de Reserva Geral (5%).

(*) Coberturas Complementares.

(euros)

DESIGNAÇÃO	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2014 (1)	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades de Previdência Abertas			
Montepio Proteção Vida	57 778	277 373	335 151
Montepio Proteção 5 em 5	1 262 159	7 211 315	8 473 474
Montepio Proteção 18-30	155 656	880 009	1 035 665
Montepio Pensões de Reforma	60 805	462 891	523 696
Montepio Proteção Invalidez	1 071	4 203	5 274
Capitais Garantia (*)	229 861	1 119 342	1 349 203
Invalidez Modalidades Coletivas (*)	581	18 085	18 665
Rendas Certas/Pensão de Modalidades Coletivas	3 842	46 151	49 992
TOTAL	1 771 753	10 019 368	11 791 121

(1) Incorpora o montante de Resultados Transitados distribuído em resultado da alteração da política contabilística de valorização das Propriedades de Investimento.

(*) Coberturas Complementares.

TABELA 2 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES ATUARIAIS FECHADAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reposição
Modalidades de Previdência Encerradas						
<u>Taxa Técnica – 6%</u>						
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas (*)	1 783 059			89 153		1 693 906
P. R. – Adicional de Invalidez	14 603			730		
<u>Taxa Técnica – 4%</u>						
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas (*)	(165 734)		(165 734)			
Pensão de Reforma (TV 88/90) + Rest. Quotas (*)	270 615			13 531		257 084
P. R. – Adicional de Invalidez	1 693			85		
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	1 070			54		
Capitais de Previdência	827 030			41 351		
Capitais Diferidos c/ Opção	433 406			21 670		
Capitais p/ Jovens	578 767			28 938		
Capitais p/ Estudos	5 894			295		
Subsídio p/ Morte	60 765			3 038		
Capitais Previdência a Prazo	54 441			2 722		
Pensão Sobrevivência e Dotes	(1 285 298)		(1 285 298)			
Pensão p/ Deficientes	(50 060)		(50 060)			
Capitais Temporários Invalidez	13 194			660		
Rendas Sobrevivência	2 273			114		
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	3 620			181		
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	575			29		
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	(4 706)		(4 706)			
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	1 486			74		
TOTAL	2 546 692	0	(1 505 799)	202 625	0	1 950 991

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento), estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjuntas.

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Permanentes Distribuíveis (1)	Resultados Distribuídos (Custo Melhorias)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Modalidades de Previdência Encerradas				
<u>Taxa Técnica – 6%</u>				
Pensão de Reforma + Retituição de Quotas (*)				
P. R. – Adicional de Invalidez	13 873		13 873	
<u>Taxa Técnica – 4%</u>				
Pensão de Reforma + Retituição de Quotas (*)				
Pensão de Reforma (TV 88/90) + Rest. Quotas (*)				
P. R. – Adicional de Invalidez	1 609		1 609	
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	1 017		1 017	
Capitais de Previdência	785 678		785 678	
Capitais Diferidos c/ Opção	411 735		411 735	
Capitais p/ Jovens	549 828		549 828	
Capitais p/ Estudos	5 599		5 599	
Subsídio p/ Morte	57 727		57 727	
Capitais Previdência a Prazo	51 719		51 719	
Pensão Sobrevivência e Dotes	0		0	
Pensão p/ Deficientes	0		0	
Capitais Temporários Invalidez	12 534		12 534	
Rendas Sobrevivência	2 159		2 159	
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	3 439		3 439	
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	547		547	
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	0		0	
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	1 412		1 412	
TOTAL	1 898 876		1 898 876	

(1) Depois de efetuada a Dotação para o Fundo de Reserva Geral (5%).

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento), estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta.

(euros)

DESIGNAÇÃO	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2014 (1)	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades de Previdência Encerradas			
<u>Taxa Técnica – 6%</u>			
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas (*)		7 668 590	7 668 590
P. R. – Adicional de Invalidez	13 873	213 635	227 509
<u>Taxa Técnica – 4%</u>			
Pensão de Reforma + Restituição de Quotas (*)	(165 734)	1 605 614	1 439 879
Pensão de Reforma (TV 88/90) + Rest. Quotas (*)		1 087 303	1 087 303
P. R. – Adicional de Invalidez	1 609	39 406	41 015
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	1 017	6 820	7 837
Capitais de Previdência	785 678	15 817 351	16 603 029
Capitais Diferidos c/ Opção	411 735	26 867 851	27 279 587
Capitais p/ Jovens	549 828	11 163 584	11 713 413
Capitais p/ Estudos	5 599	451 494	457 093
Subsídio p/ Morte	57 727	1 005 760	1 063 487
Capitais Previdência a Prazo	51 719	1 179 381	1 231 100
Pensão Sobrevivência e Dotes	(1 285 298)	3 108 354	1 823 056
Pensão p/ Deficientes	(50 060)	174 330	124 270
Capitais Temporários Invalidez	12 534	354 534	367 068
Rendas Sobrevivência	2 159	241 104	243 263
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	3 439	39 653	43 092
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	547	8 290	8 836
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	(4 706)	22 964	18 258
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	1 412	23 585	24 997
TOTAL	393 077	71 079 604	71 472 681

(1) Incorpora o montante de Resultados Transitados distribuído em resultado da alteração da política contabilística de valorização das Propriedades de Investimento.

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento), estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta.

TABELA 3 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Rendas Vitalícias					
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 6%) – Encerrada	(9 684)		(9 684)		
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 4%) – Encerrada	(1 433 155)		(1 433 155)		
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 3%) – Ativa	115 543			5 777	
TOTAL	(1 327 297)			5 777	0

(1) Pensões MC – Pensões Modalidades de Capitalização (engloba as Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma). Estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta a partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).

Rendas Temporárias					
Rendas Temporárias (Tx Técn – 3%) – Ativa	478			24	
TOTAL	478			24	0

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Permanentes Distribuíveis (?)	Resultados Distribuídos (Custo Taxa de Atualização)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Excedentes Técnicos (-) Utilização
Rendas Vitalícias				
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 6%) – Encerrada	0	0	0	
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 4%) – Encerrada	0	0	0	
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 4%) – Ativa	109 766	11 218	98 548	
TOTAL	109 766	11 218	98 548	

(1) Pensões MC – Pensões Modalidades de Capitalização (engloba as Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma). Estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta a partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).

(2) Depois de efetuada a contribuição para o Fundo de Reserva Geral (5%).

Rendas Temporárias					
Rendas Temporárias – Ativa	454	362	91		
TOTAL	454	362	91		

(euros)

DESIGNAÇÃO	Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2014 (?)	Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Rendas Vitalícias			
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 6%) – Encerrada	(9 684)	66 305	56 621
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 4%) – Encerrada	(1 433 155)	1 480 031	46 875
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 4%) – Ativa	98 548	1 294 142	1 392 690
TOTAL	(1 344 291)	2 840 478	1 496 186

(1) Pensões MC – Pensões Modalidades de Capitalização (engloba as Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma). Estas Modalidades passaram a ter uma gestão conjunta a partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios).

(2) Incorpora o montante de Resultados Transitados distribuído em resultado da alteração da política contabilística de valorização das Propriedades de Investimento.

Rendas Temporárias					
Rendas Temporárias (Tx Técn) – Ativa	91	9 180	9 272		
TOTAL	91	9 180	9 272		

TABELA 4 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DOS FUNDOS DISPONÍVEIS – MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Excedentes Técnicos (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Modalidades de Capitalização				
Montepio Poupança Reforma	1 305 081		65 254	
Montepio Poupança Complementar	20 273 949		1 013 697	
Modalidade Coletivas	169 741		8 487	
Montepio Capital Certo (MCC)	8 140 487	(340 988)	848 148	
TOTAL	29 889 258	(340 988)	1 935 586	0

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Próprios Distribuíveis (1)	Resultados Distribuídos (Custo do Complemento)	Excedentes Técnicos (+) Reforço	Fundo Reserva de Estabilização (-) Utilização
Modalidades de Capitalização				
Montepio Poupança Reforma	1 239 827	2 144 085		(904 258)
Montepio Poupança Complementar	19 260 252	32 912 126		(13 651 874)
Modalidade Coletivas	161 254	225 230		(63 976)
Montepio Capital Certo (MCC)	7 633 328		6 965 666	
TOTAL	28 294 660	35 281 441	6 965 666	(14 620 109)

(1) Depois de efetuada a Dotação para o Fundo de Reserva Geral (10% na modalidade MCC e 5% nas restantes modalidades).

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundo Reserva de Estabilização/Excedentes Técnicos (-) Utilização (+) Reforço	Fundo Reserva de Estabilização/Excedentes Técnicos em 31.DEZ.2014 (2)	Fundo Reserva de Estabilização/Excedentes Técnicos (após Distribuição de Resultados)
Modalidades de Capitalização			
Montepio Poupança Reforma	(904 258)	7 392 578	6 488 320
Montepio Poupança Complementar (1)	(13 651 874)	113 713 839	100 061 964
Modalidade Coletivas	(63 976)	415 171	351 195
Montepio Capital Certo (MCC) (2)	6 965 666	10 876 687	17 842 353
TOTAL	(7 654 443)	132 398 275	124 743 832

(1) Este deficit será coberto através do recurso extraordinário à Reserva de Estabilização de Resultados da Modalidade.

(2) Ao longo de 2014, venceram-se três Séries desta Modalidade, que tinham sido emitidas em 2009, pelo que a verba acumulada em Excedentes Técnicos foi reduzida na proporção dos montantes que foram atribuídos aos associados (Capital e Juro).

(3) Incorpora o montante de Resultados Transitados distribuído em resultado da alteração da política contabilística de valorização das Propriedades de Investimento.

TABELA 5 – APLICAÇÃO DOS SALDOS ANUAIS DO FUNDOS DISPONÍVEIS – FUNDOS DIVERSOS

(euros)

DESIGNAÇÃO	Saldos Anuais dos Fundos Disponíveis	Fundo Próprio (-) Utilização	Reserva Legal (+) Reforço	Reserva Legal (-) Utilização
Fundos Diversos				
Fundo de Reserva Legal	(6 133 864)	(6 133 864)		
Fundo Benefício Solidariedade Associativa	3 586 479			
Fundo de Administração	40 381			
Fundo Bolsas de Estudo	18 026			901
Fundo Montepio Egitanense	(21 778)	(21 778)		
Montepio Proteção Crédito à Habitação	10 177 807			5 597 794
Montepio Proteção Outros Encargos	673 086			370 198
Montepio Proteção Crédito Individual	8 383			4 611
TOTAL	8 348 521	(6 155 643)	0	5 973 504

(euros)

DESIGNAÇÃO	Fundos Próprios Distribuíveis (1)	Fundos Próprios (-) Utilização (+) Reforço	Fundos Próprios e Reserva Geral em 31.DEZ.2014 (3)	Fundos Próprios e Reserva Geral (após Distribuição de Resultados)
Modalidades de Capitalização				
Fundo de Reserva Legal (2)		4 361 483	248 453 546	252 815 029
Fundo Benefício Solidariedade Associativa	3 586 479		64 414 241	68 000 720
Fundo de Administração	40 381		333 460	373 841
Fundo Bolsas de Estudo	17 125		1 075 564	1 092 689
Fundo Montepio Egitanense	0	(21 778)	344 286	322 508
Montepio Proteção Crédito à Habitação	4 580 013		57 250 765	61 830 778
Montepio Proteção Outros Encargos	302 889		6 407 006	6 709 895
Montepio Proteção Crédito Individual	3 773		36 593	40 366
TOTAL	8 530 660	4 339 705	378 315 462	391 185 827

(1) Depois de efetuada a Dotação para o Fundo de Reserva Geral (67% nas Modalidades de Proteção Encargos e 5% nas restantes modalidades). O Fundo de Administração e o Fundo de Solidariedade Associativa não contribuem para o Fundo de Reserva Geral.

(2) A este valor acresce, ainda, a Dotação Anual das Modalidades e, também, a Reposição e a Utilização de valores pelas várias modalidades.

(3) Incorpora o montante de Resultados Transitados distribuído em resultado da alteração da política contabilística de valorização das Propriedades de Investimento.

Nos últimos anos, a atribuição de Melhorias às Modalidades de Previdência, a Atualização das Rendas Vitalícias e Rendas Temporárias e a atribuição de Rendimento Complementar às Modalidades de Capitalização, foi a seguinte:

TABELA 6 – ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS – MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ABERTAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2008		Melhorias 2009		Melhorias 2010	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Previdência Abertas						
<u>Taxa Técnica – 3%</u>						
Montepio Proteção Vida	1,00%	9	1,00%	146	1,00%	3 182
Montepio Proteção 5 em 5	1,00%	32 371	1,00%	113 135	1,00%	240 255
Montepio Proteção 18-30	1,00%	4 416	1,00%	19 435	1,00%	46 878
Montepio Pensões de Reforma	1,00%	1 155	1,00%	3 751	1,00%	9 227
Pensões de Capitais de Reforma (*)	1,00%	23 665	1,00%	31 411	1,00%	36 654
Pensões de Poupança de Reforma (*)	–	–	–	–	1,00%	67
Montepio Proteção Invalidez	1,00%	2	1,00%	5	1,00%	18

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas Modalidade passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Rendas Vitalícias.

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2011		Melhorias 2012		Melhorias 2013		Melhorias 2014	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Previdência Abertas								
<u>Taxa Técnica – 3%</u>								
Montepio Proteção Vida	1,00%	4 502	0,50%	3 118	0,50%	3 738	0,10%	872
Montepio Proteção 5 em 5	1,00%	440 737	0,50%	302 465	0,50%	380 283	0,10%	103 413
Montepio Proteção 18-30	1,00%	83 441	0,50%	63 032	0,50%	83 955	0,10%	21 981
Montepio Pensões de Reforma	1,00%	14 734	0,50%	15 366	0,50%	19 626	0,10%	5 157
Pensões de Capitais de Reforma (*)	1,00%	40 696	0,50%	24 401	0,50%		0,10%	
Pensões de Poupança de Reforma (*)	1,00%	279	0,50%	307	0,50%		0,10%	
Montepio Proteção Invalidez	1,00%	33	0,50%	21	0,50%	18	0,10%	4

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas Modalidade passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Renditas Vitalícias.

TABELA 7 – ATRIBUIÇÃO DE MELHORIAS – MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA ENCERRADAS A NOVAS SUBSCRIÇÕES

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2008		Melhorias 2009		Melhorias 2010	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Previdência Encerradas						
<u>Taxa Técnica – 6%</u>						
Pensão de Reforma	–		–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez	–		–		–	
Pensões de Capitais de Reforma (*)	–		–		–	
<u>Taxa Técnica – 4%</u>						
Pensão de Reforma	–		–		–	
Pensão de Reforma (TV 88/90)	–		–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez	–		–		–	
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	–		–		–	
Pensões de Capitais de Reforma (*)	–		–		–	
Capitais de Previdência	0,50%	177 590	0,50%	180 028	0,25%	91 132
Capitais Diferidos c/ Opção	0,50%	552 136	0,50%	557 918	0,25%	274 860
Capitais p/ Jovens	0,50%	186 136	0,50%	180 643	–	
Capitais p/ Estudos	0,50%	26 965	0,50%	28 669	–	
Subsídio p/ Morte	0,50%	8 409	0,50%	8 192	0,25%	4 114
Capitais Previdência a Prazo	0,50%	9 030	0,50%	7 539	0,25%	3 609
Pensão Sobrevivência e Dotes	0,00%		0,25%	53 152	–	
Pensão p/ Deficientes	0,50%	2 117	0,50%	2 322	0,25%	1 241
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	0,50%	6	0,50%	3	–	
Capitais Temporários Invalidez	0,50%	266	0,50%	200	0,25%	80
Rendas Sobrevivência	0,50%	2 770	0,50%	2 968	0,25%	1 933
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	0,50%	263	0,50%	265	0,25%	130
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	0,50%	85	0,50%	87	0,25%	45
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	0,50%	355	0,50%	325	0,25%	149
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	0,50%	84	0,50%	85	0,25%	43

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas Modalidade passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Renditas Vitalícias.

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Melhorias 2011		Melhorias 2012		Melhorias 2013		Melhorias 2014	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Previdência Encerradas								
Taxa Técnica – 6%								
Pensão de Reforma	–	–	–	–	–	–	–	–
P. R. – Adicional de Invalidez	–	–	–	–	–	–	–	–
Pensões de Capitais de Reforma (*)	–	–	–	–	–	–	–	–
Taxa Técnica – 4%								
Pensão de Reforma	–	–	–	–	–	–	–	–
Pensão de Reforma (TV 88/90)	–	–	–	–	–	–	–	–
P. R. – Adicional de Invalidez	–	–	–	–	–	–	–	–
P. R. – Adicional de Invalidez (TV 88/90)	–	–	–	–	–	–	–	–
Pensões de Capitais de Reforma (*)	–	–	–	–	–	–	–	–
Capitais de Previdência	–	–	–	–	–	–	–	–
Capitais Diferidos c/ Opção	–	–	–	–	–	–	–	–
Capitais p/ Jovens	–	–	–	–	–	–	–	–
Capitais p/ Estudos	–	–	–	–	–	–	–	–
Subsídio p/ Morte	–	–	–	–	–	–	–	–
Capitais Previdência a Prazo	–	–	–	–	–	–	–	–
Pensão Sobrevivência e Dotes	–	–	–	–	–	–	–	–
Pensão p/ Deficientes	–	–	–	–	–	–	–	–
Capitais Prev. Temp. Invalidez/Morte	–	–	–	–	–	–	–	–
Capitais Temporários Invalidez	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendas Sobrevivência	–	–	–	–	–	–	–	–
Capitais Diferidos Cobertura Adicional	–	–	–	–	–	–	–	–
Capitais Prev. Favor Pessoas Certas	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendas Vitalícias Favor Pessoas Certas	–	–	–	–	–	–	–	–
Pensão de Reforma – Estat. 1922	–	–	–	–	–	–	–	–
Pensão Invalidez/Reforma	–	–	–	–	–	–	–	–
Subsídio p/ Morte – Lutuosa Nacional	–	–	–	–	–	–	–	–

(*) A partir de Nov-2013 (com a entrada em vigor do Novo Regulamento de Benefícios), estas Modalidade passaram a ser geridas em conjunto com a Carteira de Rendas Vitalícias.

TABELA 8 – ATUALIZAÇÃO – RENDAS VITALÍCIAS E RENDAS TEMPORÁRIAS

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Atualização Melhorias 2008		Atualização Melhorias 2009		Atualização Melhorias 2010	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Rendas Vitalícias						
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada	–	–	–	–	–	–
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada	–	–	–	–	–	–
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Ativa	1,00%	17 413	1,00%	22 498	1,00%	31 302
Rendas Temporárias						
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Ativa	–	–	–	–	–	–

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Atualização Melhorias 2011		Atualização Melhorias 2012		Atualização Melhorias 2013		Atualização Melhorias 2014	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Rendas Vitalícias								
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 6%) – Encerrada	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 4%) – Encerrada	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendas Vitalícias + Pensões MC ⁽¹⁾ (Tx Técn – 4%) – Ativa	1,00%	40 624	0,50%	21 358	0,50%	51 440	0,10%	11 218
Rendas Temporárias								
Rendas Vitalícias (Tx Técn – 3%) – Ativa	–	–	–	–	0,50%	1 397	0,10%	362

(1) Pensões MC – Pensões Modalidades de Capitalização (engloba a gestão financeira das Pensões de Capitais de Reforma e Pensões de Poupança Reforma, a partir de 2013).

TABELA 9 – RENDIMENTO COMPLEMENTAR – MODALIDADES DE CAPITALIZAÇÃO

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Garantido 2008		Rendimento Garantido 2009		Rendimento Garantido 2010	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização						
Montepio Poupança Reforma	3,30%	1 594 866	0,68%	396 368	0,40%	280 032
Montepio Poupança Complementar	3,30%	44 014 347	[0,68%-2,25%]	15 202 494	[0,4%-2,25%]	8 555 366
Modalidade Coletivas	3,30%	224 492	0,68%	55 162	0,40%	33 708
Modalidade Capital Certo (MCC)	(a)	4 460 894	(a)	8 522 320	(a)	6 477 605

(a) De acordo com as Fichas Técnicas.

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Complementar 2008		Rendimento Complementar 2009		Rendimento Complementar 2010	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização						
Montepio Poupança Reforma	0,50%	241 354	2,07%	1 212 751	2,10%	1 470 169
Montepio Poupança Complementar (1)	0,50%	6 229 958	[0,5%-2,07%]	21 738 238	[0,25%-2,1%]	25 581 611
Modalidade Coletivas	0,50%	37 415	2,07%	168 436	2,10%	176 966
Modalidade Capital Certo (MCC)	N.A.		N.A.		N.A.	

N.A.: Não Aplicável (a atribuir no vencimento da Série).

(1) Taxa Média Ponderada (em função dos escalões das subscrições existentes). A partir de 28-Fev-2013 a taxa passou a ser única para todos os subscritores. Entre 2004 e 2009, não foi atribuído qualquer rendimento complementar às subscrições com rendimento garantido de 5,5%.

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Garantido 2011		Rendimento Garantido 2012		Rendimento Garantido 2013		Rendimento Garantido 2014	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização								
Montepio Poupança Reforma	0,65%	506 422	0,28%	224 839	0,052%	41 997	0,000%	0
Montepio Poupança Complementar	[0,65%-2,25%]	8 736 726	[0,29%-0,58%]	3 305 857	0,052%	595 139	0,000%	0
Modalidade Coletivas	0,65%	54 392	0,28%	22 804	0,052%	4 309	0,000%	0
Modalidade Capital Certo (MCC)	(a)	10 853 859	(a)	20 723 592	(a)	42 637 574	0,000%	0

(a) – De acordo com as Fichas Técnicas

(Custo em euros)

DESIGNAÇÃO	Rendimento Complementar 2011		Rendimento Complementar 2012		Rendimento Complementar 2013		Rendimento Complementar 2014	
	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo	Taxa	Custo
Modalidades de Capitalização								
Montepio Poupança Reforma	2,60%	2 028 358	2,97%	2 430 830	3,198%	2 653 107	2,500%	2 144 085
Montepio Poupança Complementar (1)	[1,00%-2,60%]	31 144 908	[2,67%-2,96%]	3 305 857	3,198%	38 226 798	2,500%	32 912 126
Modalidade Coletivas	2,60%	217 856	2,97%	258 023	3,198%	263 998	2,500%	225 230
Modalidade Capital Certo (MCC)	N.A.		N.A.		N.A.		N.A.	

N.A.: Não Aplicável (a atribuir no vencimento da Série).

(1) Taxa Média Ponderada (em função dos escalões das subscrições existentes). A partir de 28-Fev-2013 a taxa passou a ser única para todos os subscritores.

14.6. CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
1. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO		
ABÓBODA – Estrada de Polima – Fase 2 – Piso Zero R/C, Loja B	356	39
ÁGUEDA – Rua Comandante Pinho e Freitas, 42	213	18
ALBERGARIA-A-VELHA – Rua 25 de Abril, 9 R/C	368	40
ALBUFEIRA – Rua Pedro Álvares Cabral, 26, Loja – Cerro Lagoa	170	0
ALCAINS – Largo Santo António, 11	105	7
ALFRAGIDE – Corpo D, Rua Alfredo Silva, Lote 11	4 980	426
– Urb. Quinta Grande, 60 – R/C Esq.	458	36
– Rua A Lt. 11 – Corpos A/B – C/D	4 219	335
ALGÉS – Rua de Olivença, 9 A	439	34
– Rua João Chagas, 53/53 G 5	5 467	410
ALHANDRA – Av. Afonso de Albuquerque	265	22
– Rua Augusto Marcelino Chamusco, 5	23	0
– Rua Dr. Miguel Bombarda, 109	91	0
– Rua Dr. Miguel Bombarda, 111	73	0
– Rua Dr. Miguel Bombarda, 113	117	0
– Rua Dr. Miguel Bombarda, 115	73	0
– Rua Passos Manuel, 128	99	0
– Rua Passos Manuel, 132/R Dr Miguel Bombarda, 119	363	0
– Rua Passos Manuel, 134/R Augusto Marc. Chamusco, 1	139	0
– Rua Passos Manuel, 136/R Augusto Marc. Chamusco, 3	334	9
– Rua Passos Manuel, 138	149	0
– Rua Passos Manuel, 140/R. Aug. Marcel. Chamusco, 7	89	0
ALMADA – Rua Capitão Leitão, 83	1 438	86
– Rua Galileu Saúde Correia, 11-B R/C e 16-A, Loja	843	67
– Rua Padre António Vieira, 46 – R/C	647	51
ALMEIRIM – Praça da República, 36/36A/37A	607	47
ALPENDURADA – Av. Dr. F. Sá Carneiro. Ed. Memorial Center – Bl. A – R/C	315	35
ALVERCA – Av. Cap. Almeida Meleças, 46 – R/C	255	22
– Rua José António Viríssimo da Silva, 1 e 2	431	36
AMADORA – R. Actor António Silva, 7-B R/C Dto. – Venda Nova	694	69
AMADORA – Rua Elias Garcia, 279 Fr B e Fr C	501	39
– Av. Artur Semedo Lt 69, Loja A, Vila Chã	288	23
AMARANTE – Av. 1.º de Maio, Lote 18	281	24
AMORA – Av. Movimento Forças Armadas, Loja 2	276	23
ANGRA DO HEROÍSMO – Ladeira da Pateira – Posto Santo	14	0
– Rua de São João, 106 – 114	336	26
ARCOS DE VALDEVEZ – Pr. Salvador Álvares Pereira, 43/R. Nunes Azevedo	402	40
ARMACAO DE PÊRA – Rua da Panasqueira, Lt 8 – Loja A	401	27
AVEIRO – Av.Dr.Lourenço Peixinho, 16/18 «G» (Dep. Regional)	111	35
– Av. Dr. Lourenço Peixinho, 16 – 18	111	11
– Rua Angola, 22 – 1.º	790	64
– R. Cónego Maia, 196 R/C Esq.	324	32
AVEIRO – Rua Alberto Souto, 23 – 25	394	33
BAIXA DA BANHEIRA – R. Jaime Cortesão, 24, R/C Dto. – C/V	459	46
BARREIRO – Rua Alfredo da Silva, 47 / 53	480	43
– Rua Inst. Ferroviar Sul/Sueste,7-B	200	0
– Urbanização Quinta dos Lóios, Lote 2	117	10
BRAGA – Largo Senhora-a-Branca, 8/11	439	53
– Praça da Justiça, 191,192,195/7, Loja 1/2	431	45
– Rua do Caires, 291/309	16	2
– Rua do Caires, 285 – Bloco A – Loja 1 R/C	450	40
– Rua S. Vicente, 174/176	359	39
– Rua do Souto, 65/71	1 537	143
– R. do Regimento da Infantaria, 8/R, São Vicente, 167	1 188	0
BRAGANÇA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 3	734	80

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
CACÉM – Praça das Comunidades	185	11
– Rua Elias Garcia, 153/155 R/C Esq.	477	52
CALDAS DAS TAIPAS – Rua Banda da Música, 272	236	21
– Loteamento Vinha das Coxas	2 253	0
CÂMARA DE LOBOS-MADEIRA – R. Dr. João Abel Freitas, 29/31	378	41
CARTAXO – Rua Combatentes Ultramar, 1 R/C	656	52
CARVALHOS – Rua Gonçalves Castro, 186 – A	586	47
CASTELO BRANCO – Av. Liberdade, 7/13 / R. Rei D. Dinis, 2/10	787	23
– Praça Rainha D. Leonor, 4 – Loja	563	73
– Rua Sra. Piedade / Rua Cadetes Toledo, Lote 4	974	77
CHARNECA DA CAPARICA – Rua Ruy Furtado, 2-A – Palhais	712	71
CHAVES – Rua do Olival e Longas – C. Com. Charlot, R/C – Lj 6	0	3
– Rua Olival e Longas Lj 4 Fracção EP	377	29
COIMBRA – Rua João Machado, 100	169	-1
– Av. Sá da Bandeira, 81 R/C	633	63
– Lg. Miguel Bombarda, 39/53 / Couraça Estrela, 5	3 221	144
– Urbanizacao Adriano Lucas, Lt 3 R/C – Estrada da Beira	552	56
– Urbanizacao Quinta da Romeira	8 715	601
– Largo da Cruz de Celas	1 010	80
COSTA DA CAPARICA – Rua António Correia, 1 C/V	149	12
– Rua Gil Eanes, 2/2B	558	56
COVA DA PIEDADE – ALMADA – Rua Ivone Silva, 1/3 – Lj 1-2	599	46
COVAS – Urbanização Vila das Trofas, Lote 7	264	24
COVILHÃ – Edifício Monteverde, Lote 1 – Loja A	508	51
CUCUJÃES – Rua Clube Desportivo de Cucujães, Lote 10	143	13
DAMAIA – Av. D. Carlos I, 7-7B / Rua José Estêvão, 11-Loja	518	77
ELVAS – Rua da Cadeia, 17/17A	671	57
ENTRONCAMENTO – Rua 5 de Outubro	366	31
ERICEIRA – Estrada Nacional, 247 – Edifício Garden Park – Loja	432	43
ESMORIZ – Av. 29 de Março, 638/652	169	15
ESTREMOZ – Praça Luis de Camões, 61 – R/C	572	48
– Rua Alcaçarias, 42	59	3
– Rua Alcaçarias, 44	121	6
– Rua Alcaçarias, 46	51	2
– Rua Alcaçarias, 48	45	2
– Rua Alcaçarias, 50	46	2
– Rua Alcarcova Baixo, 4 / Praça do Giraldo, 50	1 240	46
– Rua Fernando Seno, 28	669	55
– Urb. Horta Porta – Av. Cidade Lisboa, 219	466	37
FAMALICÃO – Av. Marechal Humberto Delgado – Edifício Plaza, Loja 3	621	62
FARO – Rua Alportel, 20/22	1 478	141
– Rua Ataíde Oliveira, 81-A, Loja	610	55
– Rua Jornal Correio do Sul, 22 – Cv. / Dt.	527	47
– Rua José Matos, Urbanização Bom João, Lote 14 – 1.º E	30	0
– Rua Sol, 16/18	486	4
FÁTIMA – Rua Jacinta Marto, S/N, Loja Dta.	810	81
FIGUEIRA DA FOZ – Rua Bombeiros Voluntários, 15 – 21	508	43
FORTE DA CASA – Rua Alves Redol, 1 e 5 R/C	546	54
FUNCHAL – Rua Ferreiros, 270/274 / Rua 5 de Outubro, 91-A/D	831	91
– Rua Dr. João Brito Câmara – Frac. «A» e «B» (Caniço)	863	95
– Rua Dr. Francisco Peres, 26-B – Caniço	511	51
– Jardins Forum Plaza II – Piso 0 – Bloco 3	587	53
– Rua do Carmo, 86-90/R / Rua Anadia, 38/39	748	60
– Rua da Sé, 16 – 18	826	46
FUNDÃO – Rua Três Lagares, Lote 3	327	29
GONDOMAR – Rua Dom Afonso Henriques, 129 – Areosa	607	51
– Av. 25 de Abril, R/C	427	36

CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (CONTINUAÇÃO)

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
GANDARA – Rua 25 Abril, 438/438-A	372	30
GOUVEIA – Praça de S. Pedro, 7/9, Loja	539	46
GUARDA – Rua Vasco da Gama, 35	1 267	81
– Rua Vasco da Gama, 37	349	16
– Rua Mouzinho da Silveira, 38	291	11
– Rua Mouzinho da Silveira, 40	458	5
GUIMARÃES – Rua Dr. José Sampaio, Loja 10	205	17
– Alameda S. Dâmaso, Edifício S. Francisco Centro – Loja 1	691	83
– Lugar da Igreja, Lote 1, R/C Esq. E Dt.º	390	31
– Rua Teixeira de Pascoais, 123-A e 75, Loja e Escritório	570	57
INFANTADO – Av. das Descobertas — Lote 74 – Lojas 3 e 4	603	47
LAGES DO PICO – Rua de São Francisco	107	5
LAGOS – Urbaniz. Porta da Vila, Lote 1 R/C	380	42
LARANJEIRO – Rua Dr. António Elvas, 24 – A (Loja)	350	26
LEIRIA – Av. Marquês de Pombal, Lote 5, Lojas 3, 4, 5	612	73
– Rua Vasco da Gama, 5/15	2 374	206
– Rua Camilo Korrodi, 5	2 021	170
– Av. D. João III – Edifícios Terraços do Liz – Lote 1 – Piso 1	653	78
LINDA-A-VELHA – Rua Marcelino Mesquita, 9	746	82
LISBOA – Av. Almirante Reis, 237/237-B	2 172	10
– Av. António Augusto Aguiar, 124/124-B / R. Carlos Testa	5 251	189
– Av. do Brasil, 112	2 831	138
– Av. do Brasil, 112-C – loja	167	13
– Av. do Brasil, 114	2 147	65
– Av. do Brasil, 114-C – loja	184	0
– Av. do Brasil, 116	1 373	54
– Av. do Brasil, 118	1 988	50
– Av. do Brasil, 118-C – loja	184	0
– Av. do Brasil, 120	2 769	80
– Av. do Brasil, 120-C – loja	140	8
– Av. do Brasil, 122	2 591	29
– Av. do Brasil, 124	1 705	31
– Av. do Brasil, 124-C – loja	184	1
– Av. do Brasil, 126	2 726	76
– Av. do Brasil, 126-C – loja	184	0
– Av. do Brasil, 128	1 962	14
– Av. do Brasil, 130	1 399	32
– Av. do Brasil, 130-C – loja	265	21
– Av. do Brasil, 132	2 206	53
– Av. Defensores de Chaves, 40	2 925	67
– Av. João Crisóstomo, 26/28	6 012	-133
– Av. D. João II – Ed. Gil Eanes / Parque Expo (Est. Oriente)	2 663	184
– Av. Oscar Monteiro Torres, 8-A/B/C	694	-66
– Av. de Roma, 51/51-C 2	3 111	119
– Av. 24 de Julho, 60/60-A/60-K	2 810	81
– Calçada Ribeiro Santos, 1-A, 3 e 5	2 754	82
– Estrada de Benfica, 365/365A (S. Domingos de Benfica)	857	94
– Estrada de Benfica, 460-D (Fonte Nova)	1 299	97
– Praça João Rio, 7/7-A	2 043	7
– Rua 4 Infanteria, 85/85-H	2 836	105
– Rua Alexandre Braga, 19	1 196	41
– Rua da Graça, 2 A/B	333	25
– Rua do Carmo, 54/62	7 433	410
– Rua Almeida e Sousa, 20/20-A / R. Ferreira Borges, 97	2 806	155
– Rua Artur Lamas, 24	16	0
– Rua Artur Lamas, 26	190	1
– Rua Áurea, 219-241 – EDIFÍCIO SEDE	18 676	1 928
– Rua Áurea, 205/217 / Rua do Carmo, 26-52 – Edifício Grandella	29 288	1 898

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
– Alameda Linhas de Torres, 94 – A	462	37
– Rua Vale de Santo António, 74	480	-1
– Rua do Centro Cultural, 12/12-B	2 622	259
– Rua dos Fanqueiros, 183/189	626	13
– Rua Ferreira Borges, 183/183-C	2 362	90
– Rua Garrett, 37/51 / Rua Ivens, 66/76	993	61
– Rua General Firmino Miguel, 5/5-A/5-B/5-C	4 153	399
– Rua da Graça, 2-F, Loja	227	23
– Rua Inácio Sousa, 19	770	19
– Rua Inácio Sousa, 21	786	18
– Rua Inácio Sousa, 23	633	10
– Rua João Ortigão Ramos, 34/34-B – Pedralvas	704	70
– Rua Latino Coelho, 85/85-A	1 135	-2
– Rua Leite Vasconcelos, 78/78-C	1 302	-6
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2-A/ Av. Rio de Janeiro	589	4
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 2	1 031	25
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 4	1 083	32
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 6	795	15
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 8	1 269	51
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 10	1 550	51
– Rua Maria Amália Vaz de Carvalho, 12	1 486	62
– Rua Manuel Jesus Coelho, 1/1 – B / Rua de S. José, 213	4 555	314
– Rua Padre Américo, 27 – Carnide	707	70
– Rua da Prata, 76/86	2 548	44
– Rua Sebastião Saraiva Lima, 64	857	-2
– Rua Sousa Loureiro, 10 cave	84	10
– Travessa das Verduras, 6 – CV Dto./Esq.	191	0
– Rua Amílcar Cabral, 11	1 035	61
– Rua José Duro, 25 – C/D	315	18
– Av. Liberdade – Garagem (C.C. LIBERSIL)	147	8
– Rua Tomás Ribeiro, 6 – C	397	25
– Rua Augusta, 206	11 270	727
– Av. da República, 60	593	52
– Av. Marques de Tomar, 5 – A	665	49
– Rua de Campolide, 55 B/C	396	27
– Rua Castilho, 5	36 270	1 291
– Rua Mariano Pina, 7 a 7-C (Fracção A)	511	47
– Av Infante D. Henrique, 342 a 342 C	6 300	-1
LOULÉ – Av. 25 de Abril, Bloco A – R/C	396	31
LOURES – Rua da República 64 / 66	568	45
LOURINHÃ – Rua Actor António José Almeida, n.º 11-B – R/C	586	40
LOUSADA – Av. General Humberto Delgado, 146	222	20
MACEDO CAVALEIROS – Rua do Mercado, Loja 3 – Piso 1	600	54
MADALENA – Largo Jaime Ferreira, 1 – Pico (Antigo Lq. Matriz)	277	27
MAFRA – Av. 25 Abril, 13 – 13 D, R/C (Fracção B e C)	519	52
– Av. da Liberdade, 3-A – Loja 3	73	0
MAIA – Rua Augusto Simões, 1433 – R/C	650	55
– Rua Nova dos Altos, 13 – Parqueamento – Vermoim	29	3
MALVEIRA – Rua 25 de Abril, Loja 5 – R/C – Alagoa Pequena	505	50
MANGUALDE – Rua 1.º de Maio, Bl 2, R/C	477	50
MARCO DE CANAVEZES – Ed. Triunfo, lote 6 – Lojas 14 e 16	554	55
– Rua Amália Rodrigues, 242	276	25
MARINHA GRANDE – Av. Vítor Galo, 13 R/C e Cave	420	46
MASSAMÁ – Pr. Francisco Martins, 6/6-D, Loja 45	130	-3
– Rua Direita Massamá, 120 – Lj 5	496	41
MEALHADA – Av. Dr. Manuel Lousada	177	16
MIRANDELA – Av. Amoreiras, 191/199, Loja K	421	46
MOITA – Mercado Municipal, Loja 28	106	9

CARTEIRA DE IMÓVEIS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (CONTINUAÇÃO)

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
MONTEMOR-O-NOVO – Av. Gago Coutinho, 10/12	342	28
MONTIJO – Av. Pedro Nunes, Afonsoeiro	10 341	776
MOSCAVIDE – Av. Moscavide, 30 / 48	453	26
MATOSINHOS – Rua Brito Capelo, 694	706	60
NAZARÉ – Av. Manuel Remígio – Bloco A – Lj / R/C	604	48
NORDESTE – Praça da República	250	12
ODIVELAS – Av. Miguel Torga, Zona 2-Lt 12 – Loja	445	36
– Rua Francisco Relvas Marques, 3	210	14
OEIRAS – Rua Cândido dos Reis, 39 (Loja)	461	39
OLHÃO – Rua General Humberto Delgado, 28-A	575	52
– EN 125, 3	338	22
OLIVEIRA DO DOURO – Largo da Lavandeira, 36 R/C	315	31
– Rua Futebol Club Oliveira do Douro, 282 – R/C	14	0
OSSEIRA – Rua José Bento Pereira, 957 (Caldas da Rainha)	155	13
PALMELA – Av. da Liberdade, Lote 7 – Loja A	282	24
PAÇO DE ARCOS – Av. Marquês de Pombal, 5	856	68
PAREDE – Rua Machado Santos, Lote 540, Bloco B, n.º 2 – R/C	605	66
– Rua Latino Coelho, 4 Fracção BA e AZ	177	18
– Rua Marquês de Pombal, 6 e 6-A	8 986	629
PAREDES – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, S/N – R/C	562	54
PEDROSO – Av. Dr. Moreira de Sousa	152	15
PINHAL NOVO – Rua S. Francisco Xavier, Lote 2 – Loja 4	865	69
PONTA DELGADA – Largo do Poço Velho, 10	20	0
– Rua Pintor Domingos Rebelo, 4 – Armazém	110	0
– Av. Infante D. Henrique, 25	2 500	57
PONTE DE LIMA – Lugar Sobral, Edifício Novo Leblon, Loja	427	47
PORTALEGRE – Largo Antonio José Lourinho, 12	330	20
PORTIMÃO – Urbanização Horta de S. Pedro – Lote 21 – Lojas 1, 2, 3	644	51
– Rua da Hortinha, 38 / 48	524	41
– Rua Dom Carlos I, Lote H 4	255	20
PORTO – Av. dos Aliados, 90	3 657	237
– Rua do Almada, 411 / 413	172	13
– Av. Fernão Magalhães (Lojas)	327	26
– Rua Costa Cabral, 849 / 855	566	45
– Praça Exército Libertador, 23/25, Loja	387	46
– Rua do Breyner, 96-128-136-156	10 462	732
– Rua Campo Alegre, 1620 – Loja	383	30
– Rua de Ceuta, 38/44/48	933	-1
– Rua da Constituição, 1274/1238/1246/1268/1252	2 429	154
– Rua do Heroísmo, 342 / 360	527	42
– Rua Fernandes Tomás, 424/438	84	1
– Rua Júlio Dinis, 656	2 949	48
– Rua Júlio Dinis, 674/678	771	91
– Rua Magalhães Lemos, 111/113	1 548	136
– Rua Mártires da Liberdade, 136/138/140	97	0
– Rua Mártires da Liberdade, 142	35	0
– Travessa do Covelo, 99 cave	20	0
– Rua 1.º de Janeiro, 332 – Bessa	511	56
– Rua das doze Casas, 235 a 237, 4.º (Bomfim) Fração I e H	55	-4
PORTO DE MÓS – Av. Santo António – Bloco 5 R/C – Esq.	374	37
PÓVOA SANTA IRIA – Urb. Casal Serra, Torre 8 R/C, Lojas 3/4	911	82
PÓVOA VARZIM – Praça Almada, 59/60	459	20
POVOAÇÃO – AÇORES – Rua Barão Laranjeiras, 17	433	25
PRAIA DA VITÓRIA – Rua de Jesus	195	11
QUARTEIRA – Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, Lote 10, 2 Ljs.	530	48
QUELUZ – Av. Luís de Camões, 38-B/C	673	60
– Rua Helidoro Salgado, 61 (Loja)	512	30
RAMALDE – Rua São João de Brito, 530	624	56
RIBEIRA GRANDE – AÇORES – Rua de S. Francisco	331	33
– Rua do Rosário, 13 (Maia)	101	8

(milhares de euros)

DESIGNAÇÃO	Valor de Avaliação	Rendimento Líquido
RIO MAIOR – Av. Paulo VI, Lote 82	810	57
RIO TINTO – Travessa Senhor do Calvário, 18 CV	334	33
SANDIM – Rua da Columbófila, 371 C/D	463	46
SANTA MARIA DE LAMAS – Rua Bairro da Mata, 34	119	10
SANTARÉM – Av. Dom Afonso Henriques, 1	265	20
– Largo Padre Francisco Nunes Silva, 1	1 512	88
SANTIAGO CACÉM – Praça Mercado, 7 – Loja	278	25
SANTO TIRO – R. D. Nuno A. Pereira / Pr. Camilo C. Branco, Lojas 8/9	338	37
SÃO JOÃO DA MADEIRA – Av. Dr. Renato Araújo, 259 Fr B	358	30
SÃO MAMEDE INFESTA – Rua Godinho Faria, 332 – R/C	409	32
SÃO ROQUE – Lugar da Igreja, Bloco C	154	14
SEIA – Av. 1.º Maio, 18 – Loja	560	56
SEIXAL – Rua Gil Vicente, 1/1-B – Loja – Torre da Marinha	689	55
SETÚBAL – Av. Luísa Todi, 294/308 / Praça do Bocage, 135/145	4 996	312
– Av. República Guiné Bissau, 11/11-B	61	4
– Praça de Portugal, Lote 2	350	30
– Vale do Cobro, Lote 34 R/C Dto.	43	-1
SINTRA – Rua Heliodoro Salgado, 42/42 A	734	40
SINES – Av. Gen. Humberto Delgado, 59/59A	100	0
SEVER DO VOUGA – Av. Comendador Martins Pereira	188	16
TAPADA DAS MERCÊS – Rua Três – Lote 1A, Lojas 1/2	528	48
TAVIRA – Rua Dr. Silvestre Falcão, Lote 4, Loja	427	43
TOMAR – Alameda 1 Março, Lote P	536	43
TORRES NOVAS – Largo Cor. António Maria Batista, 2 R/C	1 469	117
TORRES VEDRAS – Rua Santos Bernardes, 30-A Fr B	336	28
TROFA – Rua Abade Inácio Pimentel, 193	55	4
– Rua Abade Inácio Pimentel Fr G	628	39
– R. Serafim Lima, Loja (IMÓVEL IPARQUE) / Rua Abade Inácio Pimentel	0	5
VAGOS – Rua António Carlos Vidal, 92 R/C	136	-2
VALADARES – Rua José Monteiro Castro Portugal, n.º 2553/2555	422	42
VALE DE CAMBRA – Av. Camilo Tavares de Matos, Ed. Mercado	365	24
VENDA DO PINHEIRO – Av. 9 de Julho, 96-A/B	539	54
VILA FRANCA DE XIRA – Av. 25 de Abril, 14/16	722	65
VILA NOVA DE FAMALICÃO – Av. 25 Abril, 94	382	34
VILA NOVA DE GAIA – Rua Marquês Sá da Bandeira, 455	839	75
– Av. da República, 728 / 732	889	48
– Av. da República, 2531	979	63
– Largo Eça Queiros e Rua de Trás, 157 – Lj 10 Fr BH	146	12
– Largo Eça Queiros e Rua de Trás, 157 – Lj 10 Fr CQ	106	8
– Av. da República, 1473	1 238	63
– Rua Fernando Lopes Vieira, 273	7 963	554
VILA REAL STO. ANTÓNIO – Av. Min. Duarte Pacheco, Lote 10 R/C	466	35
WISEU – Rua Direita, 88/94 / Rua Árvore, 52	3 234	266
– Rua Dr. Álvaro Monteiro, Lote 11 R/C – Marzovelos	543	54
– Av. D. António J. Almeida, S/N, Loja – S. Mateus	398	40
TOTAL (1)	408 260	24 501
2. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO EM CURSO		
Residências Assistidas		
PAREDE II – Centro Residência Assistida	1 715	
LISBOA – Entrecampos – Centro Residência Assistida	5 200	
Unidades de Cuidados Continuados		
Leiria – Unidade Cuidados Continuados	61	
Diversos – Construções em Curso (1)		
TOTAL (2)	6 976	0
TOTAIS	415 237	24 501

(1) Valores incorporados no Valor de Avaliação do Imóvel.

14.7. CARTEIRA DE TÍTULOS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

(milhares de euros)

Natureza e Espécie de Títulos	Valor Nominal/ Quantidade (1)	Taxa de Cupão	Juros Corridos	Valor de Investimento	Valor de Mercado	Imparidade	Valor de Balanço
Ativos Financeiros Detidos Para Negociação	2 047		2	2 170	2 056		2 058
Obrigações Diversas	2 000		2	1 999	1 989		1 991
BACRED 0,875 11/14/17	2 000	0,8750%	2	1 999	1 989		1 991
Ações	47			171	67		67
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	4	–		50	30		30
Portugal Telecom – SGPS – nom.	43	–		121	37		37
Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados	20 923		106	19.543	20 322		20 428
Obrigações Diversas	20 923		106	19.543	20 322		20 428
BOIRO FINANCE BV – Mai2016	3 000	0,5810%	1	3 000	2 866		2 867
CXGD StrNt 08/12/19	5 000	4,5500%	87	4 618	4 875		4 962
DOURO 7 4 06/20/18	3 000	7,4000%	6	3 000	3 306		3 313
FINIBANCO DEZEMBRO 07/17	275	0,0000%		273	282		282
FINICRÉDITO SUBORDINADA 2007/17	2 079	0,0000%		1 556	1 698		1 698
FNB SUBORDINADA GRD EMPRESAS 1S	689	0,0000%		635	638		638
FNB SUBORDINADA GRD EMPRESAS 2S	1 540	0,0000%		1 378	1 425		1 425
FNB SUBORDINADA GRD EMPRESAS 3S	448	0,0000%		427	415		415
FNB SUBORDINADA IND ESTRATÉGICO 1S	1 019	0,0000%		967	1 008		1 008
FNB SUBORDINADA IND ESTRATÉGICO 2S	2 058	0,0000%		1 935	2 034		2 034
FNB SUBORDINADA IND ESTRATÉGICO 3S	515	0,0000%		481	509		509
LB Baden-Wuertt Float 21/03/16	1 000	0,4290%		981	965		965
Montepio Cabaz Ações – Junho 2012/2015	76	3,7500%	2	75	77		80
Top Europa – Março 2011/2015	224	4,2500%	9	216	223		232
Investimentos Detidos Até à Maturidade	974 560		19.230	974 560	974 560		993 790
Obrigações Diversas	961 660		19.217	961 660	961 660		980 877
BOLSIIMO 2014/2016	25 000	3,0790%		25 000	25 000		25 000
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/16 12S	4 000	7,6515%	2	4 000	4 000		4 002
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/16 11S	2 500	6,6800%	14	2 500	2 500		2 514
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 2S	9 750	6,5000%	537	9 750	9 750		10 287
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 3S	30 000	5,2830%	1 211	30 000	30 000		31 211
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 4S	51 000	5,1000%	1 770	51 000	51 000		52 770
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 10S	43 000	5,4000%	393	43 000	43 000		43 393
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 11S	36 000	5,2500%	173	36 000	36 000		36 173
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 12S	21 250	5,2500%	6	21 250	21 250		21 256
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 1S	5 650	6,8610%	164	5 650	5 650		5 814
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/2020 1S	3 300	6,0000%	151	3 300	3 300		3 451
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 10S	30 950	3,7500%	197	30 950	30 950		31 147
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 11S	27 000	3,6500%	88	27 000	27 000		27 088
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 12S	20 600	3,6500%	2	20 600	20 600		20 602
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 1S	44 000	5,1000%	2 082	44 000	44 000		46 082
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 2S	33 300	4,8500%	1 373	33 300	33 300		34 673
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 3S	23 500	4,5500%	826	23 500	23 500		24 326
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 4S	31 200	4,5500%	966	31 200	31 200		32 166
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 5S	34 650	4,5500%	937	34 650	34 650		35 587
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 6S	30 100	4,4000%	684	30 100	30 100		30 784
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 7S	33 800	4,1500%	596	33 800	33 800		34 396
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 8S	30 000	4,1500%	425	30 000	30 000		30 425
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 9S	35 900	3,7500%	344	35 900	35 900		36 244
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/2021 1S	2 148	5,2000%	95	2 148	2 148		2 243
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/2021 2S	812	4,9000%	21	812	812		833
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 1S	27 400	3,4000%	864	27 400	27 400		28 264
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 2S	33 050	3,4000%	955	33 050	33 050		34 005

(1) Valor Nominal (Obrigações e Papel Comercial) e Quantidade (Ações e Fundos de Investimento)

(milhares de euros)

Natureza e Espécie de Títulos	Valor Nominal/ Quantidade (1)	Taxa de Cupão	Juros Corridos	Valor de Investimento	Valor de Mercado	Imparidade	Valor de Balanço
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 3S	33 400	3,4000%	877	33 400	33 400		34 277
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 4S	35 450	3,4000%	820	35 450	35 450		36 270
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 5S	33 100	3,4000%	672	33 100	33 100		33 772
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 6S	31 450	3,4000%	547	31 450	31 450		31 997
MONTEPIO POUPANÇA FAMILIAR 2012/17 2S	1 700	5,4000%	1	1 700	1 700		1 701
MONTEPIO POUPANÇA FAMILIAR 2013/18 1S	1 550	4,5500%	48	1 550	1 550		1 598
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 10S	25 050	2,9000%	123	25 050	25 050		25 173
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 11S	26 650	2,9000%	71	26 650	26 650		26 721
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 7S	50 600	3,1500%	677	50 600	50 600		51 277
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 8S	34 950	3,1500%	379	34 950	34 950		35 329
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 9S	17 900	2,7500%	126	17 900	17 900		18 026
Papel Comercial	12 900		13	12 900	12 900		12 913
PAPEL COMERCIAL BOLSIIMO 15 ^a Emissão	12 900	3,1780%	13	12 900	12 900		12 913
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	866 874		17 635	908 928	943 102	(13 914)	960 737
Obrigações Diversas	756 301		15 846	753 324	788 188	(3 774)	804 034
AALLN 3,25 04/03/23	1 000	3,2500%	24	998	1 083		1 107
ACEIM 2,625 07/15/24	1 000	2,6250%	12	992	1 063		1 075
ARCELIK 3 875% 16SET2021	3 500	3,8750%	39	3 474	3 446		3 485
AZOR 1 A	378	0,3790%		353	354		354
BANBRA 3,75 07/25/18	2 250	3,7500%	37	2 302	2 252		2 289
BANCA DELLE MARCHE 2017	1 500	1,0320%	1	1 499	819		821
BANCA ITALEASE Jun – 2016	2 000	1,2290%		1 995	1 915		1 915
BANCA SELLA LT2	1 500	1,1820%	2	1 499	1 245		1 247
BANCO DESENVOLVIMENTO 3,625 01/21/19	1 000	3,6250%	34	993	1 019		1 053
BANCO POPULAR OBGs TITULARIZ	100	0,3790%		100	83		83
BANIF FINANCE LTD 2016	1 000	1,3290%		1 000	620		620
BCPPL 3,375 02/27/17	6 300	3,3750%	179	6 295	6 359		6 538
BESPL 4 01/21/19	2 000	4,0000%	75	1 997	1 938		2 013
BESPL 6,875 07/15/16	2 000	6,8750%	64	2 020	1 996		2 060
BESPL 5 05/21/19	3 000	5,0000%	91	3 048	2 948		3 039
BHARTI 3,375 05/20/21	3 250	3,3750%	68	3 258	3 443		3 511
BIALPT 0 07/10/19	2 500	4,1780%	50	2 486	2 513		2 563
BRCORO 3,875 04/01/21	4 800	3,8750%	140	4 939	5 304		5 444
Banco Espírito Santo 4 75% 15/01/18	2 000	4,7500%	91	1 983	1 978		2 069
CAJA AHORROS SEVILLA MONTE PIEDAD	5 000	1,1820%	5	5 000	4 613		4 617
CASTIL 4 04/30/24	2 500	4,0000%	82	2 483	2 954		3 036
CEIFP 3,125 03/20/23	1 500	3,1250%	37	1 492	1 444		1 480
CEMG – Cayman Island Float 18/04/16	4 450	1,0310%	9	4 082	3 212		3 221
CNH 2 875 09/27/21	2 500	2,8750%	31	2 481	2 522		2 553
COLEPP 3,13 10/10/17	2 000	3,1300%	14	2 000	2 010		2 024
Commerzbank AG Var 13/09/16	3 750	0,9820%	2	3 720	3 694		3 696
DOURO 2 A1 (SAGRES)	16	0,1310%		16	16		16
EDP 2,625% 18 – JAN-2022	4 000	2,6250%	30	3 957	4 011		4 040
EDP FINANCE Set-2020	4 000	4,8750%	58	4 090	4 579		4 636
EGLPL 5,5 04/22/19	2 000	5,5000%	21	2 000	2 050		2 071
ELEPOR 4,125 JAN-2021	5 905	4,1250%	230	6 039	6 541		6 771
FINANTIA 0 05/04/15	2 500	2,4360%	10	2 500	2 238		2 247
FINIBANCO SUBORDINADA 2008/18	1 580	1,9290%	2	1 393	1 321		1 323
FINIBANCO VAR 02/49	1 300	5,0000%	26	1 139	650		676
FINMEC FINANCE Jan 2021	3 500	4,5000%	169	3 465	3 776		3 944
FRETS 3 07/16/24	2 000	3,0000%	28	1 994	2 194		2 222
GALPPL 3 01/14/21	7 500	3,0000%	105	7 475	7 388		7 492
HERIM 5 2 01/29/28 HERIM 5 2 01/29/28	250	5,2000%	12	250	334		346
IPRPL Float 11/12/18	2 000	4,1810%	11	2 000	2 010		2 021

(1) Valor Nominal (Obrigações e Papel Comercial) e Quantidade (Ações e Fundos de Investimento)

CARTEIRA DE TÍTULOS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (CONTINUAÇÃO)

(milhares de euros)

Natureza e Espécie de Títulos	Valor Nominal/ Quantidade (1)	Taxa de Cupão	Juros Corridos	Valor de Investimento	Valor de Mercado	Imparidade	Valor de Balanço
IREIM 3 07/14/21	1 250	3,0000%	17	1 242	1 269		1 286
IVSIM 7,125 04/01/20	200	7,1250%	4	212	204		207
Inflação 2008-2016 1.ª S	4 100	3,5330%	78	4 100	4 207		4 285
JUNTEX 3,8 04/15/25	3 000	3,8000%	81	3 000	3 394		3 475
JUNTEX 3,875 03/14/24	1 600	3,8750%	50	1 591	1 861		1 910
LUSITANO SME OLC	13	0,2310%		13	13		13
LUSITÂNIA VIDA SUBORDINADAS 2007	5 000	2,4820%	11	5 000	4 472		4 483
MADRID 4,3 09/15/26	5 000	4,3000%	63	5 166	6 012		6 075
MAGEL 3 A 15/05/58	2 325	0,3380%	1	2 096	2 139		2 140
METROPOLITANO LISBOA 4,799 12/07/27	5 950	4,7990%	19	5 450	6 188		6 207
MG RENDIMENTO TOP 15 2008/18	3 532	1,7710%	22	3 365	3 099		3 121
MG RENDIMENTO TOP 25 2008/18	3 126	1,8030%	25	2 923	2 704		2 729
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2009/17 15	1 300	3,7500%	16	1 300	1 390		1 406
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2010/18 25	850	3,4000%	13	850	906		919
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 15	21 650	4,2800%	857	21 650	22 521		23 378
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 25	21 850	4,3000%	799	21 850	22 835		23 633
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 35	19 150	4,5000%	646	19 150	20 045		20 691
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 45	14 800	4,5000%	448	14 800	15 517		15 965
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 55	12 800	4,8000%	365	12 800	13 489		13 854
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 65	10 000	4,8000%	240	10 000	10 560		10 800
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 75	7 850	4,8000%	158	7 850	8 303		8 462
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/16 85	9 850	4,8000%	156	9 871	10 437		10 593
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/19 15	2 050	4,6500%	71	2 050	2 284		2 356
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/19 25	2 500	5,1500%	77	2 500	2 838		2 915
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2011/19 35	4 900	5,1500%	83	4 900	5 567		5 651
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 105	13 250	5,4000%	121	13 246	14 327		14 449
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 115	11 250	5,2500%	54	11 252	12 257		12 312
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 125	6 800	5,2500%	2	6 809	7 430		7 432
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 45	16 750	5,1000%	581	16 853	18 192		18 773
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 55	8 700	8,8782%	459	8 700	10 572		11 031
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 65	5 000	8,0200%	205	5 000	6 018		6 223
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 75	6 000	8,6500%	221	6 000	7 284		7 504
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 85	9 000	10,9333%	333	9 000	11 146		11 479
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/17 95	14 000	12,1625%	445	14 000	17 937		18 381
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/20 25	600	8,2583%	29	600	800		829
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2012/2020 15	1 100	6,0000%	50	1 102	1 288		1 338
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 105	10 150	3,7500%	64	10 254	10 767		10 832
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 115	8 750	3,6500%	28	8 763	9 190		9 219
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 125	6 900	3,6500%	1	6 962	7 249		7 250
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 15	14 400	5,1000%	681	14 411	15 692		16 373
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 25	10 250	4,8500%	423	10 254	11 132		11 555
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 35	7 525	4,5500%	264	7 524	8 170		8 434
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 45	10 000	4,5500%	310	10 000	10 870		11 179
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 55	14 500	4,5500%	392	14 500	15 780		16 172
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 65	9 450	4,4000%	215	9 450	10 194		10 409
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 75	10 000	4,1500%	176	10 023	10 741		10 917
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 85	11 000	4,1500%	156	11 000	11 566		11 722
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2013/18 95	11 400	3,7500%	109	11 471	12 099		12 208
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 105	13 550	2,9000%	67	13 550	13 680		13 747
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 115	14 350	2,9000%	38	14 350	14 471		14 509
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 15	9 150	3,4000%	289	9 175	9 522		9 811
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 25	11 050	3,4000%	319	11 104	11 494		11 813
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 35	11 150	3,4000%	293	11 209	11 592		11 884
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 45	11 850	3,4000%	274	11 898	12 310		12 584
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 55	11 050	3,4000%	224	11 099	11 473		11 697
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 65	10 500	3,4000%	182	10 557	10 894		11 076
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 75	16 900	3,1500%	226	16 941	17 308		17 534

(1) Valor Nominal (Obrigações e Papel Comercial) e Quantidade (Ações e Fundos de Investimento)

(milhares de euros)

Natureza e Espécie de Títulos	Valor Nominal/ Quantidade (1)	Taxa de Cupão	Juros Corridos	Valor de Investimento	Valor de Mercado	Imparidade	Valor de Balanço
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 8S	11 650	3,1500%	126	11 650	11 919		12 046
MONTEPIO CAPITAL CERTO 2014/19 9S	9 700	2,7500%	68	9 700	9 808		9 876
MONTEPIO POUPANÇA FAMILIAR 2012/17 1S	3 450	5,2500%	17	3 450	3 792		3 808
MONTEPIO POUPANÇA FAMILIAR 2013/17 2S	600	5,4000%		600	661		661
MONTEPIO POUPANÇA FAMILIAR 2013/18 1S	1 500	4,5500%	46	1 500	1 645		1 692
MONTEPIO TAXA FIXA 20MAR 2013/2015	400	4,1000%	5	398	397		402
MONTEPIO TAXA FIXA ABRIL 2011/16	3 600	4,7500%	128	3 600	3 779		3 907
MONTEPIO TX CRESCENTE JUN11/ABR16	500	4,7500%	16	500	522		538
MONTEPIO TX CRESCENTE MAR11/FEV16	9 050	4,3500%	335	9 050	9 458		9 793
MONTEPIO StrNt 01/30/17	2 000	1,9900%	37	1 500	1 715		1 751
MONTEPIO StrNt 02/25/15	14 650	1,6686%	207	12 866	14 517		14 724
MTNA 3 03/25/19	1 000	3,0000%	23	996	1 028		1 051
Montepio Capital Certo 2012/2020 – 3S	1 345	6,0000%	27	1 345	1 590		1 617
Montepio Capital Certo 2013/2021 – 1S	717	5,2000%	32	717	839		871
Montepio Capital Certo 2013/2021 – 2S	833	4,9000%	21	864	888		909
Montepio Taxa Fixa 12 Junho 2013/2015	15	3,7500%		15	15		15
Montepio Taxa Fixa 13 Maio 2013/2015	170	4,0000%	1	169	169		170
Montepio Taxa Fixa 17 Abril 2013/2015	322	4,0000%	2	321	320		322
Montepio Taxa Fixa 29 Maio 2013/2015	134	4,0000%		133	133		134
Montepio Taxa Fixa 6 Fevereiro 2013/2015	10	4,1500%		10	10		10
Montepio Taxa Fixa 6 Março 2013/2015	20	4,0000%	1	20	20		21
Montepio Taxa Fixa Janeiro 2011/2015	567	4,0000%	9	554	563		572
Montepio Taxa Fixa Janeiro 2013/2015	3	4,2500%		2	2		3
Montepio Taxa Fixa Plus 23 Janeiro 2013/2015	470	4,7500%	21	467	470		491
Montepio Taxa Fixa Plus 6 Fevereiro 2013/2015	195	4,5000%	8	194	194		202
Montepio Taxa Fixa Plus 6 Março 2013/2015	178	4,2500%	6	177	177		183
NOSTRUM MORTGAGES PLC	1 854	0,5020%		1 824	1 793		1 793
OBG SUBORD. CAJA SARAGOÇA ARAGON ABR/19	2 000	0,9450%	3	2 000	1 754		1 757
OBRIGAÇÃO CAIXA SUBORDINADA 2008/18	13 808	2,0250%	156	13 812	13 552		13 708
OTPHB 5 7/8 11/29/49	1 000	5,8750%	9	1 002	839		848
PARPUB 3,75 07/05/21	5 500	3,7500%	102	5 474	5 417		5 519
PELIC 1 A 15/09/37	1 449	0,3620%		1 337	1 431		1 431
PEMEX 3,75 04/16/26	1 500	3,7500%	40	1 505	1 583		1 622
PETROBRAS 4 25% 02/10/2023	1 500	4,2500%	16	1 509	1 305		1 321
PETROLEO BRASILEIRO 3,75 01/14/21	500	3,7500%	18	497	435		453
PETROLEO BRASILEIRO 4,75 01/14/25	3 000	4,7500%	137	2 971	2 670		2 807
PORTUGAL TELECOM 4,5 06/16/25	14 660	4,5000%	358	14 871	14 496		14 854
PTIPL 5 3/8 05/15/20	4 100	5,3750%	28	4 178	4 382		4 409
PYME BANCO POPULAR	1 500	0,2690%		1 500	1 446		1 446
Parpublica 3 567% 22/09/20	3 509	3,5670%	34	3 560	3 419		3 454
REFER 4,047 11/16/26	9 200	4,0470%	46	8 600	9 284		9 329
REN REDES ENERGETICAS 4,75 16/10/2020	1 750	4,7500%	17	1 779	1 996		2 014
SSABAS 3,875 04/10/19	3 000	3,8752%	84	2 983	2 987		3 071
TELECOM ITÁLIA 4,5 01/25/21	2 000	4,5000%	84	2 021	2 184		2 269
TELEFO 2,932 10/17/29	1 000	2,9320%	6	1 000	1 078		1 084
TRAFIGURA FUNDING – Nov 2018	2 000	5,2500%	9	2 000	1 998		2 007
Telecom Italia 5 25% 10/02/22	1 000	5,2500%	47	1 123	1 135		1 182
UCGIM 6 95 10/31/22	1 000	6,9500%	12	999	1 175		1 186
UNICREDITO – Out 2025	1 500	5,7500%	15	1 499	1 618		1 633
VISABEIRA – Out 2017	7 425	6,6890%	87	7 570	8 350		8 437
VOTORA 3,25 04/25/21	3 355	3,2500%	75	3 396	3 366		3 441
AYT DEUDA SUBORDINADA	1 500	0,0000%		1 500	1 079	(421)	1 079
HEATM I-07 A 22/02/15	233	0,5340%		233	22	(211)	22
Landsbanki Islnd Float 23/03/15	500	0,0000%		494		(494)	
SEDNA FINANCE 2006	2 500	0,0000%		2 500		(2 500)	
z-Somec/94-20/07/99	30	0,0000%		149		(149)	
LUSITANIA/2014	9 000	6,6720%		9 000	9 077		9 077
Montepio Taxa Fixa Setembro 2010/2020	50	4,0000%	1	50	53		54

(1) Valor Nominal (Obrigações e Papel Comercial) e Quantidade (Ações e Fundos de Investimento)

CARTEIRA DE TÍTULOS DA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA (CONTINUAÇÃO)

(milhares de euros)

Natureza e Espécie de Títulos	Valor Nominal/ Quantidade (1)	Taxa de Cupão	Juros Corridos	Valor de Investimento	Valor de Mercado	Imparidade	Valor de Balanço
Dívida Pública	47 423		1 247	47 419	52 825	0	54 072
BTPS 3,5 03/01/30	4 425	3,5000%	51	4 402	4 946		4 997
Consolidado 3% 28/02/49	279	3,0000%	1	262	187		188
Consolidado 4% 29/01/49	410	4,0000%	8	409	361		369
PGB 3 85% 15/04/21	8 500	3,8500%	233	8 487	9 431		9 664
PGB 3 875% 15/02/30	14 820	3,8750%	176	14 853	15 550		15 726
PGB 4 1% 15/04/37	6 000	4,1000%	175	5 710	6 345		6 520
PGB 4 95% 25/10/23	990	4,9500%	9	1 108	1 171		1 180
PGB 5,65% 15/02/2024	12 000	5,6500%	593	12 188	14 835		15 428
Papel Comercial	63 150		542	62 331	63 150		63 692
BIAL PORTELA & CA, S.A. – 3.ª Emissão	5 000	5,8030%	71	4 857	5 000		5 071
JOSÉ DE MELLO SAÚDE II – 3.ª Emissão	5 000	4,8840%	35	4 881	5 000		5 035
MONTEPIO INVESTIMENTO 9.ª Emissão	6 900	4,6060%	205	6 900	6 900		7 105
MOTA-ENGIL 16.ª Emissão	1 000	4,1250%	4	1 000	1 000		1 004
MOTA-ENGIL 58.ª Emissão	1 000	3,6000%	3	1 000	1 000		1 003
TIM WE – SGPS, S.A. – 2.ª Emissão	5 000	3,8400%	30	4 813	5 000		5 030
VISABEIRA TURISMO 11.ª Emissão	5 000	4,8230%	135	4 771	5 000		5 135
HOLDING – 26.ª Emissão	14 350	3,8300%	18	14 350	14 350		14 368
SONAE SGPS, 10.ª Emissão	4 950	3,8990%	8	4 950	4 950		4 958
INAPA – 10.ª Emissão	5 000	5,5870%	14	4 931	5 000		5 014
SONAE SIERRA SGPS, 3.ª Emissão	4 950	3,2770%	4	4 950	4 950		4 954
ELECTICIDADE DA MADEIRA – 2.ª Emissão	5 000	2,9310%	13	4 928	5 000		5 013
Ações	571			2 619	1 579	(1 604)	1 579
B. Comercial Português – Nom.	75 688			51	5	(46)	5
Banco BPI – SA	132 000			226	135	(176)	135
CLÍNICA STA. MARIA DE BELÉM	66 240			493	459	(84)	459
COMPANHIA SEGUROS MOÇAMBIQUE	59 400			379	165	(229)	165
E.I.A. – Ensino, Investigação e Administração S.A.	70 000			349	5	(345)	5
EDP Renováveis SA	115 000			785	621	(498)	621
EDP – Energias de Portugal SA	50 000			136	161	(54)	161
NEBRA RENOVBLES SL	950			164		(164)	
SOFICATRA	1 500			36	27	(9)	27
Fundos de Investimento	8 001			43 235	37 360	(8 537)	37 360
FUNDO ARIS DEFENSIVE	3 347			5	6		6
FUNDO FINIPREDIAL	2 338 771			22 500	22 182		22 182
Explorer III – Fd. Invest. Cap. Risco	80			1 603	1 772	(672)	1 772
F. INVESTIMENTO MONTEPIO FINANCE SERVICE	40 000			2 000	970	(1 479)	970
F. INVESTIMENTO MULTI GESTÃO DINÂMICA	30 000			1 388	1 079	(727)	1 079
FUNDO CAPITAL PVCI – Classe B	4 118 364			4 118	2 384	(1 734)	2 384
FUNDO DE INVESTIMENTO BEM COMUM	100			232	185	(54)	185
FUNDO DE INVESTIMENTO CRITICAL B2	80			355	400	(52)	400
FUNDO DE INVESTIMENTO EURO ENERGY	32 710			1 636	1 333	(639)	1 333
FUNDO DE INVESTIMENTO MG ACÇÕES EUROPA	40 464			1 966	1 689	(1 000)	1 689
FUNDO INVESTIMENTO CRITICAL B1	70			225	188	(37)	188
LOGÍSTICA DISTRIBUIÇÃO	400 000			2 447	1 767	(703)	1 767
VISION ESCRITÓRIOS	1 000 000			4 759	3 404	(1 440)	3 404
TOTAL	–	–	36 973	1 905 201	1 940 041	(13 915)	1 977 014

(1) Valor Nominal (Obrigações e Papel Comercial) e Quantidade (Ações e Fundos de Investimento)

14.8. CONTAS DAS FUNDAÇÕES

FUNDAÇÃO MG – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(euros)

	2014	2013
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis		
Investimentos financeiros	225 421	225 154
	225 421	225 154
Ativo corrente		
Outras contas a receber		180
Caixa e depósitos bancários	1 005 673	846 819
Total do Ativo	1 231 094	1 072 153
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos Patrimoniais		
Fundos	498 798	498 798
Reservas	371 657	367 280
Resultados transitados		
Resultado líquido do período	(31 101)	4 377
Total do Fundo de Capital	839 354	870 455
Passivo		
Outras contas a pagar	391 740	201 698
Total do Passivo	391 740	201 698
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	1 231 094	1 072 153

FUNDAÇÃO MG – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014 E 2013

(euros)

	2014	2013
RENDIMENTOS E GASTOS		
Subsídios, doações e legados à exploração	1 121 146	1 000 000
Fornecimentos e serviços externos	(11 070)	(11 070)
Outros rendimentos e ganhos	566 644	625 071
Outros gastos e perdas	(1 708 142)	(1 632 456)
Ganhos por aumentos de valor	268	22 752
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(31 154)	4 297
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		—
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(31 154)	4 297
Juros e rendimentos similares obtidos	53	80
Resultado líquido do período	(31 101)	4 377

OUTRAS FUNDAÇÕES – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2014

(euros)

	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
ATIVO					
Ativo Não Corrente					
Ativos fixos tangíveis		12 085			
Investimentos financeiros	28 554	336 246	8 347	5 599	21 336
Ativo Corrente					
Estado e Outros Entes Públicos					
Caixa e depósitos bancários	24 409	205 901	2 154	2 493	8 495
Total do Ativo	52 963	554 232	10 501	8 092	29 831
PASSIVO					
Outras contas a pagar					
Total do Passivo					
FUNDOS PATRIMONIAIS					
Fundos	5 587	8 978	1 496	1 576	17 458
Reservas	42 168	527 546	6 791	5 336	7 943
Reservas de justo valor	3 687	10 953	2 075	1 054	4 257
Resultados transitados		(6 367)			
Resultado líquido do período	1 521	13 122	139	126	173
Total do Fundo de Capital	52 963	554 232	10 501	8 092	29 831
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	52 963	554 232	10 501	8 092	29 831

OUTRAS FUNDAÇÕES – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014

(euros)

	Valle-Flor	Padre José Filipe Rodrigues	Moga	Rogério Cardoso	Francisco Fino
RENDIMENTOS E GASTOS					
Fornecimentos e serviços externos	(10)	(316)	(9)	(6)	(10)
Outras Imparidades					
Outros rendimentos e ganhos	257	1 014	47		
Outros gastos e perdas	(52)	(3 739)	(41)	(17)	(365)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	195	(3 041)	(3)	(23)	(375)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(255)			
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	195	(3 296)	(3)	(23)	(375)
Juros e rendimentos similares obtidos	1 326	16 418	142	149	548
Resultado Líquido do Período	1 521	13 122	139	126	173

PRÉMIOS – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO 2014

(euros)

	Santa Joana	Herminia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Bailim Pissarra
ATIVO								
Ativo Não Corrente								
Ativos fixos tangíveis								
Investimentos financeiros	10 190	20 984	49 353	28 560	116 303	34 949	47 458	
Ativo Corrente								
Estado e Outros Entes Públicoss								
Caixa e depósitos bancários	835	5 452	29 168	26 993	17 462	32 193	36 264	4 257
Total do Ativo	11 025	26 436	78 521	55 553	133 765	67 142	83 722	4 257
PASSIVO								
Outras contas a pagar								
Total do Passivo								
FUNDOS PATRIMONIAIS								
Fundos	1 995	12 470	14 964	24 940	74 820	38 308	49 880	7 482
Reservas	6 543	18 346	54 743	26 193	49 500	23 684	28 571	
Reservas de justo valor	2 423	2 784	8 201	4 152	6 917	3 425	3 343	
Resultados transitados					(639)			(2 921)
Resultado líquido do período	64	(7 164)	613	268	3 167	1 725	1 928	(304)
Total do Fundo de Capital	11 025	26 436	78 521	55 553	133 765	67 142	83 722	4 257
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	11 025	26 436	78 521	55 553	133 765	67 142	83 722	4 257

PRÉMIOS – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2014

(euros)

	Santa Joana	Herminia Tassara	Brito Subtil	José Cardoso	Álvaro Machado	D. Dinis	Alberto Jorge	Bailim Pissarra
RENDIMENTOS E GASTOS								
Fornecimentos e serviços externos	(9)	(10)	(10)	(11)	(9)	(10)	(10)	
Outras Imparidades								
Outros rendimentos e ganhos								
Outros gastos e perdas	(110)	(8 133)	(1 038)	(1 269)	(104)	(122)	(591)	(392)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(119)	(8 143)	(1 048)	(1 280)	(113)	(132)	(601)	(392)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização								
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(119)	(8 143)	(1 048)	(1 280)	(113)	(132)	(601)	(392)
Juros e rendimentos similares obtidos	183	979	1 661	1 548	3 280	1 857	2 529	88
Resultado Líquido do Período	64	(7 164)	613	268	3 167	1 725	1 928	(304)

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2014
do
MONTEPIO GERAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

Pré-Impressão
Heragráfica – *Artes Gráficas, Lda.*

Impressão
Agir – *Produções Gráficas Unip. Lda.*
